



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOAMBIENTAIS  
PROGRAMA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**Bruno Magnum Pereira**

**GEOGRAFIA ELEITORAL: ANÁLISE ESPACIAL DOS VOTOS DOS DEPUTADOS  
ESTADUAIS DE GOIÁS NAS ELEIÇÕES DE 2006 E 2010**

Goiânia  
2014

**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR AS TESES E DISSERTAÇÕES ELETRÔNICAS (TEDE) NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

**1. Identificação do material bibliográfico:**       **Dissertação**       **Tese**

**2. Identificação da Tese ou Dissertação**

Autor (a):	Bruno Magnum Pereira		
E-mail:	Brunomagnum@live.com		
Seu e-mail pode ser disponibilizado na página?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	
Vínculo empregatício do autor			
Agência de fomento: CAPES		Sigla:	
País:	Brasil	UF:GO	CNPJ:
Título:	Geografia Eleitoral: análise espacial dos votos dos deputados estaduais de Goiás nas eleições de 2006 e 2010.		
Palavras-chave:	Geografia Eleitoral; conexão eleitoral; Eleições; Cartografia do voto.		
Título em outra língua:	Geografía Electoral: análisis espacial de los votos de los diputados del estado de Goiás en las elecciones de 2006 y 2010.		
Palavras-chave em outra língua:	Geografía Electoral; conexión electoral; Elecciones; Cartografía de voto		
Área de concentração:	NATUREZA E PRODUÇÃO DO ESPAÇO		
Data defesa: (dd/mm/aaaa)	28/11/2014		
Programa de Pós-Graduação:	Programa de Pós-graduação em Geografia		
Orientador (a):	Eguimar Felício Chaveiro		
E-mail:	eguimar@hotmail.com		
Co-orientador (a):*			
E-mail:			

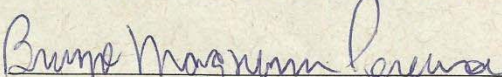
\*Necessita do CPF quando não constar no SisPG

**3. Informações de acesso ao documento:**

Concorda com a liberação total do documento  **SIM**       **NÃO**<sup>1</sup>

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF ou DOC da tese ou dissertação.

O sistema da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações garante aos autores, que os arquivos contendo eletronicamente as teses e ou dissertações, antes de sua disponibilização, receberão procedimentos de segurança, criptografia (para não permitir cópia e extração de conteúdo, permitindo apenas impressão fraca) usando o padrão do Acrobat.

  
Assinatura do (a) autor (a)

Data: 09 / 03 / 2015

<sup>1</sup> Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

**Bruno Magnum Pereira**

**GEOGRAFIA ELEITORAL: ANÁLISE ESPACIAL DOS VOTOS DOS DEPUTADOS  
ESTADUAIS DE GOIÁS NAS ELEIÇÕES DE 2006 E 2010**

Dissertação apresentada ao Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia, do Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás - UFG, para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de concentração: Natureza e Produção do Espaço.

Linha de Pesquisa: Dinâmica Socioespacial.

Orientadora: Prof. Dr. Eguimar Felício Chaveiro.

Goiânia  
2014

Ficha catalográfica elaborada automaticamente  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a), sob orientação do Sibi/UFG.

Pereira, Bruno Magnum

Geografia Eleitoral [manuscrito] : análise espacial dos votos dos  
deputados estaduais de Goiás nas eleições de 2006 e 2010 / Bruno  
Magnum Pereira. - 2014.

CXXXIX, 139 f.: il.

Orientador: Prof. Dr. Eguimar Felício Chaveiro.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Instituto de  
Estudos Socioambientais (Iesa) , Programa de Pós-Graduação em  
Geografia, Goiânia, 2014.

Bibliografia.

Inclui siglas, mapas, abreviaturas, gráfico, tabelas, algoritmos, lista  
de figuras, lista de tabelas.

1. Geografia Eleitoral. 2. conexão eleitoral. 3. Eleições. 4. Cartografia  
do voto. I. Chaveiro, Eguimar Felício, orient. II. Título.

*Dedicado à memória de Aurelino  
Pereira, meu pai, a quem devo  
todo o interesse por política.*

## AGRADECIMENTOS

Novamente chega o momento de reconhecer que seria improvável a construção deste trabalho sem a ajuda e o apoio que vieram de várias partes. Inicialmente, gostaria de agradecer ao Programa de Pós-graduação em Geografia da UFG pela atenção da coordenação e dos funcionários. Gostaria de registrar, ainda, o agradecimento à CAPES pelo apoio concedido por meio da bolsa durante todo o período do Mestrado.

As pessoas mais próximas e que me conhecem sabem dos problemas enfrentados no início do processo do Mestrado. Por esse motivo, devo reconhecer que a ajuda e o apoio de algumas pessoas foram especiais na caminhada. O professor Eguimar, meu orientador, com toda a paciência e sabedoria, sempre me deu autonomia e me incentivou a buscar o conhecimento necessário para cumprir as tarefas que me cabiam. Agradeço aos colegas do grupo Dona Alzira. Outros professores foram importantes e contribuíram neste trabalho, como fez o professor Ivanilton José de Oliveira no momento da qualificação. Ao professor Pedro Célio Alves Borges, devo agradecer, tanto pelas contribuições na qualificação, como por ter apresentado o tema da Geografia Eleitoral em uma reunião do Observatório das Metrôpoles no início de 2008, quando reformulei, junto com meu orientador, o projeto de pesquisa. Agradeço à Professora Celene Cunha M. A. Barreira pela atenção e pela leitura do trabalho.

Alguns amigos, novos e antigos, também merecem ser lembrados aqui. Diego, Juheina, Manoel, Onofre, Gabriel, Cristiano, Cinthia, Zé Carlos, Edson, Ricardo; que de alguma forma contribuíram para me manter no caminho. Agradeço aos colegas da UFG e da UEG-Minaçu. Agradeço à Dona Maria Carolina pela atenção e carinho.

Mesmo com tantos amigos e pessoas ao meu lado, sem dúvida, quem mais me faz continuar foi minha noiva e melhor amiga, Priscylla. Sem ela, talvez nem tivesse neste lugar e nem aprendido o que sei hoje. Agradeço pela paciência, apoio, carinho e companheirismo por todos esses anos.

Agradeço à Lucia, minha mãe, meu exemplo, que apesar de tudo que passamos, manteve-se presente e sempre empenhada no cuidado da família. À minha irmã Suzzanne e meu cunhado Nilson pelo apoio e atenção em Minaçu. À minha afilhada Laura e meu afilhado Vinícius, pelos momentos felizes de brincadeiras e fofuras. Agradeço ao meu pai, Aurelino Pereira, que mesmo não estando mais neste mundo, sempre me forçou a pensar e defender ideias, com isso, me incentivou tanto a gostar de política.

Sobretudo, agradeço a Deus por ter permitido que todas estas pessoas contribuíssem nesta caminhada.

## RESUMO

A Geografia Eleitoral surge na França, há mais de cem anos, com o geógrafo André Siegfried. Contudo, a Geografia negligenciou esta área da Geografia Política durante décadas. Recentemente o interesse pelos estudos das eleições vem retornando à ciência geográfica, surgindo análises que propõe a dimensão espacial como uma variável explicativa possível. Deste modo, por considerar a importância do papel do espaço na análise das eleições que temos como pressuposto que o voto é um dado espacial. Por conseguinte, propomos uma análise espacial dos votos das eleições de 2006 e 2010 para deputado estadual de Goiás. Assim, o objetivo geral foi de analisar como ocorrem as formas de distribuição do voto no espaço e suas relações com a representação política dos deputados estaduais de Goiás. Para tanto, buscamos por meio de índices de número efetivo de candidatos, índice de concentração/dispersão e índice de dominância espacializar os votos no território goiano, tendo como unidade de análise o município, por entender que este é o local da política. Os padrões espaciais de votação foram relacionados com a produção parlamentar dos deputados para verificara conexão eleitoral em Goiás. Como resultado, identificamos, a partir do índice de candidatos efetivos que os municípios goianos concentram os votos em poucos candidatos. Ao mesmo tempo, a maior parte dos deputados eleitos tem votação concentrada em até cinco municípios, ou seja, recebem em poucos municípios uma quantidade de votos que efetivamente contribui para sua eleição. No eixo da dominância a maior parte compartilha os votos com outros candidatos. Assim, o padrão mais comum entre os deputados goianos é o concentrado-compartilhado. Ao relacionar com a produção parlamentar na Assembleia Legislativa de Goiás, verificou-se que, de algum modo, os padrões espaciais de voto tem relação com a atuação mais particularista, que concede benefícios de interesses localizados ou com ações parlamentares mais universalistas. Isso nos levou a considerar que a valorização da dimensão espacial contribui sobremaneira para a análise da política e das eleições.

**Palavras-chave:** Geografia Eleitoral; conexão eleitoral; Eleições; Cartografia do voto.

## ABSTRACT

The Electoral Geography emerges in France for over one hundred years, with the geographer André Siegfried. However, geography has neglected this area for decades Political Geography. Recently the interest in studies of elections comes back to geographical science, emerging analysis suggests that the spatial dimension as a possible explanatory variable. Thus, considering the importance of the role of space in the analysis of elections as we have assumed that the vote is a given space. Therefore, we propose a spatial analysis of the votes of election in 2006 and 2010 for state representative of Goiás. Thus, the overall goal was to analyse how place shapes the distribution of votes in the space and their relationship to the political representation of the state legislators Goiás. To this end, we seek through rates effective number of candidates, the concentration index / dispersion and dominance index spatialize the votes in Goiás, with the unit of analysis the municipality, understanding that this is the place of politics. Spatial voting patterns were related to the production of parliamentary deputies had checked for electoral connection in Goiás. As a result, we identified from the index effective candidates that concentrate the votes in a few candidates. At the same time, the majority of elected State Representative vote is concentrated within five municipalities, namely, in a few municipalities receive a number of votes that effectively contributes to his election. The axis of dominance shares the most votes with other candidates. Thus, the most common pattern among State Representative is concentrated of Goiás-shared. By relating to parliamentary production in the Legislative Assembly of Goiás, it was found that, somehow, the spatial patterns of voting is related to the more particularistic action, which grants benefits or interests located in more universalist parliamentary actions. This led us to consider that the appreciation of the spatial dimension contributes greatly to the analysis of politics and elections.

**Key-words:** Electoral Geography. Electoral connection. Elections. Cartography of the vote.

## LISTA SIGLAS

AI-2 – Ato Institucional Nº2  
CA – Compartilhamento Alto  
CA – Concentração Alta  
CM – Compartilhamento Médio  
CM – Concentração Média  
CTHCG – Concessão de Título Honorífico de Cidadão Goiano  
DA – Dispersão Alta  
DA – Dominância Alta  
DEM - Democratas  
DM – Dispersão Média  
DM – Dominância Média  
DRREP – Denomina ou altera nome de Rua, Rodovia, Escola, edifício Público  
EUA – Estados Unidos da América  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
ICM – Institui Comenda de Mérito  
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano  
IESA – Instituto de Estudos Socioambientais  
MDB – Movimento Democrático Brasileiro  
Ncand – Número Efetivo de Candidatos  
NEP – Número Efetivo de Partidos  
Nmun – Número Efetivo de Municípios  
PAN – Partido dos Aposentados da Nação  
PCB – Partido Comunista Brasileiro  
PCdoB – Partido Comunista do Brasil  
PDC – Partido Democrata Cristão  
PDS – Partido Democrático Social  
PDT - Partido Democrático Trabalhista  
PFL – Partido da Frente Liberal  
PGT – Partido Geral dos Trabalhadores  
PH – Partido Humanista  
PHS – Partido Humanista da Solidariedade  
PIB – Produto Interno Bruto  
PL – Partido Liberal  
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro  
PMN – Partido da Mobilização Nacional  
PP – Partido Progressista  
PPB – Partido Progressista Brasileiro  
PPR - Partido Progressista Renovador  
PR – Partido da República  
PRONA – Partido  
PSC – Partido Social Cristão  
PSD – Partido Social Democrático  
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira  
PSDC – Partido Social Democrata Cristão  
PSL – Partido Social Liberal  
PSOL – Partido Socialismo e Liberdade  
PSP - Partido Social Progressista  
PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado  
PT – Partido dos Trabalhadores

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro  
PV – Partido Verde  
RM – Região Metropolitana  
RMG – Região Metropolitana de Goiânia  
TRE-GO – Tribunal Regional Eleitoral de Goiás  
TSE – Tribunal Superior Eleitoral  
UDN – União Democrática Nacional

## LISTA DE FIGURAS

Figura 0.1 – Organograma: desenho da pesquisa. ....	23
Figura 1.1 – Tipos e subtipos de sistemas eleitorais.....	36
Figura 3.2 – Gráfico de dispersão do Índice N e Aptos em 2006 e 2010. ....	85

## LISTA DE MAPAS

Mapa 2.1 - Mapa da distribuição dos eleitores em Goiás por microrregiões, em 2013.....	70
Mapa 2.2 - Mapa 2.3 - Mapa do percentual de eleitores com curso superior completo por município, em Goiás - 2010.. .....	72
Mapa 2.3 - Mapa do percentual de eleitores com curso superior completo por município, em Goiás - 2010.....	73
Mapa 3.1 – Mapa de competitividade eleitoral dos municípios de Goiás em 2006. ....	82
Mapa 3.2 – Mapa de competitividade eleitoral dos municípios de Goiás em 2006. ....	83
Mapa 3.3 – Espacialização de votação do tipo Concentração Alta. ....	97
Mapa 3.4 – Espacialização de votação do tipo Concentração média. ....	98
Mapa 3.5 – Espacialização de votação do tipo Dispersão Média.....	99
Mapa 3.6 – Espacialização de votação do tipo Dispersão alta. ....	99
Mapa 3.7 – Espacialização de votação do tipo Concentração Média. ....	100
Mapa 3.8 – Espacialização de votação do tipo Concentração Alta. ....	101
Mapa 3.9 – Espacialização de votação do tipo Concentração média. ....	102
Mapa 3.10 – Espacialização de votação do tipo Concentração média. ....	103
Mapa 3.11 – Espacialização de votação do tipo Dispersão média. ....	104
Mapa 3.12 – Espacialização de votação do tipo Dispersão média. ....	104
Mapa 3.13 – Espacialização de votação do tipo Dispersão alta. ....	105
Mapa 3.14 – Espacialização de votação do tipo Dispersão alta. ....	106
Mapa 3.15 – Espacialização de votação do tipo Compartilhamento alto. ....	111
Mapa 3.16 – Espacialização de votação do tipo Compartilhamento alto. ....	111
Mapa 3.17 – Espacialização de votação do tipo Compartilhamento médio.....	113
Mapa 3.18 – Espacialização de votação do tipo Compartilhamento meido.....	113
Mapa 3.19 – Espacialização de votação do tipo Dominação média.....	114
Mapa 3.20 – Espacialização de votação do tipo Dominação média.....	115
Mapa 3.21 – Espacialização de votação do tipo Dominação Alta.....	116
Mapa 3.22 – Espacialização de votação do tipo Dominação Alta.....	116

## LISTA DE TABELAS

Tabela 2.1 – Votação dos partidos e coligações para governador e deputado estadual de Goiás – 1982 a 2010. ....	54
Tabela 2.2 – Quantidade de candidatos por partidos e coligações nas eleições de 2006 para deputado estadual de Goiás. ....	57
Tabela 2.3 – Quantidade de candidatos eleitos por coligações ou partidos isolados nas eleições de 2006 para deputado estadual de Goiás. ....	57
Tabela 2.4 – Principal ocupação ou profissão dos candidatos e candidatos eleitos nas eleições de 2006 para deputado estadual de Goiás. ....	59
Tabela 2.5 – Faixa etária dos candidatos e candidatos eleitos nas eleições de 2006 para deputado estadual de Goiás. ....	60
Tabela 2.6 – Grau de escolaridade dos candidatos e candidatos eleitos nas eleições de 2006 para deputado estadual de Goiás. ....	60
Tabela 2.7 – Sexo dos candidatos e candidatos eleitos nas eleições de 2006 para deputado estadual de Goiás. ....	61
Tabela 2.8 – Origem dos candidatos deferidos e dos candidatos eleitos nas eleições de 2010 para deputado estadual de Goiás. ....	61
Tabela 2.9 – Quantidade de candidatos por partidos e coligações nas eleições de 2010 para deputado estadual de Goiás. ....	63
Tabela 2.10 – Quantidade de candidatos eleitos por coligações ou partidos isolados nas eleições de 2010 para deputado estadual de Goiás. ....	64
Tabela 2.11 – Principal ocupação ou profissão dos candidatos e candidatos eleitos nas eleições de 2010 para deputado estadual de Goiás. ....	65
Tabela 2.12 – Faixa etária dos candidatos e candidatos eleitos nas eleições de 2010 para deputado estadual de Goiás. ....	65
Tabela 2.13 – Grau de escolaridade dos candidatos e candidatos eleitos nas eleições de 2010 para deputado estadual de Goiás. ....	66
Tabela 2.14 – Sexo dos candidatos e candidatos eleitos nas eleições de 2010 para deputado estadual de Goiás. ....	66
Tabela 2.15 – Origem dos candidatos deferidos e dos candidatos eleitos nas eleições de 2010 para deputado estadual de Goiás. ....	67
Tabela 2.16 - Faixa de idades dos eleitores aptos nas eleições municipais de 2012. ....	69

Tabela 2.17 - População das cidades, em Goiás - 2010.....	71
Tabela 3.1 – Estatística descritiva do índice do número efetivo de candidatos em Goiás nas eleições de 2006 e 2010. ....	80
Tabela 3.2 – Classificação dos municípios de Goiás a partir do índice do número efetivo de candidatos.....	81
Tabela 3.3 – Grau de competitividade por votos segundo o aproveitamento dos votos nos municípios, em 2006.....	86
Tabela 3.4 - Grau de competitividade por votos segundo o tamanho do PIB dos municípios, em 2006 e 2010.....	89
Tabela 3.5 – Classificação dos deputados eleitos a partir do eixo horizontal da espacialização dos votos, em 2006 e 2010.....	93
Tabela 3.6 – Padrão de concentração/dispersão dos votos dos deputados estaduais eleitos, em 2006.....	93
Tabela 3.7 – Padrão de concentração/dispersão dos votos dos deputados estaduais eleitos, em 2010.....	95
Tabela 3.9 – Padrão de dominação/compartilhamento dos votos dos deputados estaduais eleitos, em 2006.....	108
Tabela 3.9 – Padrão de dominação/compartilhamento dos votos dos deputados estaduais eleitos, em 2010.....	109
Tabela 3.11 – Tipologia de padrão espacial de votação dos deputados eleitos em 2006. ....	118
Tabela 3.12 – Tipologia de padrão espacial de votação dos deputados eleitos em 2010. ....	119
Tabela 3.13 – Projetos parlamentares de deputados eleitos com padrão Concentrado-Compartilhado na 16º legislatura da Assembleia Legislativa de Goiás (2007 – 2011).....	126
Tabela 3.14 – Projetos parlamentares de deputados eleitos com padrão Concentrado-Dominante na 16º legislatura da Assembleia Legislativa de Goiás (2007 – 2011).....	127
Tabela 3.15 – Projetos parlamentares de deputados eleitos com padrão Disperso-Compartilhado na 16º legislatura da Assembleia Legislativa de Goiás (2007 – 2011).....	128
Tabela 3.16 – Projetos parlamentares de deputados eleitos com padrão Disperso-Dominante na 16º legislatura da Assembleia Legislativa de Goiás (2007 – 2011).....	128
Tabela 3.17 – Total de projetos apresentados na 16º legislatura da Assembleia Legislativa de Goiás (2007-2010).....	128
Tabela 3.18 – Projetos parlamentares de deputados eleitos com padrão Concentrado-Compartilhado na 17º legislatura da Assembleia Legislativa de Goiás (2011-2015). ....	130

Tabela 3.19 – Projetos parlamentares de deputados eleitos com padrão Concentrado-Dominante na 17º legislatura da Assembleia Legislativa de Goiás (2011-2015). .....	131
Tabela 3.20 – Projetos parlamentares de deputados eleitos com padrão Disperso-Compartilhado na 17º legislatura da Assembleia Legislativa de Goiás (2011-2015). .....	132
Tabela 3.21 – Projetos parlamentares de deputados eleitos com padrão Disperso-Dominante na 17º legislatura da Assembleia Legislativa de Goiás (2011-2015).....	132
Tabela 3.22 – Total de projetos apresentados na 17º legislatura da Assembleia Legislativa de Goiás (2011-2015) .....	132

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1.1 – Quadro das dimensões horizontais e verticais dos padrões de distribuição espacial. ....	46
Quadro 2.1 – Coligações e partidos nas eleições de 2006 para deputado estadual de Goiás... 56	56
Quadro 2.2 – Coligações e partidos nas eleições de 2010 para deputado estadual de Goiás... 63	63
Quadro 3.1 – Correlação entre Número efetivo de candidatos e eleitores aptos em 2006. ....	84
Quadro 3.2 – Correlação entre Número efetivo de candidatos e eleitores aptos em 2010. ....	84
Quadro 3.3. – Correlação entre o percentual de votos aproveitados e variáveis de desenvolvimento municipal em 2006 e 2010. ....	87
Quadro 3.4 – Correlação das variáveis municipal e índice de número efetivo de candidatos em 2006.....	88
Quadro 3.5 – Correlação das variáveis municipal e índice de número efetivo de candidatos em 2010.....	88

## SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	6
RESUMO .....	7
ABSTRACT .....	8
LISTA SIGLAS .....	9
LISTA DE FIGURAS .....	11
LISTA DE MAPAS .....	12
LISTA DE TABELAS .....	13
LISTA DE QUADROS .....	16
SUMÁRIO.....	17
<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>18</b>
<b>CAPÍTULO I.....</b>	<b>27</b>
A GEOGRAFIA ELEITORAL: O VOTO COMO DADO ESPACIAL.....	27
1.1 A Geografia Eleitoral e suas abordagens no Brasil.....	29
1.2 Sistema eleitoral brasileiro e a importância política do município .....	34
1.3 As teorias sobre a decisão do voto .....	42
1.4 A distribuição espacial do voto e a conexão eleitoral .....	45
1.5 O voto como dado espacial e possibilidade cartográfica.....	47
<b>CAPÍTULO II .....</b>	<b>50</b>
POLÍTICA E ELEIÇÕES: VOTO E TERRITÓRIO EM GOIÁS .....	50
2.1 Polarização política: os partidos e as eleições em Goiás.....	51
2.2 As eleições de 2006 e 2010 para deputado estadual de Goiás.....	55
2.2.1 <i>As eleições de 2006</i> .....	55
2.2.2 <i>As eleições de 2010</i> .....	62
2.3 Eleitores e território em Goiás .....	67
<b>CAPÍTULO III.....</b>	<b>75</b>
A CONEXÃO ELEITORAL: GEOGRAFIA DO VOTO E DA PRODUÇÃO PARLAMENTAR EM GOIÁS...	75
3.1 A competição eleitoral nos municípios de Goiás.....	76
3.2 A Geografia do voto dos deputados estaduais de Goiás: os padrões de votação em 2006 e 2010.....	90
3.2.1 <i>Concentração e dispersão dos votos: o eixo horizontal da votação</i> .....	91
3.2.2 <i>Dominação e Compartilhamento dos votos: o eixo vertical da votação</i> .....	106
3.2.3 <i>Taxonomia dos padrões espaciais das eleições de 2006 e 2010</i> .....	117
3.3 A conexão eleitoral: geografia do voto e produção parlamentar no território goiano .....	121
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>135</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>139</b>

## INTRODUÇÃO

---

---

O presente estudo se insere na linha de pesquisa de Dinâmicas Socioespaciais do Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Estudos Socioambientais (IESA) da Universidade Federal de Goiás. Sob a orientação do Professor Dr. Eguimar Felício Chaveiro trabalhamos um tema que se apresenta contextualizado no atual momento político vivido no Brasil. Esta pesquisa se relaciona, ainda, com os estudos realizados no âmbito do Observatório das Metrôpoles; o qual vem produzindo, nas últimas décadas, trabalhos sobre a Geografia do Voto em outras partes do país.

Sabe-se que a eleição é um acontecimento que desde o Império os brasileiros participam. É certo que o direito de votar naquela época era restrito a poucos privilegiados. No entanto, o Brasil passou por momentos importantes que ajudaram a enriquecer sua história política. Os modelos de representação, o sistema eleitoral e político foram mudando e se aperfeiçoando, bem como as cédulas, até chegar às atuais urnas eletrônicas.

Temas sobre eleições são amplamente estudados em várias áreas das Ciências Humanas. Evidente que em algumas mais que em outras, como na Ciência Política e na Sociologia, em que as análises eleitorais são mais desenvolvidas. Entretanto, a Geografia tem uma história de 100 anos de estudos das eleições, que começou na França com André Siegfried.

Desde então, os métodos e conceitos utilizados para tentar entender as eleições e os votos de uma maneira geográfica foram modificando; assim como a própria ciência. Um problema percebido ao observar os estudos sobre o tema é a negligência da Geografia com esse campo da política.

Apesar de ser parte da Geografia Política, a Geografia Eleitoral passou a participar mais dos estudos de outras ciências do que da disciplina de origem. Segundo Zolnerkevic (2011. p.1): “o termo Geografia nos estudos eleitorais é usualmente entendido no sentido de localidade, lugar, não no sentido de disciplina acadêmica”. Com isso, faz-se necessário a qualquer trabalho geográfico na atualidade que pretenda enveredar pelos caminhos da Geografia Eleitoral, primeiramente entender o papel do espaço na análise dos votos.

Por ter consciência desse fato, o primeiro passo na construção deste trabalho foi ter como pressuposto inicial que o voto é um dado espacial; uma vez que incidindo no lugar pode ser espacializado, tornando-se uma possibilidade cartográfica.

A partir desse fato, criam-se expectativa de desenvolver o raciocínio espacial, sendo possível compreender a realidade e a espacialidade das práticas sociais. Desta forma, compomos um tema que nas entrelinhas visa defender o papel da Geografia – portanto, da dimensão espacial – nos estudos relacionados a eleições.

Por conseguinte, propomos uma análise espacial dos votos das eleições de 2006 e 2010 para deputado estadual de Goiás. Esta proposta, considerando o pressuposto inicial, levou a identificar algumas questões que se pretende elucidar com essa pesquisa.

Destaca-se como problematização central a seguinte indagação: como se dá a relação entre a dimensão espacial do voto e a dimensão espacial da representação política na Assembleia Legislativa de Goiás? A partir desta pergunta, podemos desdobrar outras como: de que maneira a espacialização do voto pode contribuir para o entendimento de certas faces da política eleitoral? Como os atores envolvidos – candidatos, partidos, instituições e eleitores – agem diante da competição pelo poder no/do território na arena eleitoral?

Na tentativa de responder a essas perguntas, fez-se necessário a abordagem de temas que não são comuns nos trabalhos geográficos atuais. Temas e conceitos que apesar da possibilidade de terem no espaço uma variável explicativa não são tratados pela Geografia com tanta frequência.

Todo esse intuito foi com o objetivo de tentar entender como a dimensão espacial se insere nestes estudos, uma vez que dissemos que os estudos geográficos que pretendem analisar as eleições deve primeiramente conhecer o papel da Geografia e do espaço na sua explicação. Para tanto, temas como sistemas eleitorais proporcionais e majoritários, distritos eleitorais, decisão do voto, foram tratados sempre com o objetivo de entender como o espaço poderia se inserir como variável explicativa.

O objetivo geral será, então, identificar e analisar como ocorrem as formas de distribuição do voto no espaço e suas relações com a representação política dos deputados estaduais de Goiás. Como objetivos específicos, elegemos: Compreender o papel da Geografia na análise das eleições reconhecendo a dimensão espacial como uma das variáveis explicativas; Esboçar o perfil político-eleitoral do território, dos partidos, dos candidatos e eleitores em Goiás; Relacionar os padrões espaciais de votação dos municípios e dos deputados eleitos com as características do território e com as produções parlamentares.

A fim de alcançarmos todos estes objetivos, precisamos utilizar métodos que possibilitem chegar ao nosso objeto e compreendê-lo de maneira geográfica. Para tanto, entendemos como método científico, assim como afirma Gil (2010, p.8): “[...] o conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos adotados para se atingir o conhecimento”. Este autor classifica o método científico em dois grupos.

O primeiro são os que proporcionam as bases lógicas da investigação, é o que Lakatos e Marconi (2009) chamam de método de abordagem. Ao considerarmos essas definições, entendemos que uma abordagem que nos permite enxergar os fenômenos como processos inacabados que não postos isoladamente.

Dessa forma, consideramos que as análises da Geografia Eleitoral revelam o pacto entre a dimensão política e a dimensão territorial da sociedade. O entrelaçamento destas duas dimensões expõe os conflitos e disputas pelo controle do território.

Devemos destacar ao expor nossa proposta de análise o que entendemos por território. Não pretendemos formular um conceito, nem mesmo vamos aprofundar nesta categoria. Nossa intenção é de entender como o voto pode relacionar-se com o território. Para tanto, é importante esclarecer qual território é esse.

Na Geografia Política tradicional, o território surge como o espaço concreto apropriado por um grupo social, e tal grupo criaria raízes e identidades e não seria mais compreendido sem este, pois sua identidade sociocultural estaria ligada aos atributos do espaço concreto (SOUZA, 2009).

Esse território, segundo o autor, está associado ao recorte do território nacional, ou seja, do Estado-Nação, estando evidentemente no campo de um discurso ideológico. Para Castro (2011), o território, pensado no âmbito da Geografia Política de Ratzel, é constituído por meio do vínculo entre o Estado e o solo, construído por uma sociedade através da sua história.

Podemos notar que a Geografia Política sempre teve o território como um de seus principais elementos para análises políticas. Isso, mesmo com um conceito rígido de território que se referia ao solo do Estado-nação, ou seja, algo concreto e não como coloca Souza (2009, p.87) quando afirma que “territórios, são no fundo antes *relações sociais projetadas no espaço* que espaços concretos” (grifo do autor). Lima (2002, p. 115), ao defender o papel do território nas análises políticas, afirma que “se território não é apenas um ‘território nacional’, também não é apenas distrito, município, província, cantão ou estado federado, enfim ‘recortes territoriais’ utilizados, senão definidos por e com fins eleitorais, bases eleitorais”.

Com esse pressuposto, concorda com Souza (2009. p. 81), quando afirma que a noção de que o território é “um espaço definido e delimitado por e a partir de relação de poder” leva a pensar que este não é restrito apenas à escala nacional e associado ao Estado. Para este autor,

Territórios existem e são construídos (e desconstruídos) nas mais diversas escalas, da mais acanhada à internacional; territórios são construídos (e desconstruídos) dentro de escalas temporais as mais diferentes: séculos, décadas, anos, meses ou dias; territórios podem ter um caráter permanente, mas também podem ter uma existência periódica, cíclica. (p.81)

O território, dessa maneira, pode ser percebido em diferentes escalas. Na arena eleitoral onde o candidato ou partido controla os votos desde os bairros e regiões da cidade (vereadores e prefeitos), até estados inteiros (presidentes) e que por ações políticas podem ou não manter este poder eleitoral por determinados períodos, o uso político do território implica relações de poder as quais se projeta nesse território, por meio da participação ou da representação política, o primeiro seria o controle direto, e o segundo, indireto.

Um autor que discute esta categoria é Raffestin (1993). Para ele, o território é uma produção que parte do espaço, ou seja, para o autor o território é posterior ao espaço. Este último seria um dado *a priori*, como uma matéria-prima que por meio do trabalho e das relações de poder passaria produzir o território.

Estas considerações geraram algumas críticas a Raffestin (1993), no sentido de reduzir o espaço ao espaço natural e colocar o território como substrato, ou espaço social, e não como um campo de forças (SOUZA, 2009).

Haesbaert (2010) concorda com tais críticas e afirma que Raffestin se confunde ao alegar que Lefebvre partilha dessa passagem do espaço para o território. Para ele, Lefebvre não coloca o espaço como *a priori*, e, sim, como socialmente produzido. O território é concebido por Haesbaert (2004) a partir da imbricação de múltiplas relações de poder.

As contribuições de Raffestin (1993, p. 60) são relevantes no tocante a considerar o “território como espaço político por excelência”. Para Souza (2003), o território não é mais entendido apenas como limite político administrativo, mas também como espaço efetivamente usado pela sociedade e pelas empresas.

Para Santos e Silveira (2008), a palavra território é um nome político para o espaço de um país. O espaço territorial seria então o espaço, o Estado e uma ou mais nações. Para estes autores o que devemos levar em consideração ao analisarmos uma parte do território é, então, o território usado. Uma categoria que considera “a interdependência e a inseparabilidade entre

a materialidade, que inclui a natureza, e o uso, que inclui a ação humana, isto é, o trabalho e a política” (SANTOS e SILVEIRA, 2008, p. 247). O que os autores colocam é que o território é resultado de processos históricos.

O que podemos notar é que o território deixa de ser apenas uma expressão vinculada ao Estado-nação e passa a ser concebido a partir das relações de poder no espaço, ao partir de diferentes escalas e em diferentes contextos. Com esse processo, podemos entender o poder almejado por sujeitos – ou melhor, grupos representados por um sujeito – em campanhas eleitorais, por exemplo.

Baseada nas contribuições de Milton Santos, Zanfolin (2006, p. 12) afirma que “as instituições – junto com os objetos, as empresas e as pessoas – participam da constituição do território usado e competem entre si para usá-lo”.

Deste modo, podemos considerar que os partidos políticos e os candidatos têm em suas campanhas eleitorais o instrumento de disputa pelo território. Segundo Castro (2011), é importante saber como esse interesse pelo território resulta em estratégias para obtenção de respostas positivas nas eleições.

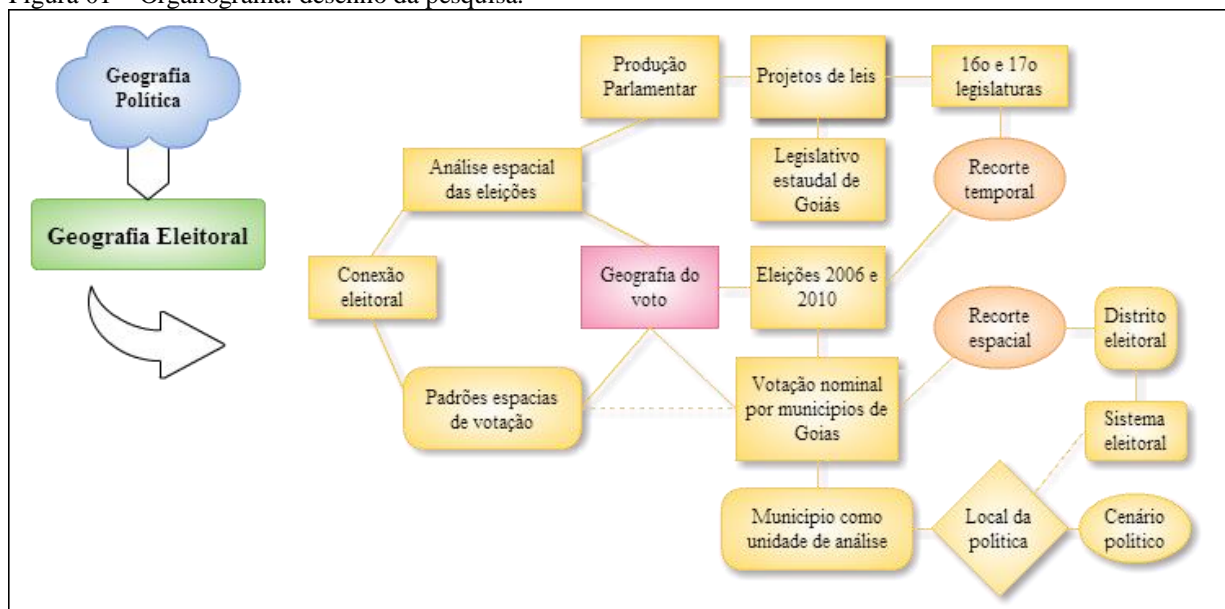
Nesta perspectiva, devemos pensar as consequências do voto sobre o território, isto é, o voto que incide em determinado lugar terá efeitos sobre a organização territorial. A eleição é aqui considerada uma disputa pelo domínio e controle do território pelos atores políticos e estes vão organizá-lo e usá-lo de acordo com seus interesses, dos grupos a eles ligados e, ainda, de acordo com os interesses dos lugares que representam. Acreditamos que partindo deste pensamento, a geografia do voto relacionada a outros elementos, como socioeconômicos e históricos, contribui para a compreensão dessa relação.

Dessa forma, o desenho da pesquisa se aproxima do que podemos ver na figura 01. Na busca por atingir todas as etapas e cumprirmos o objetivo, adotamos como métodos de procedimentos algumas técnicas apontadas por Lakatos e Marconi (2009). Seguindo as ideias dos autores, entendemos que ao decompor a história do processo eleitoral em Goiás para então analisar a atual relação o voto com o território goiano, empregamos o método histórico.

Concomitantemente, utilizamos técnicas estatísticas, pois, também fornecemos uma descrição quantitativa do fenômeno estudado. Apresentamos índices de concentração e dominância que representam a dimensão horizontal e vertical dos padrões espaciais de votação. Expomos ainda, elementos da estatística descritiva, como média, índices, coeficiente de correlação de Pearson.

Podemos acrescentar o método cartográfico na nossa análise, uma vez que utilizamos a cartografia do voto como meio de chegarmos ao objetivo de relacionar o território com a votação dos candidatos a deputado estadual de Goiás.

Figura 01 – Organograma: desenho da pesquisa.



Fonte: Elaboração própria (2013).

O que podemos observar é que a Cartografia aparece timidamente nos atuais estudos da geografia do voto, como algumas exceções como Terron (2009), que faz uso irrestrito de mapas para suas análises. Entretanto, para nós, a cartografia das eleições é essencial para o desenvolvimento do raciocínio espacial, como já mencionado.

O estudo pretende analisar os votos dos candidatos eleitos para deputado estadual de Goiás. A proposta é abranger os municípios do estado de Goiás que, apesar de o município não ser um distrito eleitoral formal para o pleito analisado é, como destaca Terron (2009), o espaço do político, ou como coloca Carvalho (2003), onde de fato se trava a competição por votos.

Portanto, será o município nossa unidade de análise. O recorte temporal selecionado será de duas eleições e legislaturas consecutivas – 2006 (16º legislatura) e 2010 (17º legislatura). Esta escolha ocorre por serem os dois últimos pleitos para o cargo de deputado estadual de Goiás.

A opção por trabalhar com duas eleições e duas legislaturas é justificada por possibilitar a comparação da votação de candidatos reeleitos e verificar mudanças e continuidade na dinâmica política eleitoral do Estado.

A escassa literatura sobre a Geografia Eleitoral em Goiás estimulou ainda mais a ideia deste trabalho, uma vez que a maioria das produções sobre o tema se concentra nas regiões sul e sudeste do país. Escolhemos uma análise regional buscando perceber as dinâmicas próprias do estado de Goiás, o que não seria possível em uma análise de escopo nacional.

Os dados necessários para a realização do estudo empírico das eleições serão coletados nos bancos de dados principalmente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O tratamento e utilização destes dados serão por meio de softwares de estatística e de Sistemas de Informação Geográfica (SIG).

Posterior ao tratamento, será realizado o mapeamento dos votos por município e por candidato. Para os mapas de votos dos deputados será utilizado o método cartográfico quantitativo de figuras geométricas proporcionais. Nos mapas referentes à votação nominal do candidato, que possibilita a análise do eixo horizontal, serão apresentados os valores absolutos de votos recebidos em cada município do estado.

Já os mapas destinados à análise do eixo vertical, ou seja, do grau de dominância, serão utilizados os percentuais de votos que o candidato obteve em relação ao total de votos nominais do município. O mapeamento da votação dos candidatos eleitos para deputado estadual objetiva facilitar a análise geográfica de suas votações.

Para definir os padrões espaciais de votação dos municípios e deputados goianos, serão utilizados índices já propostos pela literatura, notadamente por Ames (2003) e Carvalho (2003). Inicialmente será calculado o número efetivo de candidatos ( $N^{\text{Cand}}$ ) para cada município.

Este índice é uma adaptação de Carvalho (2003) para o índice de partidos efetivos,, largamente utilizado nos estudos partidários. Este serve para classificar o grau de concentração dos votos em um município, que pode ser de Concentração Alta ou Média ou de Dispersão Alta ou Média.

Num segundo momento, serão calculados o índice de municípios efetivos ( $N^{\text{mun}}$ ) e o índice de dominância média, ou índice de Ames. O primeiro visa classificar a o grau de concentração e dispersão dos votos de um candidato ao longo do distrito eleitoral, foi proposto por Carvalho (2003) e gera quatro classes horizontais de votação: Concentração Alta, Concentração média, Dispersão Média e Dispersão Alta.

Já o segundo é uma contribuição inédita do Ames (2003) e classifica o grau de dominância média do candidato sobre o município, gerando quatro classes verticais, que são: Dominância Alta, Dominância Média, Compartilhamento Médio e Compartilhamento Alto. Posteriormente, para criar uma tipologia de padrões espaciais de votação, é necessário cruzar

estas duas informações, chegando a quatro padrões distintos: Concentrado-compartilhado, Concentrado-dominante, Disperso-compartilhado e Disperso-dominante.

Já para a análise da produção parlamentar, visando apreender o caráter espacial da representação política dos deputados estaduais, foram classificados os projetos de leis apresentados à Assembleia nas duas legislaturas. Assim, foram separados por temáticas e quando o projeto apresentava-se com incidência direta ou prioritária nos municípios que compõem as bases do deputado, estes foram considerados como de benefícios localizados.

O desenvolvimento do trabalho se apresenta em três capítulos. O primeiro, intitulado *A Geografia Eleitoral: o voto como dado espacial*, é dividido em cinco seções, dedica-se à discussão teórica de temas que são importantes para a análise espacial das eleições. A primeira seção versa sobre a origem e desenvolvimento da Geografia eleitoral, sua aplicação em outras ciências e um breve levantamento de trabalhos sobre o assunto, buscando demonstrar a ampla diversidade das abordagens.

Na segunda seção discutem-se os sistemas eleitorais, com ênfase no modelo utilizado no Brasil, o sistema eleitoral proporcional de lista aberta. Posteriormente há uma discussão sobre o papel do município como unidade territorial onde a política acontece de fato. A terceira parte do primeiro capítulo discorre sobre as teorias da decisão do voto, ao apresentar as principais vertentes de explicação do voto, com ênfase nas teorias que consideram o espaço como variável explicativa da escolha do voto.

A quarta parte objetiva discutir a ideia de conexão eleitoral, isto é, a geografia do voto e a distribuição espacial do resultado das eleições, considerando as dimensões verticais e horizontais dos padrões de votação proposto por Ames (2003). Por fim, a quinta seção busca justificar a importância da cartografia para a análise espacial do voto e o papel dos mapas eleitorais.

O segundo capítulo, denominado *Política e Eleições: voto e território em Goiás*, é destinado à discussão sobre a política e as eleições em Goiás. Este capítulo é dividido em três seções, sendo a primeira sobre a política em Goiás com uma breve passagem pela história anterior à redemocratização e a polarização político-eleitoral, tendo em vista o entendimento da atual estrutura política, partidária e eleitoral do estado.

A segunda seção dedicou atenção à descrição dos pleitos que serão analisados. As eleições de 2006 e 2010 foram apresentadas visando demonstrar o cenário da competição, como o quadro de coligações, quociente eleitoral, perfil dos candidatos e dos candidatos eleitos. Essa descrição foi realizada a fim de comparar os dois pleitos e verificar as mudanças e as continuidades. A terceira parte do capítulo procurou realizar uma caracterização do

eleitorado no território goiano traçando o perfil dos eleitores, como sua distribuição espacial, grau de instrução, sexo, idade etc.

O terceiro capítulo, cujo título é *A conexão eleitoral: geografia do voto e da produção parlamentar em Goiás*, busca analisar a conexão eleitoral em Goiás, ou seja, a partir da relação entre a definição dos padrões espaciais de votação e a representação política no território goiano.

A primeira seção dedica-se a entender a competição eleitoral nos municípios e, a partir do número efetivo de candidatos, relacionar com elementos que compõem o território. A segunda parte utiliza-se dos índices propostos na metodologia para definir os padrões de votação dos candidatos nos eixos horizontal e vertical. Por fim, na terceira parte, busca-se relacionar estes padrões com a produção parlamentar dos deputados eleitos para as duas legislaturas analisadas. Esta produção foi tabulada a partir dos processos legislativos apresentados ao plenário como projetos de leis.

Esperamos com nosso trabalho contribuir para as discussões sobre o tema da Geografia Eleitoral e, sobretudo para o entendimento das dinâmicas políticas do território goiano. Entendemos que a esfera política é uma das camadas da sociedade que, articulada com o território, é capaz de explicar, ou ao menos ajudar a compreender, a realidade vivida em Goiás.

# CAPÍTULO I

---

---

## A GEOGRAFIA ELEITORAL: O VOTO COMO DADO ESPACIAL

Cada um com uma história para contar, populares de várias partes lotaram o centro de Goiânia.

Prefeitos, vereadores e funcionários vindos de cidades do interior compunham ontem a maior parte do público que acompanhou de posse do governador Marconi Perillo (PSDB). Ônibus, vans e carros começaram ocupar as ruas do Centro, no entorno da Assembleia Legislativa, a partir das 8 horas e às 10 horas já era tarefa árdua encontrar vagas disponíveis para estacionamento. Em menor número, poucos moradores de Goiânia, sem vínculo direto com o governo, se dispuseram a comparecer na cerimônia.

Vindo de Palminópolis, distante 122 quilômetros de Goiânia, o jardineiro Valdir Olímpio da Silva, de 50 anos, contou que deixou a cidade em uma Van, com mais 12 pessoas, às 8 horas. "Passamos a virada na igreja, por isso nem foi tão difícil acordar", disse Valdir, ao lado da mulher Renilda Pereira dos Santos, 42 anos, e o filho Artur, 14 anos. O veículo foi cedido pelo prefeito João Adelson Barbosa e chegou em Goiânia por volta das 10 horas.

Também vindo do interior, o operador de máquinas Rubens Santos, de 43 anos, era acompanhado da mulher, Maria Gracilene Machado, e as duas filhas, Rafaela e Gabriela, de 5 e 3 anos. Morador de Goianira, passou o réveillon na Praça Cívica, dormiu com a família na casa da cunhada, na Avenida Tocantins, e acordou cedo para acompanhar a posse. "Não tenho esse costume. Acho que a última que vi foi na eleição de 1982. Nem votei no Marconi nessas eleições, mas mesmo assim quis ver", explica. O prefeito da cidade de Goianira, Carlos Alberto Andrade Oliveira, contou que disponibilizou um ônibus, que trouxe cerca de 40 pessoas.

Em meio a faixas saudando o governador feitas por prefeituras de Trindade, Guapó, Cidade Oriental, Alexânia e Piracanjuba, destacavam-se imagens do prefeito de Pontalina, Jurandir Augusto. Seu rosto figurava em banners de dois metros de altura, fixados nas colunas de entrada da Assembleia e em locais próximos ao palácio Pedro Ludovico Teixeira, onde ocorreram, respectivamente, a posse e a transmissão de cargo.

Impedidos de entrar no plenário da Assembleia, muitas pessoas se espremiavam no saguão da casa, em frente a um telão e dois televisores, que transmitiam a solenidade. Distante da aglomeração, o funcionário da Companhia Metropolitana de Goiânia (Comurg) Djalma Alves, de 37 anos, acompanhava todos os discursos por um rádio. Ele diz que passou o réveillon na Praça Cívica, foi de madrugada para casa, no Balneário Meia Ponte, dormiu algumas horas e retornou ao Centro, de moto-taxi, que lhe cobrou 15 reais. "Estou um pouco cansado, mas vale a pena acompanhar", contou.

Com o auxílio de muletas, o contabilista Adão Martins Lopes, de 68 anos, superava a ausência de uma das pernas - conforme explicou, devido um acidente aos 13 anos - para acompanhar o cortejo. Morador da Vila Alpes, ele chegou por volta das 10 horas e ficou até o encerramento da cerimônia, às 13h15. "É importante vir, participar. Só acho que o ex-governador Alcides não teve ética para repassar a faixa", criticou. (O Popular, 1 de janeiro de 2011).

O texto datado do dia primeiro de janeiro de 2011 noticia a cerimônia de posse do governador eleito Marconi Perillo. Segundo a notícia, o evento foi assistido por centenas de cidadãos goianos que vieram de várias partes do estado para presenciar a posse do seu candidato. Mais do que apenas uma simples cerimônia de posse, a notícia retrata uma festa em que eleitores comemoram o que acreditam ser a melhor escolha para o estado. Esta "festa" representa uma crença na política e na democracia.

Grande parte dos cidadãos que presenciaram a passagem do cargo de governador (ou poderia ser de deputado, prefeito, senador ou presidente) não compreende, por motivos diversos, como se constitui a política representativa e a democracia em seu País.

Qual o valor real de seu voto e a importância do ato de votar? O que o motivou a votar e quais as estratégias dos candidatos para convencê-lo de suas propostas? Que fim levou seu voto ao se juntar com os votos dos mais de 3,3 milhões de eleitores que compareceram nas eleições de 2010?

Essas e outras questões são apresentadas (ou deveriam ser) aos eleitores e aos candidatos antes, durante e depois do momento de consagração da cidadania política – o ato de votar. É certo que não foram todos os goianos que se sentiram satisfeitos com o resultado das eleições, porém essa é só uma das características da política.

Neste capítulo, buscamos partir do pressuposto de que é necessário compreender, mesmo que de maneira introdutória, as questões que definem quem será o protagonista na cerimônia noticiada anteriormente. Alguns elementos que compõem a política e a democracia, festejada pelos goianos no dia da posse do governador, fazem parte dos assuntos que se discutirá.

Outro assunto que trataremos versa sobre a importância da dimensão espacial na política representativa. Buscamos (re)inserir aos debates que envolvem as eleições a dimensão espacial e territorial da sociedade, da política e da democracia.

Entendemos, como pressuposto geral, que Geografia Eleitoral é o estudo das eleições – enquanto um fenômeno democrático de escolha de representantes e palco da competição política – que valoriza a dimensão espacial, reconhecendo o caráter geográfico da dinâmica eleitoral.

Em razão do que se apresentou, doravante iremos palmilhar o debate teórico em torno da Geografia Eleitoral, sua origem e desenvolvimento enquanto campo da Geografia Política, seus temas e abordagem recentes. Iremos, ainda, abordar temas que são importantes para compreensão das análises, com o objetivo de sempre buscar a dimensão espacial.

## **1.1 A Geografia Eleitoral e suas abordagens no Brasil**

Em 1913, o geógrafo francês André Siegfried publicou o primeiro trabalho sobre a espacialização dos votos. O *Tableau politique de la France de l'Ouest sous la IIIe*

*République*<sup>1</sup> foi inaugural para o que hoje conhecemos como Geografia Eleitoral. Em suas análises, Siegfried (1995) relacionou a formação geológica da região com a orientação ideológica dos eleitores. Segundo ele, *le granite vote à droite, et le calcaire vote à gauche*<sup>2</sup>.

Para Terron (2009), com essa afirmação, o autor explicou a correspondência entre formação geológica, uso do solo e distribuição de propriedade, estrutura dos arranjos de classes sociais locais e essa influência no voto. A diferenciação entre norte e sul da região de Vendée, na França, no período da terceira república, ocorreu, segundo o autor, pelo tipo de ocupação. O norte, granítico, teve uma ocupação rural, baixa densidade populacional e forte influência católica; o que levou ao voto de direita. Já o sul, calcário, apresentava maior densidade e menor influência da igreja, portanto com voto de esquerda.

Porém, de acordo com Toledo Jr. (2007), o trabalho de Siegfried foi considerado inconsistente e determinista pelos geógrafos da época, o que levou a um isolamento dos estudos eleitorais frente à geografia. Apesar de seguir a tradição geográfica da época, ao basear suas análises na descrição de regiões pelas suas características físicas e na influência dessas no comportamento humano, de acordo com Terron (2009), Siegfried faz uma análise inovadora que marca a fundação de um novo campo acadêmico.

Segundo Contini (2009), Siegfried faz em seu trabalho uma análise a nível regional e evidencia ligações entre o voto de direita e as grandes propriedades. A frase de Siegfried, citada anteriormente, deve ser interpretada, de acordo com Contini (2009. p. 5), no seu conjunto não como um termo determinista, e acrescenta:

Em seus estudos, primeiramente fez uma análise regional numa visão geral, onde identificava as grandes “regiões políticas”. Em segundo lugar apresentou os parâmetros que explicavam o quadro político da França Ocidental, isto è, os fatores de formação das opiniões locais, que segundo ele, eram quatro: os tipos de regime da propriedade fundiária, as características e a densidade da população, a influência do clero católico e enfim, nas relações entre o Estado e o mundo político local. Em terceiro lugar interessou-se pelas classes sociais e pelos partidos políticos, sublinhando em particular as características dos seus pontos de força no Oeste.

Posteriormente, Siegfried continuou seus trabalhos vinculados à Geografia Eleitoral e um detalhe importante em suas obras foi a cartografia, utilizada tanto para fatores explicativos como para os resultados eleitorais (ZANFOLIN, 2006). Para Toledo Jr. (2007. p. 172) “a cartografia eleitoral era a principal ferramenta utilizada por Siegfried”; e Terron (2009. p. 25) completa afirmando que “Enquanto os mapas refletiam aspectos geológicos locais, os

---

<sup>1</sup> O livro foi republicado em 1995 sob o mesmo título.

<sup>2</sup> “O granito vota à direita, e o calcário vota à esquerda”

resultados eleitorais significativamente diferentes refletiam relações sociais particulares, e isso, já desvinculado da geomorfologia, continua sendo o foco da Geografia Eleitoral atual”.

A cartografia é basilar na tradição geográfica francesa; sendo utilizada tanto na Geografia, como na História, Sociologia e na Política, e essa tradição se mantém, segundo Terron (2009). Como veremos nas próximas seções, consideramos que a cartografia tem um papel fundante nos estudos da Geografia Eleitoral e defendemos seu uso para o desenvolvimento do raciocínio espacial.

Com a continuidade de seus trabalhos, Siegfried influenciou pesquisadores franceses, tornando-se um clássico da Geografia Política francesa. Porém, pelas críticas feitas na Geografia, seus trabalhos exerceram mais influência em outras ciências, como a Ciência Política e a Sociologia Política, do que na própria Geografia.

Um autor que trabalhou com a Geografia Eleitoral na França sob a influência de Siegfried, a partir da década de 1940, foi François Goguel. Entretanto, este autor realizou um trabalho mais voltado para a Sociologia Eleitoral, com grande representatividade na Ciência Política. Porém, ao lamentar o silêncio da Geografia Humana sobre as eleições, o autor afirma que sua abordagem não abandona a geografia, e acrescenta:

[...] estudar um fenômeno social, a sociologia eleitoral, não implica o abandono da noção de geografia, mas seu aprofundamento, permite pesquisar os fatores de estrutura social, eles mesmos diferenciados no espaço, que correspondem à repartição espacial de opiniões políticas (GOGUEL, 1991. p. 43. Tradução livre).

A partir desse pressuposto, nota-se um crescente interesse pela Geografia Eleitoral em outras ciências, o que vai perdurar até os estudos atuais. Dessa forma, as pesquisas neste campo se diversificam, além das diferentes abordagens feitas em cada País. Pesquisadores dos países de língua inglesa, especialmente os EUA e a Inglaterra, foram responsáveis por uma Geografia Eleitoral, de caráter mais estatístico e por inserí-la na agenda de pesquisa de cientistas políticos e sociólogos a partir da década de 1940.

Enquanto a tradição da Geografia Eleitoral francesa era uma análise espacial com forte presença da cartografia, como já mencionado, nos EUA, por exemplo, se desenvolvia métodos quantitativos para reorientar a disciplina e inseri-la no rol das ciências sociais, segundo (TERRON, 2009).

Fora da França, Tingsten realizou análises em Estocolmo relacionando dados eleitorais e sociais agregados com a classe trabalhadora e constatou que quanto maior a população da classe trabalhadora maior o apoio aos partidos socialistas sueco. Segundo Johnston e Pattie (2006, apud TERRON, 2009), Tingsten inaugurou uma corrente metodológica de análise

estatística de dados eleitorais e sociais agregados, os estudos ecológicos, que se tornou parte integrante da Geografia Eleitoral.

Voltando aos estudos produzidos no EUA, destaca-se Valdimer Orlando Key Jr. No final da década de 1940 e início de 1950, Key se torna referências nos estudos eleitorais ao explicar o comportamento dos eleitores do sul do EUA, ao partir do fenômeno denominado por ele com *friends and neighbours* (amigos e vizinhos).

De acordo com Terron (2009, p. 27), “esse efeito se caracteriza pela preferência por candidatos locais em detrimento daqueles de outras partes do estado ou do país”. Trataremos dessa e outras teorias do comportamento eleitoral e decisão do voto mais adiante.

Nesse mesmo período, outra linha metodológica se desenvolveu com estudos de sociólogos da Universidade de Columbia. Os dados agregados que foram empregados desde o início com Siegfried foram abandonados, sendo utilizado em Columbia levantamento estatístico amostral e pesquisa com entrevistas individuais. Os *surveys* passaram a ser as principais fontes de dados para análise do comportamento eleitoral (TERRON, 2009).

De acordo com Terron (2009), com o desenvolvimento de teorias de decisão do voto, como a sociológica e a escolha racional – que serão discutidas ainda neste capítulo – a espacialidade do comportamento eleitoral deixa de ser explorada com um possível determinante, quando passa a ser explicada eventualmente para capturar diferenças regionais marcantes.

Julgamos que este fato se dá pela negligência da Geografia pelo tema, levando a um esquecimento da variável espacial nas análises eleitorais. A utilização do espaço nas análises eleitorais é então abordada nas contribuições de Castro (2011, p.144) ao defender a incorporação do “espaço como variável explicativa necessária à compreensão das escolhas dos sistemas eleitorais e dos seus resultados”. Isto é, a Geografia pode contribuir para o debate em pauta, a partir de suas análises que consideram o espaço como uma via para explicar os sistemas políticos.

A reinserção desta variável necessária tem sido defendida no Brasil nas últimas décadas por geógrafos como Toledo Jr. (2007), que enfatiza que o espaço, o lugar e o território usado são dimensões conceituais e teóricas que necessitam ser incorporadas pela análise e discussão políticas.

Já Terron (2009; 2012) afirma que em outros países já vem ocorrendo a reinserção do espaço como categoria analítica nos estudos sociopolíticos, isso desde a década de 1980, com o desenvolvimento de novas técnicas de análises espaciais e a crescente disponibilidade de dados eleitorais georeferenciados e de Sistemas de Informações Geográficas.

No Brasil, os estudos da Geografia Eleitoral são relativamente incipientes. Entretanto, as abordagens brasileiras são variadas, como as dos outros países, e abarcam desde a decisão do voto, a reforma política, a distribuição dos votos. A título de conhecer os trabalhos que envolvem as temáticas da Geografia Eleitoral, selecionou-se algumas abordagens que chamam a atenção por privilegiar o espaço nas análises.

É o caso de Zanfolin (2006), que busca compreender algumas propostas da reforma política a partir do território usado e para isso contribui para um debate que envolve a geografia política e eleitoral.

Já Castro (2011) trabalha a relação do espaço com a representação política, analisando a influência deste na escolha do sistema eleitoral e na decisão do voto do eleitor, com isso resgata a dimensão espacial dos fenômenos políticos. Toledo Jr. (2007) defende o espaço e o lugar como dimensões conceituais e teóricas necessárias para a análise do comportamento eleitoral e apresenta um levantamento dos estudos sobre o tema no Brasil

Em uma abordagem dos votos majoritários, Terron (2009) defende a tese da composição de bases territoriais na votação do candidato Lula para presidente da república, baseando-se em análises espacial de dados e fundamentando-se na teoria que considera o contexto geográfico como determinante de padrões de voto.

Da mesma forma, Barros (2010) faz um estudo das eleições majoritárias no Paraná dos pleitos ocorridos no período entre 1998 a 2006 baseando em documentação cartográfica para análise dos resultados das eleições para os cargos de governador e senador.

Na linha da conexão eleitoral, onde se identifica padrões espaciais de votação para eleições proporcionais, Saugo (2007) aborda o comportamento dos legisladores por meio da proposição de projetos de Lei Ordinária e de emendas ao projeto de orçamento do estado do Rio Grande de Sul e a conexão eleitoral gerada pelos incentivos advindos da arena eleitoral.

Já Corrêa (2011), investiga a relação entre a organização socioespacial metropolitana e a geografia do voto nas eleições proporcionais ao buscar verificar se a distribuição dos diferentes graus de competitividade por votos, assim como, os padrões de distribuição dos deputados estaduais metropolitanos no interior da região metropolitana do Rio de Janeiro, estão relacionados com a sua organização socioespacial.

Jacob *et al* (2010), num extenso mapeamento das eleições para prefeito e presidente nas duas maiores cidades do país – São Paulo e Rio de Janeiro – buscam verificar o comportamento dos eleitores e se mantiveram ou se apresentaram mudanças das eleições de 1996 a 2010 e em que medida o comportamento eleitoral de uma cidade se assemelha ou se diferencia do da outra.

Ames (2003) propõe uma metodologia para análise da conexão eleitoral. Isto é, a partir da espacialização dos votos seria possível entender como o deputado se comportaria; uma vez que o sistema proporcional gera incentivos para a atuação parlamentar.

Com forte influência deste autor, Carvalho (2003), entre inúmeras questões, adapta a metodologia para a espacialização dos votos e baseando no modelo distributivista, busca relacionar o padrão espacial de votação dos deputados federais com sua atuação na arena legislativa; além disso, levanta a ideia da sub-representação das regiões mais densamente povoadas. Estes dois últimos autores são as principais referências aos estudos sobre a conexão eleitoral e Geografia do voto no Brasil.

O que vemos, então, é que os estudos relacionados à Geografia Eleitoral no Brasil apresentam certo pluralismo nas abordagens. Porém, é uma área que ainda necessita de atenção, principalmente na Geografia que aparece timidamente entre os trabalhos de cientistas políticos e sociólogos.

O que se afirma aqui é que nota-se uma forte presença de estudos “não geográficos” como referências nas pesquisas de geógrafos, porém a recíproca nem sempre é verdadeira. A história da Geografia Eleitoral nos mostra que, apesar de ter nascido no seio da Geografia clássica, este campo não foi devidamente conduzido para que se desenvolvesse no âmbito da Geografia moderna.

Passou, então, a ser adotada por outras ciências, que apesar de se utilizar de mapeamentos, não aprofundam na dimensão espacial, como a Geografia teria a competência de realizar.

Assim, na tentativa de nos reaproximar das temáticas e de adaptar os conceitos e conhecimentos já trabalhados no campo da Geografia Eleitoral, apresentamos algumas discussões relevantes para prosseguirmos com nosso objetivo de identificar as relações existentes entre os resultados eleitorais e a organização do espaço.

## **1.2 Sistema eleitoral brasileiro e a importância política do município**

A tarefa de apresentar e discutir o tema *sistema eleitoral brasileiro* apenas aparentemente é simples, haja vista a quantidade de trabalhos publicados. No entanto, este assunto envolve inúmeras abordagens e complexos conceitos que não são corriqueiros à ciência geográfica.

Como vimos anteriormente, a estranheza com o tema vem do afastamento da Geografia dos estudos que envolvem as eleições e a política representativa. Esta seção do

trabalho tem o objetivo de introduzir a temática, com abordagens sintetizadas sobre os tipos de sistemas eleitorais e apresentar alguns elementos que são importantes para o entendimento dos temas que serão trabalhados adiante.

Outro objetivo buscado é entender o papel do município, enquanto unidade de análise, uma vez que é o lugar onde a política acontece, seja como distrito eleitoral formal ou de fato.

Nicolau (2004) apresenta de forma bastante objetiva sua ideia de sistema eleitoral. Para ele “[...] é o conjunto de regras que define como em uma determinada eleição o eleitor pode fazer suas escolhas e como os votos são contabilizados para serem transformados em mandatos (cadeiras no Legislativo ou chefia do Executivo)”. (NICOLAU, 2004, p. 10).

As regras mencionadas pelo autor são variadas e vão definir o tipo do sistema.

O espaço é uma dimensão importante na escolha do sistema eleitoral. Nesse sentido, Castro (2011) afirma que para a Geografia Eleitoral é importante entender “os sistemas eleitorais como processos de transformação de voto em voz [...]”. Já para Tavares (1994), os sistemas eleitorais são construções institucionais políticas e estrategicamente concebidas, e tecnicamente realizadas, para viabilizar e sancionar a representação política em regimes políticos.

Em outras palavras, é o mecanismo que converte o voto em um mandato político. É necessário analisar as condições existentes no espaço de vida, de interesses, de produção e de circulação das sociedades, para compreender os conceitos e práticas dos sistemas eleitorais, da representação política e da democracia (CASTRO, 2011).

Ainda, segundo Castro (2011), nos sistemas eleitorais existem duas dimensões: a social, que define quem tem direito de eleger e ser eleito, formando o corpo daqueles que tem plenos direitos de cidadania, e; a espacial, que define o número de representantes para cada recorte territorial estabelecidos, que no Brasil são chamados de distritos eleitorais.

Poderíamos dizer que é esta última que mais interessa à Geografia Eleitoral. Entretanto, as duas dimensões se cruzam ao entendermos que o indivíduo com plenos direitos políticos deve se apresentar num dos distritos para eleger e ser eleito, e é o resultado disso que realmente interessa à análise espacial da eleição.

Essa dimensão espacial é tratada por Tavares (1994. p. 37), quando examina a “circunscrição, colégio ou distrito eleitoral” como um dos elementos essenciais e comuns a todos os sistemas eleitorais. Para ele, “[...] o distrito eleitoral é a unidade territorial no interior da qual a distribuição dos votos, entre partidos e entre candidatos, é convertida em distribuição, entre partidos e entre candidatos, de cadeiras legislativas”. Este distrito pode

coincidir com limites já previamente definidos como divisões políticas ou administrativas (estados ou municípios) ou desenhados segundo critérios e objetivos específicos.

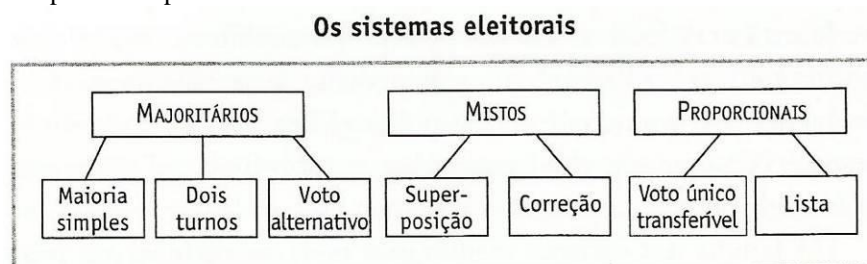
Independente desse fato, Tavares (2004) acredita que a definição do distrito – ou circunscrição eleitoral – deverá considerar a extensão de sua base territorial, o volume da população e dos eleitores e o número dos representantes que ali serão eleitos. Os outros elementos essenciais dos sistemas eleitorais, para este autor, tratam do “boletim de voto ou cédula eleitoral (p. 39)”; dos “procedimentos da votação (p. 44)”; e “da fórmula eleitoral (p. 45)”.

Nicolau (2004, p. 13) define distrito eleitoral da mesma forma, como sendo “a unidade territorial onde os votos são contabilizados para efeito de distribuição das cadeiras em disputa”. Assim, o distrito eleitoral para as eleições que definem os deputados estaduais no Brasil é a unidade federativa, neste caso, o colégio eleitoral coincide com os limites político-administrativos dos estados.

Entretanto, é recorrente na literatura que os distritos eleitorais de fato, ou seja, onde os candidatos e partidos buscam o voto, é no município. O município então passa a ser o local da política. Retomaremos essa discussão mais adiante.

Existem três tipos de sistemas eleitorais: majoritário, proporcional e misto<sup>3</sup>. Estes três tipos se dividem em outros subtipos, segundo o diagrama apresentado por Nicolau (2004) (Figura 1.1). Faz-se necessário apresentar os tipos, porém, lembramos que o sistema proporcional é o utilizado nas eleições para os cargos do Legislativo estadual que analisamos neste trabalho. Iniciemos, então, pelo sistema majoritário.

Figura 1.1 – Tipos e subtipos de sistemas eleitorais.



Fonte: Nicolau (2004).

Os sistemas majoritários baseiam-se no fato de o território ser caracterizado como circunscrição, colégio ou distrito eleitoral, sendo eleito o partido ou os candidatos que obtiverem os maiores números de votos (TAVARES, 2011). Isto é, o candidato ou partido

<sup>3</sup>Os sistemas mistos combinam procedimentos dos dois outros sistemas, formando assim um novo sistema único e complexo. Para maiores detalhes ver Castro (2011), Tavares (1994) e Nicolau (2004).

que obtiver a maioria dos votos terá a representação, ficando os outros candidatos ou partidos sem representatividade. No caso do Brasil, esse modelo de sistema eleitoral é utilizado na eleição de cargos do executivo (prefeitos, governadores e presidente da república) e para o Senado.

Grande parte da literatura sobre sistemas eleitorais majoritários discute a utilização desse modelo para eleições do legislativo e aponta como principal vantagem a estabilidade gerada para a governabilidade. Outra consequência desse sistema é apontada em uma das leis de Duverger, que diz: “[...] o escrutínio majoritário de um só turno tende ao dualismo dos partidos” (DUVERGER, 1987). Para o autor, este sistema leva ao sistema bipartidário, que vai contar nas discussões sobre estabilidade da democracia e do sistema político dos países ocidentais.

Nicolau (2004) aponta as três variações do sistema majoritário. O subtipo de *maioria simples* prevê uma simplicidade na fórmula, pois o candidato que recebe a maioria dos votos é eleito. Esse modelo é uma tradição inglesa passada para as ex-colônias. Países como os EUA, Canadá, Índia e outros países asiáticos elegem seus representantes da Câmara dos Deputados por essa regra.

O território é dividido em distritos eleitorais, onde se elege apenas um deputado. O subtipo de *sistema de dois turnos* se assemelha ao de maioria simples, mas o candidato deve alcançar a maioria absoluta, que é atingida com mais de 50% dos votos.

Os defensores desse modelo enfatizam, segundo Nicolau (2004), a garantia de representação de comunidades no Parlamento e maior controle da atividade parlamentar, uma vez que é mais claro quem são os deputados representantes de determinados lugares (ou distritos). O subtipo de *voto alternativo* tem uma fórmula mais complexa para que os eleitos garantam maioria absoluta dos votos, isso sem a necessidade de um segundo turno. Para tal, é utilizado um método de transferência de votos dos candidatos menos votados para os outros. Os eleitores ordenam sua preferência numerando os candidatos na cédula eleitoral.

Como afirmamos anteriormente, no Brasil as eleições majoritárias apenas são utilizadas nas escolhas do executivo e do senado. Para o Senado é utilizado o modelo de maioria simples. Já para o executivo, em distritos eleitorais<sup>4</sup> com menos de 200 mil eleitores é utilizado o modelo de maioria simples e, em distritos maiores que 200mil eleitores, o modelo de dois turnos.

---

<sup>4</sup> Os distritos eleitorais são compatíveis com os limites políticos-administrativos. O distrito utilizado para eleições para prefeitos é o município, para governador é o limite da unidade federativa e para presidente da república é todo o limite territorial do país.

O fato de o sistema majoritário necessitar de criação de distritos eleitorais, onde os eleitos terão compromisso claro com suas localidades proporcionará uma fragmentação do território. Isto é, o estado será repartido em circunscrições em que as minorias não serão representadas; haja vista que existem clivagens na sociedade que não se concentram espacialmente.

Outro fato que deve ser levado em consideração na criação de distritos eleitorais é a distorção conhecida como *gerrymandering*<sup>5</sup>, ou seja, a manipulação dos contornos dos distritos para favorecimento de determinados partidos. Mais uma crítica a esse modelo seria referente ao retorno, ou fortalecimento, do poder oligárquico no interior dos estados, uma vez que o poder econômico destes grupos facilitaria o controle destes distritos. Estes são apenas algumas das críticas ao sistema eleitoral majoritário<sup>6</sup>.

O sistema eleitoral proporcional é o modelo utilizado no Brasil para escolha do parlamento. O pressuposto fundamental de legitimação do sistema, segundo Barroso (2006), é a ideia de que o Parlamento deve refletir a pluralidade que caracteriza o meio social.

Esta ideia é compartilhada por outros autores como Nicolau (2004, p. 37), quando afirma que “a fórmula proporcional tem duas preocupações fundamentais: assegurar que a diversidade de opiniões de uma sociedade esteja refletida no Legislativo e garantir uma correspondência entre os votos recebidos pelos partidos e sua representação”. Isto é, o sistema proporcional leva em conta que a participação do partido no governo é proporcional ao número de eleitores.

Essa proporcionalidade é assegurada a partir do coeficiente eleitoral<sup>7</sup>, que determinará a quantidade de deputados que cada partido ou coligação elegerá. O sistema proporcional procura garantir que, por exemplo, um partido que receba 20% dos votos em uma eleição ocupe um número de cadeiras no Parlamento próximo a 20%. Este modelo de sistema eleitoral é, também, subdividido em outros dois modelos, de acordo com o proposto por Nicolau (2004).

O *voto único transferível* tem como propósito fundamental assegurar a representação das opiniões individuais, e não das comunidades ou partidos políticos. Para isso, o processo

---

<sup>5</sup> O termo *Gerrymandering* é devido a Elbridge Gerry, governador de Massachusetts, que criou um distrito eleitoral que lhe beneficiaria nas eleições posteriores. O distrito teria forma de uma salamandra, em inglês *salamander*, daí o nome *Gerrymandering*. (SANGUIN, 1981 *apud* CASTRO, 2011).

<sup>6</sup> Para maiores detalhes sobre as vantagens e desvantagens dos sistemas eleitorais, ver Cordeiro (2009).

<sup>7</sup> “Determina-se o quociente eleitoral dividindo-se o número de votos válidos apurados pelo de lugares a preencher em cada circunscrição eleitoral, desprezada a fração se igual ou inferior a meio, equivalente a um, se superior” (lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965. Código Eleitoral, art. 106).

de apuração dos votos se torna complexo, pois os eleitores podem votar em candidatos de diferentes partidos e ordená-los de acordo com sua predileção.

Dessa forma, o eleitor tem a oportunidade de priorizar uma série de escolhas que atravessam os partidos políticos e podem priorizar candidatos de um mesmo segmento, seja ele ambiental, étnico. Este modelo é utilizado para a escolha da Câmara Baixa da Irlanda desde 1921.

O modelo de representação *proporcional de lista* é a variação utilizada no Brasil. Neste modelo, cada partido ou coligação apresenta uma lista de candidatos que serão eleitos de acordo com a percentagem dos votos que cada partido receber. Por exemplo, um partido recebe 20% dos votos válidos, que de acordo com os cálculos do quociente eleitoral é proporcional a 4 cadeiras no parlamento.

Então, esse partido terá direito de eleger 4 candidatos de sua lista. Nicolau (2004) afirma que, na prática, a definição de quantos candidatos serão eleitos por cada partido é mais complexa devido a cinco fatores: a fórmula eleitoral utilizada para distribuir as cadeiras; a magnitude dos distritos e a existência de mais de um nível para a alocação das cadeiras; a cláusula de exclusão; a possibilidade de os partidos fazerem coligações eleitorais e; as regras para a escolha dos candidatos da lista.

Os quatro primeiros fatores definem *quantos* serão eleitos por cada partido, já o último fator é o que define *quem* de cada partido será eleito. Existe o sistema de lista fechada, onde os partidos definem de antemão os candidatos que estarão no topo da lista, ordenando-os. Dessa forma, os eleitores devem votar no partido, não podendo definir a ordem dos candidatos, e as cadeiras destinadas ao partido serão ocupadas pelos primeiros da lista. Esse modelo fortalece os partidos e suas lideranças políticas, ao propiciar mais controle ao partido para definir o perfil de parlamentares (NICOLAU, 2004).

Outro modelo é o de lista aberta, que é a forma de sistema proporcional de lista utilizada no Brasil para eleições do Legislativo federal, estadual e municipal desde 1945. Nesse modelo de lista cabe aos eleitores decidirem quais candidatos serão eleitos por cada partido.

Portanto, os votos são computados para cada partido e os mais votados de cada um são eleitos de acordo com a proporção de votos que o partido obteve. Um exemplo prático. Um partido obteve 20% dos votos válidos e receberá proporcionalmente 20% das cadeiras no parlamento, que equivalem a 5. Neste caso, os cinco candidatos mais votados do partido serão eleitos.

Essa fórmula causa polêmicas no Brasil pelo fato de um candidato com votação surpreendente “carregar” com ele outros candidatos com votação insignificante, que não seriam eleitos pelas próprias votações. Foi o caso da eleição, em 2002, do Deputado Enéas Carneiro (PRONA) pelo estado de São Paulo, que com uma votação recorde de mais de 1,5 milhões de votos conseguiu eleger mais cinco candidatos de seu partido, inclusive um candidato que obteve 275 votos<sup>8</sup>. Tal fato foi possível pelo cálculo do quociente eleitoral. Outro caso que se destacou na imprensa política mais recente foi a eleição de Francisco Everardo de Oliveira, o Tiririca, que também foi eleito em São Paulo, pelo PR<sup>9</sup> com cerca de 1,35 milhões de votos.

Nicolau (2004) destaca que a lista aberta pode ter esse efeito e diz que os partidos são incentivados a atrair lideranças e personalidades com popularidade, pois com a somatória dos votos de cada candidato individualmente, quanto mais nomes expressivos, maiores as chances de eleger uma bancada significativa.

As principais críticas ao sistema eleitoral proporcional se fundamentam em uma das leis de Durverger, que diz que a representação proporcional tende ao multipartidarismo, isto é, à fragmentação dos partidos.

Na tentativa de aproximar a discussão sobre sistemas eleitorais da Geografia, Castro (2011), levanta questões como o sistema de representação proporcional refletir a composição diferenciada da sociedade, mas também incorporar o território. Segundo a autora, “não se pode representar cidadãos sem representar ao mesmo tempo o lugar que habitam, com suas histórias, suas atividades e suas preferências” (CASTRO, 2011, p. 171). A representação proporcional, portanto, expressa a importância do papel desempenhado pelos conteúdos sociais, econômicos e históricos dos territórios.

Há na literatura sobre sistema de representação no Brasil uma discussão sobre os distritos eleitorais. Como já mencionamos, o distrito eleitoral é a unidade territorial onde os votos são contabilizados para definição da distribuição das cadeiras parlamentares ou do cargo executivo.

Nas eleições que analisaremos neste trabalho, que são para escolha de deputados estaduais, o distrito eleitoral formal é todo o território estadual. Isto é, os candidatos a deputado estadual devem buscar seu eleitorado em todos os municípios da unidade federativa, que em nosso caso é o Estado de Goiás.

---

<sup>8</sup> TSE (2002)

<sup>9</sup> É importante destacar que o PR é um partido criado pela fusão do PRONA com o PL.

Entretanto, como veremos empiricamente no terceiro capítulo, os candidatos concentram esforços nos municípios, ou em determinadas regiões onde sua base eleitoral se concentra. Carvalho (2003) afirma categoricamente que a unidade eleitoral de fato no Brasil tem por sede o município e não os estados; como é do ponto de vista legal.

O autor traz como epígrafe de seu capítulo II uma frase do político brasileiro Ulysses Guimarães que diz: “O cidadão não vive na União ou no estado, mas no município” (CARVALHO, 2003. p. 68). Essa ideia do município ser distrito eleitoral informal para eleições nacionais e estaduais é compartilhada por Castro (2011) quando afirma que este é um território político por excelência e constitui distrito eleitoral informal para outras eleições que não para vereadores e prefeitos.

Em uma discussão sobre o poder local no Brasil e o sistema eleitoral, Fleischer (1996. p. 117) afirma que,

a primeira instância de contatos entre o cidadão e ‘seu governo’ é sempre ao nível municipal; principalmente o nível de qualidade dos serviços urbanos – o cotidiano do eleitor brasileiro e a sua família é facilitado ou deteriorado pelos rumos do governo local.

Dessa forma, podemos verificar a importância que o município tem na política representativa. Não só no que se refere às eleições municipais, onde sua importância é óbvia, mas também nas eleições estaduais e nacionais. Ainda, ressaltando a importância cotidiana do município para o cidadão, Cupertino (2011. p. 01) afirma que,

O Município é o âmbito da vida cotidiana e do trabalho. É o espaço da propriedade e da atividade democrática de fato. Está nele a identificação maior do brasileiro, pois é nele que se desenvolvem as relações afetivas e profissionais, é ali que se desenrolam as histórias de vida de cada cidadão.

O autor destaca ainda que, esse reconhecimento do município como unidade autônoma vem desde a Constituição Republicana de 1891 e obteve considerável avanço na Constituição de 1934 onde se resguardou a autonomia financeira e administrativa. Com a Constituição de 1946 marcou ainda mais o avanço municipalista instituindo a participação dos municípios nas rendas dos estados e da união. Já com a Constituição de 1988, o município ganha *status* de ente federativo e a autonomia política, econômica e administrativa é reforçada (CUPERTINO, 2011).

Ao considerar todo esse cenário de autonomia política e administrativa, entendemos que o município ganha importância também na política que ultrapassa a esfera local. Tal fato ocorre, pois será no município que os resultados das ações parlamentares se concretizarão, como por exemplo, as políticas públicas. Outro fato que justifica a utilização do município

como unidade espacial de análise se dá pela disponibilidade de informações estatísticas, o que garante um escala de análise mais detalhada.

Podemos entender, ao visitarmos as questões sobre sistemas eleitorais, que a escolha de determinado modelo para converter os votos em um mandato político é de extrema importância para a análise geográfica das eleições, ou de seus resultados. Haja vista que tentamos explicitar as relações que espaço apresenta com esse debate. Outra questão que devemos considerar é a importância do município e sua posição política enquanto expressão concreta do território e da sociedade (CASTRO, 2003).

### 1.3 As teorias sobre a decisão do voto

Reforçamos que nosso objetivo é de identificar as implicações dos votos para deputado estadual sobre a organização do território em Goiás. Portanto, não é pretensão deste trabalho esclarecer os motivos que levaram cada eleitor escolher seu candidato, nem mesmo explicar porque estes eleitores tomaram a decisão de votar, ou seja, participar do processo eleitoral.

Entretanto, julgamos importante conhecer as teorias que tentam explicar esse fenômeno, haja vista que é a presença dos eleitores que define os rumos da política representativa e, portanto, das nossas análises, que visa verificar como essa presença e a escolha afeta o território. Entender os possíveis motivos pelos quais os eleitores tiveram para escolher cada candidato é de suma importância para entender como os resultados dessas escolhas afetaram a organização do território.

Outro ponto que devemos destacar na justificativa desta seção é que o espaço – ou a dimensão espacial – segundo algumas das teorias que visitaremos, tem fundamental importância na escolha feita pelos eleitores. No entanto, existem teorias que desconsideram definitivamente a dimensão espacial, ao propiciar maior ênfase a outras questões como a psicológica e a sociológica.

Para Figueiredo (2008. p. 15), os esforços para explicar o comportamento eleitoral se condensam em quatro grandes linhas de investigação:

1. *Teoria psicológica* de explicação do comportamento político, difundida na literatura como “modelo Michigan”, em alusão ao grupo de pesquisadores da Universidade de Michigan que desenvolveu esse modelo;
2. Modelo de explicação histórico-contextual, que se desdobra em *teorias sociológica e economicistas*, com matizes epistemológicos variados, que muitas vezes competem entre si;

3. *Teoria da escolha racional*, que tem base o modelo downsiano, em alusão ao seu criador, Anthony Downs;
4. Uma linha (residual) de investigação que pode ser chamada de *modelo demográfico-descritivo* do comportamento político. (grifos do autor).

As considerações do autor sobre as perspectivas do comportamento eleitoral se destacam na literatura brasileira e se apresentam como referência nos estudos sobre a decisão do voto. Figueiredo apresenta em sua obra, *A decisão do voto: Democracia e racionalidade*, as linhas de investigação que buscam responder o fenômeno da “[...] decisão de milhões de indivíduos de participar do evento ‘votar’ e da direção do voto” (FIGUEIREDO, 2008. p. 15).

Figueiredo coloca que os estudos da Geografia Eleitoral não chegam a constituir um corpo teórico para explicar o comportamento eleitoral e que seus estudos são esparsos. Esta afirmação contrapõe o que defende Terron (2012. p.13), ao dizer que “[...] o efeito de vizinhança, a influência das redes sociais, e o impacto do contexto geográfico sobre a decisão do eleitor constituem as bases da discussão conceitual da Geografia Eleitoral que ressurgem em meados da década de 1970”. Deste modo, concordamos com Terron (2012), pois a Geografia Eleitoral se apresenta relacionada com teorias consistentes que buscam explicar aspectos da política eleitoral, entre elas a decisão de votar. Talvez o que falta é uma melhor sistematização dos conceitos e teorias, ponto da crítica a essa perspectiva de análise.

O que podemos considerar é que Figueiredo (2008) desconsidera a dimensão espacial na decisão de votar e em quem votar, tomada pelo eleitor. Dimensão essa tão defendida por Castro (2011). Para a autora, o objetivo principal das análises das respostas dos eleitores nas urnas é – tanto da Sociologia e Ciência Política, com para a Geografia Eleitoral – “a explicação dos resultados eleitorais como consequência da racionalidade do eleitor, do sistema eleitoral em vigor e das suas condições de vida [...]” (p. 159). A Geografia Eleitoral contribui, portanto, para dar visibilidade aos marcos espaciais daqueles fatores, ou condições, que afetam o voto e os resultados das eleições (CASTRO, 2011).

A bibliografia sobre a decisão do voto nas democracias modernas vem crescendo nas últimas décadas e, segundo Radmann (2001), dentre as principais teorias destacam-se três: a perspectiva sociológica, a psicológica e a teoria da escolha racional. Tal fato corrobora as ideias de Figueiredo (2008), sobre as tendências das pesquisas sobre o tema. Primeiramente, visitaremos, de maneira breve, as perspectivas sociológica e psicológica para adentrarmos nas teorias que consideram o contexto espacial para explicar o comportamento eleitoral.

A perspectiva sociológica para explicação dos motivos que levam os cidadãos a votar utiliza, segundo Radmann (2001), o princípio macro da análise e parte do contexto social do grupo e é responsável por grande parte dos estudos do comportamento eleitoral. Para

Figueiredo (2008. p. 49), “a fonte epistemológica da explicação está na interação social que, no modelo sociológico, se estende ao comportamento político”. Nesse sentido, os eleitores tomam a decisão de acordo com sua situação social, ao desenvolverem condutas políticas semelhantes aos que estão na mesma situação.

Há na perspectiva sociológica uma divisão nas variáveis explicativas e Figueiredo (2008) identifica uma influência marxista. Essa corrente da tradição sociológica busca, segundo Radmann (2001), mostrar as relações entre classe trabalhadora e partido político, alicerçando-se no conceito de consciência de classe.

A outra parte que não tem influência marxista propõe que os indivíduos tem sua participação política explicada pelo contexto socioeconômico e cultural em que vivem. O indivíduo é, portanto, influenciado e orientado de acordo com o grupo que se identificam.

Já a perspectiva psicológica segue o Modelo de Michigan, desenvolvido nas décadas de 1940 e 1950 nos EUA pelo grupo de pesquisadores liderados por Angus Campbell. O livro *The American Voter* de 1960 se tornou será a principal referência dos estudos do comportamento eleitoral na perspectiva psicológica.

As teorias que seguem este caminho se baseiam em *survey* para realizar análises generalizadas para toda a população de eleitores. Por esse motivo, chegam a conclusão de que “indivíduos semelhantes do ponto de vista social e de atitudes tendem a ter comportamentos políticos semelhantes, a votarem na mesma direção, independentemente de contextos históricos” (FIGUEIREDO, 2008. p. 26).

A teoria da escolha racional é baseada nas contribuições de Anthony Downs que busca seus pressupostos nas teorias da economia. Segundo Silveira (1998. p. 57), “a decisão do voto é concebida como produto de uma ação racional individual orientada por cálculos de interesse e utilidade pessoal, tendo em vista o objetivo de maximizar ganhos”.

Figueiredo (2008. p.75-76) é mais enfático ao dizer que na escolha racional de Downs as “ideologias, identidade políticas e culturais e valores são reduzidos a sistemas codificados de interesses, com a função instrumental de simplificar a aquisição e processamento de informações necessárias para uma decisão política inteligente”, e conclui a ressaltar que os eleitores votam por seus bolsos.

Porém, existem outros caminhos trilhados por essa teoria. A teoria satisfacionista – derivada da escolha racional – identifica o voto retrospectivo e o prospectivo, sendo este voto definido pela avaliação do eleitor a cerca do governo. O eleitor considera o desempenho do governo (avaliação retrospectiva) e leva em consideração, ainda, as propostas de outros candidatos e partidos (avaliação prospectiva).

Como vimos, nas principais teorias do comportamento eleitoral visitadas, o espaço não se apresenta como variável explicativa, como é defendida por autores da Geografia. Terron (2009) aponta para uma reinserção do espaço nos modelos analíticos, a partir da década de 1980. Portanto, nesse âmbito, lançaremos mão das possibilidades que fazem o espaço afetar a decisão do voto e o comportamento eleitoral.

Há, para Castro (2011) razões espaciais que podem contribuir para a análise dos resultados das eleições. Para a autora,

[...] os resultados das eleições podem ser analisados através do que apontamos como razões espaciais, ou seja, as muitas condições que no território cercam a existência humana, como a localização, a vizinhança, a densidade demográfica, as instituições, os equipamentos à disposição dos cidadãos etc (p. 159).

Segundo Castro (2011, p.161), o espaço pode afetar o comportamento eleitoral partindo de efeitos como: votos “dos amigos e vizinhos, que faz com que o candidato obtenha mais votos no lugar de nascimento ou de residência” ou “identidades religiosas ou étnicas”; a “proteção local” define os votos de acordo com temas interessantes para determinados territórios; os efeitos da “campanha eleitoral” dependem das estratégias dos partidos e candidatos e; o “efeito vizinhança” explica a concentração de votos em áreas mais homogêneas onde são mais fortes em seus bastidores e há segmentos sociais dominantes, como classes trabalhadoras, etnias ou elites para citar exemplos. As teorias que embasam as argumentações dos efeitos acima destacados são as teorias contextuais apresentadas por Terron (2009).

O que podemos concluir é que os motivos que levam os eleitores às urnas são buscados por vários campos das ciências sociais, cada uma considera suas categorias analíticas e seus conceitos para explicar o fenômeno.

As explicações para o comportamento eleitoral que consideram a dimensão espacial da sociedade são as que mais interessam para a Geografia Eleitoral, portando para nossa análise de como o voto pode influenciar no território. Uma vez que entendemos como o espaço, pode ser utilizado como possível determinante do voto torna-se mais fácil entender sua recíproca, ou seja, como o resultado dessa escolha pode ajudar a entender a organização do espaço.

#### **1.4 A distribuição espacial do voto e a conexão eleitoral**

Os estudos da Geografia Eleitoral englobam temáticas variadas. A distribuição espacial do voto é uma possibilidade analítica desse campo da Geografia Política. Até o

momento, nos referimos aos estudos que visam analisar de maneira geográfica o fenômeno político de escolha dos representantes, ou seja, a eleição, como Geografia Eleitoral. Tal fato porque esse campo abrange elementos como escolha do sistema representativo, os motivos que levam os eleitores a escolher determinado candidato.

A distribuição espacial dos votos de uma eleição é parte das análises desse campo e uma forma de encontrar, a partir da variável espacial, elementos explicativos para os resultados das urnas. O mapeamento dos votos e sua análise espacial são, portanto, a geografia do voto<sup>10</sup>.

Esta seria a análise exclusivamente dos votos e não de todos os elementos que fazem uma eleição. É certo que para um trabalho consistente, que visa analisar os resultados das eleições de forma geográfica, ao espacializar os votos, não é suficiente olhar o voto por ele mesmo. Para que tal fato aconteça, é importante que se considerem elementos que envolvem todo o processo; além de elementos externos que podem ser determinantes na análise. A geografia do voto é, portanto, uma parte da Geografia Eleitoral.

No campo da geografia do voto destaca-se o trabalho de Ames (2003), *Os entraves da democracia no Brasil*. Nesta obra, o autor expõe uma taxonomia de padrões espaciais de votação proporcional Quadro (1.1). Isto é, com a combinação de dois eixos espaciais encontra-se os incentivos eleitorais para a ação parlamentar do deputado.

Esta perspectiva é oriunda da noção de conexão eleitoral formulada por Mayhew (1974 apud CORREA, 2011) quando analisa o comportamento parlamentar dos deputados norte-americanos. A conexão eleitoral consiste na ideia de que os políticos se orientam na busca da reeleição e têm na base eleitoral o incentivo para um comportamento parlamentar específico.

Quadro 1.1 – Quadro das dimensões horizontais e verticais dos padrões de distribuição espacial.

<b>Padrões estaduais de distribuição espacial</b>			
		% do total de votos em municípios principais	
		Baixa	Alta
Distribuição espacial de municípios principais	Dispersa	Dispersa-compartilhada	Dispersa-dominante
	Contígua	Concentrada-compartilhada	Concentrada-dominante

Fonte: Ames (2003).

<sup>10</sup> Neste caso, geografia aparece em minúsculo, pois não se trata da ciência geográfica, mas sim de um termo para espacialização de determinado fenômeno.

Devido ao sistema eleitoral distrital que vigora nos EUA, os deputados têm suas bases territoriais claramente definidas, o que não é o caso do Brasil, onde o sistema proporcional gera quatro tipos distintos de bases territoriais como incentivo às ações dos parlamentares. Os principais responsáveis pela aplicação da noção de conexão eleitoral ao caso brasileiro são Ames (2003) e Carvalho (2003).

Os autores investigam como, a partir dos padrões de concentração e dominância, os candidatos atuam na arena parlamentar. Carvalho (2003) aponta que para a melhor descrição de nossa conexão eleitoral, deve-se adicionar-se à dimensão horizontal da concentração/dispersão dos votos à dimensão vertical do grau de dominância que os deputados exercem sobre os municípios. Dessa forma, tentam mostrar como a arena eleitoral consegue incentivar atitudes parlamentares na esfera legislativa.

No capítulo 3 adotará esta perspectiva para analisar as eleições em Goiás, ao identificar os padrões geográficos das votações dos deputados estaduais e entender a conexão eleitoral no estado.

### **1.5 O voto como dado espacial e possibilidade cartográfica**

Apesar dos estudos e análises da espacialização dos votos na atualidade serem mais presentes nas Ciências políticas é nítida a importância de a Geografia considerar a relevância deste tema. Como já apresentado anteriormente, há décadas, os estudos da Geografia Eleitoral negligenciaram a variável espacial, ao criar novas teorias que não incluíam o espaço como uma possível determinante do voto.

A Geografia tem um papel importante e as análises da Geografia Eleitoral, que passam pela distribuição espacial do voto, tem na cartografia um recurso fundamental. Para tal, o voto deve ser considerado como um dado espacial; uma vez que incidindo no lugar, pode ser espacializado, ao se tornar uma possibilidade cartográfica.

A partir desse fato, criam-se expectativa de desenvolver o raciocínio espacial, levando a relacionar ações como políticas públicas, direcionamento de verbas e defesas do lugar com a localização dos votos. Para Cavalcanti (2012), é pelo raciocínio espacial que é possível compreender a realidade e a espacialidade das práticas sociais.

O raciocínio espacial é o que demonstra que os sentidos de fenômenos, recursos e objetos tem valor de acordo com o espaço em que se situam. Isso quer dizer que o voto,

considerado aqui um fenômeno, ao incidir num dado lugar estabelece relações com outros espaços, essa é a dimensão escalar do raciocínio espacial.

Em outros termos, o voto, ao ser registrado em uma seção e zona eleitoral específica, servirá para definir não apenas questões do próprio lugar, mas repercutirá em outros espaços relacionados. Entretanto, o voto poderá ser traduzido em políticas de benefícios localizados. Todavia, a espacialização dos votos facilitará percepção da relação entre o voto e outros fenômenos, e vice-versa.

Em sua discussão ontológica da geografia, Moreira (2010) defende a ideia do “estar-no-mundo”, ligada a localização e distribuição.

Todo ente, para ser geográfico, tem que estar localizado e situado dentro de uma distribuição de localizações. A localização espacial é essencial e a situação na extensão um seu pressuposto, uma vez que apenas estar não constitui um mundo. Estar é essencial. Mas estar só se faz ser na alteridade. E é essa mudança que faz a situação geográfica. É preciso, então, que a localização se defina como uma distribuição. Isso porque mais que um sistema de localizações, a distribuição é a própria inserção do homem no estar-no-mundo. E o espaço se faz assim ontologia (p. 157).

Quando afirmamos que encarar o voto com dado espacial é entendê-lo como possibilidade cartográfica, é porque ele pode indicar, por meio de mapas elaborados no rigor dos métodos cartográficos, elementos pertinentes à organização do território.

O poder de decisão dos lugares, os atores hegemônicos, as inovações e as tradições são exemplos do que a cartografia do voto pode identificar no território. Legendas eleitorais podem ser criadas para análise dos representantes beneficiados pelo voto, como associação com grupos sociais, religiosos, étnicos, econômicos.

Nos estudos eleitorais, além da distribuição espacial dos votos, as análises devem conter ainda uma relação com outras variáveis importantes, como indicadores econômicos, sociais, étnicos, educacionais, a fim de enriquecer, ou mesmo, tornar válida à análise geográfica dos resultados eleitorais.

Tal fato corrobora Castro (2011), quando afirma que o objetivo principal é a explicação dos resultados das eleições como consequência da racionalidade do eleitor, das suas condições de vida e do sistema eleitoral em vigor e que para tal, os resultados devem ser correlacionados com diferentes aspectos sociais, econômicos, culturais, políticos.

Entender de forma geográfica os votos de uma eleição é, portanto, reconhecer seu caráter espacial. Para Câmara *et al* (2004), a análise espacial de dados geográficos consiste em incorporar o espaço à análise, ao considerar a localização do fenômeno de forma explícita. Para os autores, fenômenos que se expressam por meio de uma distribuição no espaço são

fenômenos geográficos. Deste modo, é importante o destaque aos mapas eleitorais nas análises da Geografia Eleitoral.

A discussão apresentada até aqui, como já mencionado, tem como objetivo defender o papel da dimensão espacial da política e da eleição, como uma possibilidade de enxergar a realidade da sociedade que se insere neste contexto. A Geografia é, portanto, capaz de explicar, com seus métodos e categorias, estes objetos postos.

A maneira como se deu o desenvolvimento do tema da Geografia Eleitoral demonstrou que é preciso que os geógrafos interessados em compreender a política e as eleições retomem algumas questões que foram abandonadas com o tempo. Tal fato porque, é clara a importância da Geografia passar a discutir e analisar alguns conceitos e instituições referentes aos processos políticos e democráticos.

A escolha do sistema eleitoral é uma demanda para a agenda da Geografia Política que se mostra emergencial. A Geografia precisa adentrar nestes campos, tanto para contribuir com o debate, como para se enriquecer enquanto ciência.

Apesar de recentes, as abordagens sobre representação política que levam em consideração a geografia (seja dentro da própria Geografia ou em outras ciências) estão sendo realizadas por alguns pesquisadores no Brasil. Contudo, há em certas regiões do País uma clareira de trabalhos nesta perspectiva, e o Estado de Goiás se apresenta com grande carência de pesquisas sobre a geografia do voto.

É, portanto, com a intenção de contribuir para o entendimento desta esfera da sociedade em Goiás, que se propõe discorrer sobre o território e as eleições goianas. No próximo capítulo, será introduzida a discussão sobre o estado de Goiás e as eleições, ou seja, como a política eleitoral se relaciona com o povo e o território goiano.

## CAPÍTULO II

---

### POLÍTICA E ELEIÇÕES: VOTO E TERRITÓRIO EM GOIÁS

A história de Goiás demonstra que o Estado se constitui de um solo fértil para as relações políticas, estas enquanto relações entre sujeitos sociais e como a própria política partidária representativa. A eleição é o palco para a disputa do poder político institucional, isto é, por meio do voto depositado na urna é que se decide quem terá o poder político no viés institucional.

Em Goiás, como em todo o Brasil, os diversos atores envolvidos na política e nas eleições são importantes para entender o território. Para tanto, buscamos elucidar algumas questões que entendemos ser importantes para amparar as discussões presentes no próximo capítulo. Questões como: qual o perfil dos eleitores, partidos e políticos goianos? Em qual cenário ocorreram as eleições estaduais de 2006 e 2010?

Como neste trabalho sobre Geografia Eleitoral, pretendemos analisar as implicações do voto no território goiano, elegemos como objeto de análise os votos – ou os padrões espaciais de votação – dos candidatos eleitos a deputado estadual de Goiás.

A escolha pela escala estadual se justifica, como veremos a seguir, por proporcionar uma análise de características e dinâmicas próprias do estado o que não seria possível com uma abordagem de escopo nacional. Como bem observamos no capítulo I, é o município que se apresenta como unidade de análise; uma vez que é na esfera local que os candidatos buscam os votos. Dessa maneira, coletamos nos bancos de dados do TSE os números correspondentes aos municípios.

Pretendemos neste capítulo apresentar de maneira concisa uma caracterização da política estadual com suas dinâmicas e continuidades. Propomos, ainda, entender o papel do Legislativo estadual na organização do território goiano, ao identificar suas ações e sua importância na política regional.

Deste modo, procuramos apresentar um breve perfil do eleitorado goiano, lançando mão de informações sobre sexo, profissão, faixa etária, grau de instrução e sua espacialização no território goiano. Outra seção deste capítulo versa sobre o cenário das eleições estaduais dos pleitos selecionados – eleições de 2006 e 2010.

Assim, verificamos o perfil dos candidatos que se apresentaram para concorrer a uma vaga de Deputado Estadual de Goiás. Outro ponto foi o papel dos partidos políticos nas eleições e, por fim, uma comparação entre os dois pleitos, objetivando a verificação das mudanças e das continuidades nas eleições em Goiás.

## **2.1 Polarização política: os partidos e as eleições em Goiás**

A política representativa em Goiás é marcada por algumas características que são comuns a outros estados brasileiros e até mesmo à política no âmbito nacional. A forma de disputa por um cargo no executivo ou no legislativo no Estado foi transformando ao longo do tempo, passando por certas mudanças estruturais ou superficiais. Contudo, muitas características têm se mantido desde longa data, ao fazer com que a disputa eleitoral lide com a persistência de algumas práticas.

A polarização partidária em Goiás, assim como no Brasil, tem origem no passado político que já se caracterizava concentrado em poucos partidos. Para o cientista político Itami Campos em entrevista ao jornal *O Popular* (23/09/2012), esta polarização remete ao PSD e à UDN na década de 1940, em que a partir de coligações estes dois partidos controlava a política estadual em Goiás. O PSD aliado ao PTB e a UDN com o PSP e outros partidos.

Com o governo militar e a instituição do AI-2 – que extinguiu os atuais partidos– e com o bipartidarismo oficial são criados a Arena e o MDB. O primeiro, formado por membros da UDN e seus aliados, o segundo composto principalmente por pessedistas. A partir deste período a política goiana vai vivenciar o que Borges (1988; 2009) chamou de “bipartidarismo autoritário”.

Contudo, estes partidos não eram partidos políticos, não no sentido de mediar e representar interesses, nem as eleições eram realmente eleições, pois não tinham o sentido de disputa pelo poder. Este seria o que Borges (2009) considerou como duplo paradoxo.

Os dois partidos apenas simulavam a representação e a competição em um sistema não democrático. Desta forma, havia um “artificialismo bipartidário”, pois os partidos eram ilegítimos e na busca em serem autênticos e representativos caminhavam para o fim daquele sistema (BORGES, 2009. p.132).

Mesmo com o êxito da Arena nas urnas, com maioria das votações e das cadeiras – tudo isso, resultado de repressão ao outro partido, da facilitação da legislação e da utilização dos recursos pública – este partido não se tornava uma estrutura estável e legítima necessária ao regime.

Ao mesmo tempo, o MDB não se firmava como porta-voz do inconformismo político do país e de Goiás. Assim, Borges (2009. p.133) ao analisar a condição partidária em Goiás, afirma que os dois partidos “configuram-se como forças reais de um sistema partidário, constituindo-se apenas como expressões do forçado bipartidarismo”.

Com expressiva votação o MDB surpreende nas eleições de 1974; o que, apesar do controle autoritário dos partidos, inicia um novo rumo no regime (CAMPOS, 1976). Em 1979, há o fim do bipartidarismo oficial, com uma reforma política que faz novas exigências

aos partidos. O fim deste sistema partidário no Brasil é consequente do crescimento da legitimidade da oposição, que na figura do MDB passa a ganhar força nas urnas.

A oposição, apesar de reunida numa mesma frente partidária, apresentava-se com fortes divisões internas; o que tornou o fim do bipartidarismo interessante para o governo; uma vez que fragmentaria a oposição. Além desse fato, a extinção da Arena serviria à criação de uma sigla que não teria o desgaste que o antigo partido vinha sofrendo nas eleições. Como ressalta Borges (2009, p. 162),

Tal projeto traduz as necessidades de prosseguimento, sob o controle do general Figueiredo, da abertura política. Seriam, ao todo, cinco ou seis partidos, configurando um cenário político de pluripartidarismo limitado, restritivo, cáustico e incapaz de se despir do artificialismo autoritário que marcou a vigência da Arena e MDB

Ao contrário de alguns outros estados, em Goiás a reforma não concretiza a intenção de findar o bipartidarismo. A Arena e o MDB são rebatizados como PDS e PMDB, respectivamente, porém sem mudanças profundas nas estruturas, nos compromissos políticos e nos discursos.

Os novos partidos que concorreram nas eleições de 1982 não foram capazes de se impor ao velho bipartidarismo que pretendiam combater. O PTB, PP, PDT e PT se apresentaram apenas como promessas para o futuro (BORGES, 2009). Tal fato pode ser comprovado a partir dos dados da tabela 2.1 que mostra a votação dos partidos e coligações para o executivo e legislativo estadual. Realmente, o primeiro ano de eleições pluripartidárias foi polarizada pelos mesmos grupos do bipartidarismo, com vantagem para o (P)MDB tanto para governador como para a Assembleia.

Com o fim da sigla PDS e o surgimento do PFL, criado por parte dos pedessistas, as próximas eleições passam a serem polarizadas entre o PMDB e o PFL apoiado pelo PDC, que em 1990 encabeça a coligação para concorrer para governador. Em 1993, o PDC funde com o PDS formando o PPR. Este novo partido se aliou com o PFL em 1994, mas dividiu com o PP<sup>11</sup> e o PSDB a disputa contra o PMDB.

Nas eleições de 1998 a política estadual começa a se parecer com o que se conhece atualmente, uma polarização entre o PMDB e o PSDB. Na figura de Marconi Perillo e com o slogan “Tempo Novo”, o PSDB goiano ganha as eleições para governador, mas com o importante apoio do PPB e do PFL.

---

<sup>11</sup> Em 1993 é criado o Partido Progressista, fruto de agregações partidárias. Em 1995 o PPR funde-se como o PP e forma o PPB, que em 2003 sofre uma alteração e passa a se chamar apenas Partido Progressista, PP.

Tabela 2.1 – Votação dos partidos e coligações para governador e deputado estadual de Goiás – 1982 a 2010.

	1982		1986		1990		1994	
<b>Governador</b>	<b>PMDB</b>	66,7%	<b>PMDB</b>	57,2%	<b>PMDB</b>	56,4%	<b>PMDB</b>	42,5%
	<b>PDS</b>	32,5%	<b>PFL</b>	34,1%	<b>PDC*</b>	34,0%	<b>PP</b>	25,5%
	<b>PT</b>	0,7%	<b>PT</b>	7,8%	<b>PT/ PSB</b>	5,6%	<b>PFL</b>	23,2%
	<b>PDT</b>	0,1%	<b>PCB</b>	0,6%	<b>PDT/ PSDB/ PCdoB/ PMN/ PSL</b>	4,0%	<b>PT</b>	8,8%
			<b>PH</b>	0,3%				
<b>Deputado Estadual</b>	<b>PMDB</b>	65,4%	<b>PMDB / PL / PN / PSC</b>	59,5%	<b>PMDB/ PCB/ PTR</b>	39,0%	<b>PMDB / PRN / PRP</b>	26,5%
	<b>PDS</b>	33,9%	<b>PDC / PTB / PFL</b>	26,0%	<b>PDC/ PFL/ PRN/ PDS/ PTB/ PSD/ PRP/ PSC/ PST/ PTdoB</b>	31,5%	<b>PFL / PPR</b>	19,0%
	<b>PT</b>	0,7%	<b>PT</b>	5,7%	<b>PDT/ PSDB/ PCdoB/ PMN/ PSL</b>	16,3%	<b>PP / PSDB / PTB</b>	19,0%
	<b>PDT</b>	0,1%	<b>PDS</b>	3,9%	<b>PT/ PSB</b>	7,7%	<b>PSC / PSD</b>	11,4%
			<b>PDT</b>	2,4%	<b>PL</b>	5,4%	<b>PL</b>	11,2%
			<b>PCdoB</b>	1,5%			<b>PCdoB/PMN/PPS/PSTU/PT/PV</b>	10,7%
			<b>PSB</b>	0,4%			<b>PDT / PSB</b>	2,2%
			<b>PCB</b>	0,4%				
		<b>PH</b>	0,2%					
	1998		2002		2006		2010	
<b>Governador</b>	<b>PSDB</b>	48,6%	<b>PSDB</b>	51,2%	<b>PP**</b>	48,2%	<b>PSDB</b>	46,3%
	<b>PMDB</b>	46,9%	<b>PMDB</b>	32,8%	<b>PMDB</b>	41,2%	<b>PMDB</b>	36,4%
	<b>PT</b>	3,1%	<b>PT</b>	15,2%	<b>PSB</b>	6,6%	<b>PR</b>	16,6%
	<b>PSTU</b>	0,6%	<b>PGT</b>	0,4%	<b>PFL</b>	3,5%	<b>PCB</b>	0,5%
	<b>PV</b>	0,4%	<b>PTB</b>	0,3%	<b>PSOL</b>	0,5%	<b>PSOL</b>	0,2%
	<b>PMN</b>	0,3%	<b>PSTU</b>	0,1%	<b>PSDC</b>	0,1%		
<b>Deputado Estadual</b>	<b>PMDB</b>	37,3%	<b>PPB / PFL / PSDB</b>	42,2%	<b>PP / PSDB</b>	28,2%	<b>PSDB / DEM</b>	22,1%
	<b>PPB / PTB / PFL / PSDC / PSDB</b>	26,1%	<b>PMDB</b>	19,6%	<b>PMDB</b>	23,8%	<b>PMDB</b>	17,7%
	<b>PTN / PL / PSB / PRP / PTdoB</b>	10,7%	<b>PT / PV / PC do B</b>	11,2%	<b>PL / PPS / PTB</b>	17,5%	<b>PDT / PRP / PSC</b>	9,3%
	<b>PRN / PSD</b>	10,0%	<b>PSL / PST / PAN / PSDC / PRTB / PRP</b>	7,7%	<b>PCdoB / PSB / PT</b>	9,5%	<b>PT</b>	9,0%
	<b>PDT / PT / PC DO B</b>	8,4%	<b>PDT / PPS</b>	4,7%	<b>PDT / PRONA / PSC / PTC</b>	7,3%	<b>PTB</b>	8,7%
	<b>PSL / PST / PSC / PPS / PAN / PRTB</b>	6,6%	<b>PSC / PHS / PSD</b>	4,3%	<b>PFL</b>	5,3%	<b>PP / PR</b>	8,6%
	<b>PMN</b>	0,4%	<b>PL</b>	4,2%	<b>PAN / PMN / PTdoB / PTN / PV</b>	5,1%	<b>PPS / PTdoB</b>	6,1%
	<b>PSTU</b>	0,4%	<b>PGT / PTC / PSB</b>	2,4%	<b>PHS / PRP / PRTB</b>	1,7%	<b>PRB / PRTB</b>	5,6%
	<b>PRONA</b>	0,1%	<b>PTB</b>	2,1%	<b>PCB / PSOL / PSTU</b>	1,0%	<b>PSB / PSDC / PTN / PV</b>	4,9%
	<b>PV</b>	0,1%	<b>PTN / PMN / PT do B</b>	1,4%	<b>PSDC</b>	0,3%	<b>PHS / PMN</b>	3,6%
			<b>PSTU</b>	0,1%	<b>PSL</b>	0,3%	<b>PSL</b>	1,5%
			<b>PCO</b>	0,0%			<b>PSOL / PSTU</b>	1,4%
							<b>PC do B</b>	1,1%
						<b>PCB</b>	0,2%	

\* Em 90 o PDC lança candidato com o apoio do PFL. \*\* Em 2006 o PP lança o vice de Perillo, Alcides Rodrigues com o apoio do PSDB.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Repositório de dados eleitorais, TSE (1982-2013).

O mesmo se repete em na próxima eleição. É interessante notar que em 2002 o PT apresenta uma votação importante de mais de 15% com a candidata Marina Santana. Porém, nas eleições de 2006 e 2010 o Partido dos Trabalhadores prefere se coligar com o PMDB, apoiando Maguito Vilela e depois Iris Rezende. Já o PR, em 2010, tem importante votação com Vanderlan Cardoso, conseguindo mais de 16% dos votos para governador.

No que se refere a eleições para o legislativo estadual a polarização também acontece entre os partidos que dominam o executivo. Entretanto, o PMDB, que desde 1998 se lança isolado na disputa pela assembleia é o partido com o maior número de cadeiras. Os tucanos são os segundos, porém com seus aliados, principalmente o PFL/DEM, consegue maioria na Assembleia, tendo uma base forte no legislativo.

É, portanto, notável a polarização política eleitoral no Estado de Goiás. A mudança de partidos na disputa é, muitas vezes, apenas ilusória, pois apenas muda-se os nomes, mas os sujeitos são os mesmos das antigas políticas. Todos esses fatores são importantes no entendimento do cenário das eleições que serão apresentadas adiante.

## **2.2 As eleições de 2006 e 2010 para deputado estadual de Goiás**

As eleições em Goiás, como apresentado na seção anterior, são protagonizadas por elementos que compõem a política e o território. Tentamos apresentar, anteriormente um panorama atual do estado, com foco sobre as eleições. Nesta seção, buscaremos apresentar o cenário político eleitoral de 2006 e 2010, que foram os anos das eleições para deputados estaduais das 16<sup>a</sup> e 17<sup>a</sup> legislaturas da Assembleia Legislativa de Goiás. Para tal, buscamos informações nas bases de dados do TSE sobre os eleitores, os partidos e os candidatos.

A escolha por dois sufrágios é justificada pela possibilidade de comparação entre os pleitos, além de proporcionar a comparação da votação de candidatos reeleitos e o grau de renovação na casa legislativa. Inicialmente apresentaremos cada eleição separadamente, para depois, realizarmos uma comparação, a fim de analisar as evoluções, as mudanças e as continuidades no padrão eleitoral goiano.

### *2.2.1 As eleições de 2006*

No dia 1º de outubro de 2006 foram realizadas as eleições ordinárias em todo o Brasil para os cargos do executivo e do legislativo estadual e federal. Em Goiás, os candidatos e

partidos disputaram 41 vagas na Assembleia Legislativa de Goiás para deputado estadual. Esta subseção pretende apresentar qual foi o cenário desta disputa.

No pleito de 2006 foram apresentados candidatos a deputado estadual de 27 partidos distintos. Como visto no capítulo I, no Brasil é comum e legal a criação de coligações entre os partidos para disputarem eleições, visando aumentar suas chances de eleger representantes e de participarem do governo. Em Goiás, naquele ano foram criadas 6 coligações para a disputa pelo cargo de deputado estadual; sendo que quatro partidos participaram isolados na eleição para a Assembleia Legislativa (Quadro 02).

Quadro 2.1 – Coligações e partidos nas eleições de 2006 para deputado estadual de Goiás.

<b>PARTIDOS ISOLADOS (4)</b> PFL / PMDB / PSDC / PSL	<b>GOIÁS NA FRENTE (3)</b> PCdoB / PSB / PT
<b>ALIANÇA SOLIDÁRIA (3)</b> PHS / PRP / PRTB	<b>PTB, PL E PPS (3)</b> PL / PPS / PTB
<b>FRENTE DE ESQUERDA (3)</b> PCB / PSOL / PSTU	<b>VERDE, TRABALHO E DEMOCRACIA (5)</b> PAN / PMN / PTdoB / PTN / PV
<b>GOIÁS MELHOR PARA TODOS III (4)</b> PDT / PRONA / PSC / PTC	<b>COLIGAÇÃO PP/PSDB (2)</b> PP / PSDB

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE (2006).

No quadro, podemos ver que grandes partidos como o PFL (atual Democratas) e o PMDB não se coligaram com outros partidos de orientação política semelhante. É interessante destacar que o PMDB participou como isolado apenas para o cargo de deputado estadual, para os outros cargos ele participou da coligação “Goiás Melhor para Todos”. Mesmo isolado neste pleito, este partido conquistou 10 cadeiras na Assembleia.

Os vinte e sete partidos apresentaram um total de 474 candidatos com candidatura deferida pelo TRE-GO. A média foi de 17,56 candidatos por partido, porém, o PMDB apresentou 61 e o PT 42 candidatos, enquanto que o PCB e o PSTU apresentaram 1 e 2 candidatos, respectivamente.

No entanto, este é o objetivo da coligação. Como vemos na tabela 03 os partidos com poucos candidatos se coligaram com mais partidos com a intenção de alcançarem o quociente eleitoral – que para essa eleição foi de 69.082 votos – e conseguir representantes na Assembleia.

Tabela 2.2 – Quantidade de candidatos por partidos e coligações nas eleições de 2006 para deputado estadual de Goiás.

	<b>Coligação / Partido</b>	<b>Candidatos</b>
Partidos	PMDB	61
	PFL	26
	PSDC	8
	PSL	2
Coligações	Goiás Melhor Para Todos III	78
	Goiás na Frente	73
	Verde, Trabalho e Democracia	71
	PTB, PL e PPS	61
	Coligação PP/PSDB	42
	Aliança Solidária	33
	Frente de Esquerda	19
	<b>Total</b>	<b>474</b>

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE (2006).

Estes são os números referentes às candidaturas. Para eleição de algum candidato os partidos e as coligações devem alcançar o quociente eleitoral e os partidos coligados devem alcançar o quociente partidário. A tabela 04 apresenta a quantidade de deputados eleitos por coligação ou partido isolado.

Tabela 2.3 – Quantidade de candidatos eleitos por coligações ou partidos isolados nas eleições de 2006 para deputado estadual de Goiás.

<b>Coligação / Partido</b>	<b>Candidatos eleitos</b>
Coligação PP/PSDB	12
PMDB	10
PTB, PL e PPS	8
Goiás na Frente	4
Goiás Melhor para Todos III	3
PFL	2
Verde, Trabalho e Democracia	2
<b>Total</b>	<b>41</b>

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE (2006).

O PMDB e o PSDB foram os partidos com as maiores bancadas na Assembleia Legislativa, elegendo 10 candidatos cada. No entanto, enquanto coligação, PP/PSDB elegeram mais candidatos, um total de 12. Cinco coligações e dois partidos isolados conseguiram eleger representantes, enquanto as coligações Aliança Solidária e Frente de Esquerda e os partidos isolados PSDC e PSL, que juntos apresentaram 62 candidatos, não conseguiram eleger nenhum. É importante destacar que, neste ano, a concorrência para deputado estadual foi de 11,6 candidatos por vaga.

Uma informação que merece destaque é que nenhum candidato alcançou individualmente o quociente eleitoral. A candidata Flávia Morais (PSDB) obteve 47.761

votos, enquanto que o quociente eleitoral do ano foi de 69.082, isto é, o candidato mais votado alcançou apenas 69% do quociente.

O candidato eleito por média menos votado foi Mauro Rubem (PT), com 11.544 votos, ou 16,7% do quociente eleitoral. Este fato mostra que nenhum candidato foi capaz de alcançar a quantidade de votos nominais suficiente para se eleger sem a transferência de votos. Isso é típico do sistema de representação proporcional.

Anastasia *et al.* (2012) levantam essa discussão ao analisarem três eleições em três estados brasileiros – Ceará, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Os autores apontam duas perspectivas distintas. A primeira, baseada em Santos (2003a), busca um entendimento de que os legisladores brasileiros que recebem os votos de seus partidos, por não terem atingido a votação nominal suficiente para alcançar o quociente eleitoral, não sabem de onde vieram os votos que o elegeram. Assim, não podem orientar suas ações legislativas aos seus eleitorados reais.

Por outro lado, a outra perspectiva dos autores<sup>12</sup> discorda da primeira e sustenta que, mesmo com a transferência dos votos dos candidatos derrotados do partido para os mais bem votados, os candidatos eleitos se mantêm cativos dos votos nominais que receberam. Tal fato se justifica, uma vez que são os votos nominais que definem a posição do candidato na lista do partido, colocando-o em posição de usufruir do benefício de transferência de votos.

Anastasia *et al.* (2012) levantam outra questão, desta vez sob o ângulo do eleitor. Para o cidadão que votou num candidato derrotado, que fim levou seu voto? De quem cobrar responsabilidades? Para os autores, não é necessária uma mudança total no sistema de representação.

Para eles, devem-se substituir as listas abertas por listas fechadas, com prévias partidárias democráticas para escolha dos candidatos. Esta é apenas uma das muitas propostas de reforma da lei eleitoral brasileira, e já na década de 1970, Fleischer (1976) afirmara que há muito se falava de projetos de modificação do sistema eleitoral.

O perfil dos candidatos a deputado estadual em Goiás é um ponto importante que devemos lançar mão de alguns detalhes. Informações como faixa etária, profissão, escolaridade e origem dos candidatos e dos candidatos eleitos se fazem importantes para conhecermos, de maneira geral, quem são os que pretendiam ou que conseguiram se eleger para um cargo legislativo.

---

<sup>12</sup> Os autores se baseiam em Melo (2003) e Fleury (2004).

Em 2006, como já foi mencionado, 474 candidatos tiveram a candidatura a deputado estadual deferida pelo TRE-GO. Destes, apenas 41 conseguiram alcançar o objetivo de ter o direito de participar do Legislativo estadual por quatro anos. Dos candidatos eleitos nesse ano, 18 deles foram eleitos também no pleito anterior, em 2002.

É importante destacar que estamos considerando os deputados eleitos, ou seja, quem atingiu junto com a votação do partido o quociente eleitoral e consta nos dados do TSE com o *status* ELEITO. Não raro, candidatos eleitos não tomam posse de sua cadeira parlamentar, assumindo cargos no executivo. Essa distinção entre eleitos e os que de fato exerceram o cargo na legislatura será realizada apenas no capítulo III, quando discutirmos as ações dos deputados e o padrão espacial de votação.

As profissões dos candidatos podem contar um pouco sobre as intenções, ou pelo menos, traçar um perfil de como é composto o legislativo. Como podemos observar na Tabela 05, grande parte dos candidatos eleitos já eram deputados na legislatura anterior, são seguidos por vereadores, ou seja, 56% dos candidatos eleitos em 2006 para deputado estadual já ocupavam cargos políticos eletivos, seja estadual ou municipal.

Tabela 2.4 – Principal ocupação ou profissão dos candidatos e candidatos eleitos nas eleições de 2006 para deputado estadual de Goiás.

<b>Principal ocupação ou profissão</b>	<b>Candidatos deferidos</b>	<b>Candidatos eleitos</b>
Deputado	28	18
Vereador	29	5
Empresário	34	4
Comerciante	45	3
Advogado	27	2
Servidor público estadual	20	2
Médico	14	2
Professor de ensino médio	18	1
Policia militar	17	1
Estudante, bolsista, estagiário e assemelhados	12	0
Outros	230	3
<b>Total</b>	<b>474</b>	<b>41</b>

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE (2006).

Os comerciantes têm grande expressividade no quadro de candidatos, juntamente com os empresários. Outra categoria que se destaca é a de servidor público. Os servidores estaduais são a maioria, no entanto se somarmos os servidores municipais e federais estes apresentam 42 candidatos, e 3 se elegeram (2 estaduais e 1 municipal).

A idade dos candidatos variou entre 22 e 79 anos, entretanto, entre os eleitos a variação foi entre 24 e 60 anos. A Tabela 06 mostra as faixas de idade dos candidatos e candidatos eleitos em 2006.

Tabela 2.5 – Faixa etária dos candidatos e candidatos eleitos nas eleições de 2006 para deputado estadual de Goiás.

Faixa etária dos candidatos DEFERIDOS			Faixa etária dos candidatos ELEITOS		
Idade	Absoluto	Relativo	Idade	Absoluto	Relativo
21-30	32	7%	24-33	5	12%
31-40	142	30%	34-43	11	27%
41-50	182	38%	44-53	17	41%
51-60	96	20%	54-63	8	20%
61-70	19	4%	<b>Total Geral</b>	<b>41</b>	<b>100%</b>
71-80	3	1%			
<b>Total Geral</b>	<b>474</b>	<b>100%</b>			

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE (2006).

Entre os candidatos eleitos se destacam a faixa de idade entre 44 e 53 anos e o fato de os candidatos eleitos com 24 a 33 anos somarem apenas 5, isso mostra que houve poucos deputados jovem legislando em Goiás naquela legislatura.

No tocante à escolaridade dos candidatos, é clara a superioridade numérica dos candidatos com ensino superior completo; entretanto, ainda podemos notar que muitos candidatos, 12,2%, possuíam apenas o fundamental completo ou menos. Entre os eleitos a maioria, 58,5% possui curso superior (tabela 07). Esse fato é pertinente, pois a formação é um elemento importante para a atividade parlamentar.

Tabela 2.6 – Grau de escolaridade dos candidatos e candidatos eleitos nas eleições de 2006 para deputado estadual de Goiás.

Escolaridade	Escolaridade dos candidatos DEFERIDOS	Escolaridade dos candidatos ELEITOS
Ensino fundamental incompleto	21	1
Ensino fundamental completo	37	1
Ensino médio incompleto	24	0
Ensino médio completo	130	6
Superior incompleto	71	9
Superior completo	191	24
<b>Total Geral</b>	<b>474</b>	<b>41</b>

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE (2006).

A Lei das Eleições – Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 – estabelece no § 3º do Art. 10 que “Do número de vagas resultante das regras previstas neste artigo, cada partido ou coligação preencherá o mínimo de 30% (trinta por cento) e o máximo de 70% (setenta por

cento) para candidaturas de cada sexo.” No entanto, o número de mulheres candidatas à deputada estadual foi consideravelmente menor que a cota estabelecida por lei (Tabela 08).

Tabela 2.7 – Sexo dos candidatos e candidatos eleitos nas eleições de 2006 para deputado estadual de Goiás.

<b>Sexo</b>	<b>Candidatos deferidos</b>	<b>Candidatos eleitos</b>
Feminino	41	7
Masculino	433	34
<b>Total Geral</b>	<b>474</b>	<b>41</b>

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE (2006).

Segundo a tabela, para o pleito analisado apenas 9% dos candidatos eram do sexo feminino, não chegando nem perto da cota de 30%. Entre os candidatos eleitos apenas 17% era do sexo feminino. Entre os partidos, nenhum atingiu a cota de sexos, sendo o PRP o que mais apresentou candidatas ao cargo, com 27%, seguido do PCdoB com 20%. Dos 27 partidos que participaram, oito deles não candidataram nenhuma mulher a deputada estadual.

Segundo Paiva *et al.* (2011), apesar da progressiva emancipação feminina e de sua participação em diversos setores da vida social, as mulheres ainda são sub-representadas na arena política, não só goiana, mas mundial. Apesar deste fato, é importante destacar que na eleição de 2006 a deputada Flávia Moraes foi a mais votada entre todos os candidatos.

Dos candidatos que participaram das eleições no ano analisado apenas 65% nasceram em Goiás; enquanto que o restante se dividem entre outros 21 estados do Brasil, e ainda um candidato estrangeiro. Na tabela 2.9 podemos ver a origem dos candidatos à deputado em Goiás.

Tabela 2.8 – Origem dos candidatos deferidos e dos candidatos eleitos nas eleições de 2010 para deputado estadual de Goiás.

<b>Estado de origem dos candidatos DEFERIDOS</b>		<b>Estado de origem dos candidatos ELEITOS</b>	
<b>Estado</b>	<b>Absoluto</b>	<b>Estado</b>	<b>Absoluto</b>
GO	310	GO	33
MG	41	MG	5
DF	19	DF	1
BA	15	RJ	1
MA	13	SP	1
SP	11	<b>Total Geral</b>	<b>41</b>
CE	10		
Outros	55		
<b>Total Geral</b>	<b>474</b>		

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE (2006).

A presença de candidatos migrantes em Goiás condiz com a situação do estado no que se refere a índices de migração. Com a população formada por migrantes, principalmente do nordeste e do sudeste do país, esse quadro vai se refletir diretamente no mapa de origem dos candidatos. Dentro do Estado, são 92 municípios distintos que possuíram candidatos em 200, sendo que Goiânia é a principal origem dos candidatos, seguida por Anápolis.

No resultado final dessa eleição, apesar de ter candidatos de várias partes do país, foram eleitos apenas 8 de outros estados. O estado de Minas Gerais foi o que mais elegeu depois de Goiás, com 5 deputados. Os outros estados foram São Paulo, Rio de Janeiro e Distrito Federal, com 1 deputado cada. O município de Goiás que mais elegeu deputados estaduais foi a capital Goiânia, acompanhada por outros 26 municípios.

Como proposto, apresentamos variáveis que compõem o cenário eleitoral do estado de Goiás. Os aspectos dos partidos e dos candidatos mostraram que a eleição de 2006 em Goiás foi concorrida e almejada por diversos cidadãos, entre eles os que já conheciam a competição, os que tentavam pela primeira vez fazer parte da política; por jovens, idosos, homens, mulheres; goianos e brasileiros de quase todos os estados.

### *2.2.2 As eleições de 2010*

O primeiro turno das eleições gerais de 2010 ocorreu no dia 3 de outubro, onde centenas de cidadãos interessados em ocupar um cargo no legislativo ou no executivo disputaram os votos dos eleitores. Em Goiás, concorreram a uma das 41 vagas para deputado estadual, 539 candidatos distribuídos entre 25 partidos.

Estes partidos, naquela eleição, se reuniram em 8 coligações diferentes, além dos seis partidos que disputaram isolados (quadro 03). Diferente da anterior, em que quatro partidos se apresentaram isolados na campanha, em 2010 foram seis partidos, entre eles o PMDB e o PSL que repetiram a forma de concorrer nos dois anos estudados.

Quadro 2.2 – Coligações e partidos nas eleições de 2010 para deputado estadual de Goiás.

<b>PARTIDOS ISOLADOS (6)</b> PCdoB / PCB / PMDB / PSL / PT / PTB	<b>ÉTICA E TRABALHO (2)</b> PPS / PTdoB
<b>PARA GOIÁS CRESCER (0)</b> PRB / PRTB	<b>GOIÁS PRA VALER (2)</b> PHS / PMN
<b>GOIÁS NO RUMO CERTO 2 (2)</b> PP / PR	<b>GOIÁS NO RUMO CERTO 3 (3)</b> PDT / PRP / PSC
<b>GOIÁS NO RUMO CERTO 4 (4)</b> PSB / PSDC / PTN / PV	<b>GOIÁS PRA VOCÊ, NÃO PRA ELES (2)</b> PSOL / PSTU
<b>AVANÇA MAIS GOIÁS (2)</b> PSDB / DEM	

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE (2010).

Naquele ano, a média foi de mais de vinte e um candidatos por partido, no entanto alguns deles apresentaram bem menos que isso, como foi o caso do PCB e do PSTU que tiveram apenas um candidato cada, enquanto que o PSOL apresentou 56 nomes para o pleito. O PSTU, o PSOL e o PCB firmaram coligação na eleição de 2006, mas quatro anos depois, na eleição de 2010, este último partido decidiu concorrer isolado.

Tabela 2.9 – Quantidade de candidatos por partidos e coligações nas eleições de 2010 para deputado estadual de Goiás.

	<b>Coligações / Partidos</b>	<b>Total de candidatos</b>
Partidos	PCB	1
	PTB	28
	PMDB	31
	PC do B	38
	PT	44
	PSL	47
	Coligações	Ética e Trabalho
Goiás pra Valer		28
Goiás no Rumo Certo 2		29
Avança mais Goiás		41
Goiás no Rumo Certo 4		41
Goiás pra você, não pra Eles		57
Para Goiás Crescer		58
Goiás no Rumo Certo 3		73
	<b>Total</b>	<b>539</b>

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE (2010).

Das coligações criadas em 2010, a que mais elegeu seus candidatos foi a “Avança mais Goiás”, com 10 eleitos, sendo que oito eram do PSDB e dois do partido Democratas (antigo PFL, que na eleição de 2006 disputou isolado, por conta da candidatura própria para o Governo Estadual) Tabela (2.10). J

Já a coligação “Goiás pra Valer” elegeu apenas 1 candidato do PMN. Quatro partidos que disputaram isolados elegeram, juntos, dezesseis deputados, sendo que o PMDB elegeu dois quartos e o restante dividido igualmente entre o PTB e o PT.

Tabela 2.10 – Quantidade de candidatos eleitos por coligações ou partidos isolados nas eleições de 2010 para deputado estadual de Goiás.

<b>Coligações / Partidos</b>	<b>Candidatos eleitos</b>
Avança mais Goiás	10
PMDB	8
PTB	4
PT	4
Goiás no Rumo Certo 2	4
Goiás no Rumo Certo 3	4
Ética e Trabalho	2
Goiás no Rumo Certo 4	2
Pra Goiás Crescer	2
Goiás pra Valer	1
<b>Total</b>	<b>41</b>

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE (2010).

Mais uma vez nenhum deputado alcançou o quociente eleitoral, que foi de 74.432. O mais votado foi Helder Vanin (PSDB) com 49.120 votos, o que significa 66% da quantidade mínima que um partido precisa para eleger um deputado. O deputado eleito por média menos votado foi Karlos Cabral (PT), com 14.427 votos, ou menos de 20% do quociente eleitoral daquela eleição.

Mais uma vez surge a discussão sobre a transferência de votos inter e intrapartidária. Isto é, oitenta por cento dos votos do candidato eleito menos votados vieram da legenda e não de sua votação nominal. Este fato embasa críticas ao sistema proporcional de lista aberta, uma vez se acreditasse que o voto no Brasil é personalista e não partidário; os eleitores não necessariamente escolheu o deputado, mas na verdade seu voto foi transferido para outro, talvez até de outro partido.

No tocante a profissão ou ocupação dos candidatos deferidos e eleitos no pleito de 2010 apresenta sensíveis diferenças em relação ao pleito passado. Nesse ano, houve menos candidaturas da classe Deputado e menos eleições destes, ou seja, ocorreu uma renovação maior na Assembleia.

As classes de Empresários e Comerciantes foram, novamente, as que mais tiveram candidatos, enquanto que a quantidade de candidatos que já eram Vereadores aumentou, mas tiveram apenas três eleitos.

Tabela 2.11 – Principal ocupação ou profissão dos candidatos e candidatos eleitos nas eleições de 2010 para deputado estadual de Goiás.

Principal ocupação ou profissão	Candidatos deferidos	Candidatos Eleitos
Deputado	20	11
Empresário	44	6
Advogado	25	4
Vereador	28	3
Locutor e comentarista de rádio e televisão e radialista	4	2
Administrador	7	1
Agente administrativo	3	1
Comerciante	41	1
Estudante	16	1
Industrial	2	1
Jornalista e redator	3	1
Médico	14	1
Policia militar	7	1
Produtor agropecuário	7	1
Professor de ensino médio	13	1
Veterinário	1	1
Outros	304	4
<b>Total geral</b>	<b>539</b>	<b>41</b>

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE (2010).

Em relação à idade dos candidatos, no ano de 2010, 44% dos eleitos tinha até 45 anos de idade. No entanto, a maioria ainda está em uma faixa etária maior, entre 46 até 63 anos, somando 56% do total de eleitos.

Tal fato indica que há ainda uma pouca representação “jovem” no legislativo local, visto que até entre os candidatos deferidos a maior parte, 84%, têm entre 31 e 60 anos. No que se refere a candidatos deferidos, não houve mudança significativa no padrão de idade.

Tabela 2.12 – Faixa etária dos candidatos e candidatos eleitos nas eleições de 2010 para deputado estadual de Goiás.

Idade dos candidatos DEFERIDOS			Idade dos candidatos ELEITOS		
Escolaridade	Absoluto	Relativo	Escolaridade	Absoluto	Relativo
21-30	52	10%	26-35	11	27%
31-40	137	25%	36-45	7	17%
41-50	203	38%	46-55	15	37%
51-60	111	21%	56-63	8	19%
61-70	33	6%	<b>Total Geral</b>	<b>41</b>	<b>100%</b>
71-80	3	1%			
<b>Total Geral</b>	<b>539</b>	<b>100%</b>			

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE (2010).

Em 2010, novamente, houve grande quantidade de candidatos com ensino superior completo e incompleto, 39% e 12%, respectivamente (tabela 2.13). Os que apresentam o

ensino médio completo somaram 31% dos candidatos deferidos, enquanto que os que possuem escolaridade menor que isso, somaram apenas 17% do total.

Entre os eleitos, a maioria possui superior completo ou incompleto, somado 88% e apenas 12% têm até o ensino médio completo. Nessa eleição, diferente da passada, não houve candidatos eleitos com escolaridade baixa, reflexo do crescimento da escolaridade dos candidatos em geral.

Tabela 2.13 – Grau de escolaridade dos candidatos e candidatos eleitos nas eleições de 2010 para deputado estadual de Goiás.

Escolaridade	Escolaridade dos candidatos DEFERIDOS	Escolaridade dos candidatos ELEITOS
Lê e escreve	5	0
Ensino fundamental incompleto	23	0
Ensino fundamental completo	44	0
Ensino médio incompleto	22	0
Ensino médio completo	167	5
Superior incompleto	67	8
Superior completo	211	28
<b>Total Geral</b>	<b>539</b>	<b>41</b>

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE (2010).

As mulheres, mais uma vez, foram sub-representadas na eleição para o legislativo estadual. Em 2010 apenas 20% dos candidatos eram do sexo feminino conseguindo eleger apenas duas, isto é, menos de 5% dos deputados estaduais eleitos naquele ano eram mulheres (tabela 2.14). Apesar do avanço no número de candidatas naquela eleição, a quantidade de deputadas eleitas diminuiu consideravelmente.

Tabela 2.14 – Sexo dos candidatos e candidatos eleitos nas eleições de 2010 para deputado estadual de Goiás.

Sexo	Candidatos deferidos	Candidatos eleitos
Feminino	107	2
Masculino	432	39
<b>Total Geral</b>	<b>539</b>	<b>41</b>

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE (2010).

Os únicos partidos que cumpriram a cota estabelecida por lei foi o PDT (com 19 mulheres, o que representa 49% do total) e o PSTU (que apresentou apenas uma candidata, tendo, portanto, 100% de mulheres). Alguns partidos, como o PSOL e o PMDB se aproximaram da cota de trinta por cento de candidatas. O PCB, PTdoB e PSDC não candidataram nenhuma mulher para concorrer ao cargo analisado.

A origem dos candidatos na eleição de 2010 não se distanciou muito da eleição passada. A maioria dos candidatos era oriunda do próprio estado de Goiás, ou seja, 69% do total. Os estados que mais se destacaram na quantidade de deputados foram Minas Gerais, Bahia, Distrito Federal e Piauí que juntos somaram 18%.

Como destacado anteriormente, esta grande quantidade de candidatos migrantes é fruto da formação populacional de Goiás ser composta essencialmente de migrantes destes estados. Entre os eleitos, mais de 85% são goianos, o restante é oriundo de outros cinco estados do Brasil. Em relação à distribuição dos candidatos nos municípios do estado de Goiás, assim como em 2006, as principais origens são Goiânia e Anápolis.

Tabela 2.15 – Origem dos candidatos deferidos e dos candidatos eleitos nas eleições de 2010 para deputado estadual de Goiás.

Estado de origem dos candidatos DEFERIDOS		Estado de origem dos candidatos ELEITOS	
Estado	Absoluto	Estado	Absoluto
GO	370	GO	35
MG	45	MG	2
BA	19	MA	1
DF	18	BA	1
PI	16	SP	1
MA	11	TO	1
TO	11	<b>Total Geral</b>	<b>41</b>
SP	10		
Outros	39		
<b>Total Geral</b>	<b>539</b>		

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE (2010).

Foi com estes sujeitos e este cenário que ocorreram as eleições para deputado estadual em Goiás. Um quadro muitas vezes desigual – como na questão de gênero – ou mesmo repetitivo, quando olhamos para a renovação dos políticos eleitos. Outro ponto importante é que há poucas mudanças de uma eleição para outra, o que mostra uma consolidação do modo de se fazer política no estado. Tal fato pode ou não ser um bom indício, resta saber se este é o anseio da população goiana. Então, para tentar entender tal população de eleitores apresentase na próxima seção um perfil, a fim de contextualizar a política goiana.

### 2.3 Eleitores e território em Goiás

O recorte espacial selecionado para nossa análise foi o atual território de Goiás. Isso se justifica pelo fato de o estado ser o distrito eleitoral legal da eleição para deputado estadual. O

território goiano proporciona elementos importantes e que devem ser levados em conta ao se propor qualquer análise política. A análise geográfica das eleições estaduais não poderia deixar de abordar as características que constituem o território do estado.

A escolha de se trabalhar com o recorte regional, e não nacional é justificada por Paiva (2008. p.124), quando afirma que,

Em um país com alto grau de heterogeneidade entre estados e regiões, como o Brasil, análises de escopo regional se justificam sobremaneira. Essas últimas permitem verificar, primeiramente, de forma mais acurada, processos distintos que podem ser ofuscados se tomarmos como unidade de análises as médias nacionais.

Concordamos com a autora que num recorte nacional, dinâmicas e processos específicos dos estados não seriam captados nas análises. Portanto, julgamos apropriada a escolha do recorte regional para nosso estudo.

Desse modo, propomos uma breve discussão sobre tais características para situar o leitor, tendo em vista uma compreensão sistemática a cerca das dinâmicas e processos que ocorrem no Estado de Goiás.

Desde já, esclarecemos que o objetivo dessa seção não é um aprofundamento dos temas que serão abordados, não havendo uma preocupação teórica. O que se segue pretende é tecer uma descrição do Estado, porém, sempre relacionada com a dimensão político-eleitoral própria de Goiás.

O Estado de Goiás é constituído atualmente por 246 municípios e uma população total de pouco mais de 6 milhões de habitantes, o que o proporciona uma densidade populacional de 17,65 hab/km<sup>2</sup>, segundo os dados do IBGE (2010). Em comparação com a densidade demográfica do Brasil, que é de 23 hab/km<sup>2</sup>, Goiás está um pouco abaixo, mas se compararmos com o estado do Rio de Janeiro, que tem densidade demográfica de 365,23 hab/km<sup>2</sup>, Goiás apresenta um valor significativamente baixo.

Por outro lado, se comparado com o Estado do Amazonas, com densidade demográfica de 3 hab/km<sup>2</sup>, o índice de Goiás é consideravelmente superior. A relação do território com a demografia interessa à Geografia Eleitoral por alguns motivos que tentaremos abordar nessa seção.

É certo que a distribuição da população no território estadual será, conseqüentemente, a distribuição dos eleitores no mesmo. Os votos serão distribuídos espacialmente de acordo com o contingente de eleitores, estes sendo uma parcela da população total. No entanto, convém lembrar que no Brasil o voto é obrigatório aos cidadãos maiores de 18 anos e facultativo para jovens maiores de 16 e menores de 18 anos e idosos acima de 70 anos. Com

isso, a faixa etária das populações dos municípios nos interessa, uma vez que o número da população total e o de eleitores são informações diferentes, porém igualmente importantes.

O número de eleitores aptos a votar no ano de 2013 em Goiás foi de 4.265.920, o que representa 70% da população total do estado<sup>13</sup>. Podemos observar na Tabela 01 que a faixa de idades dos eleitores aptos a votar em 2013 está na maior parte entre 25 e 59 anos, somando 68,58% do total de eleitores em Goiás.

É interessante notar que 7,44% do total de eleitores no estado estão na faixa de idade que tem o voto como facultativo, e em número absolutos somam 302.348 eleitores. É importante destacar que com esses eleitores seria possível eleger 4 deputados estaduais, em 2010, levando em consideração o quociente eleitoral daquela eleição. Os valores apresentados para o Estado de Goiás se assemelham aos valores do total do Brasil, que em nenhum intervalo de idades apresenta diferenças relativas significantes. Tal fato implica em dizer que o perfil do eleitorado goiano é semelhante ao perfil do Brasil como um todo, ao menos no aspecto etário.

Tabela 2.16 - Faixa de idades dos eleitores aptos nas eleições municipais de 2012.

<b>Faixas de Idades</b>	<b>Feminino</b>	<b>Masculino</b>	<b>Total de Goiás</b>	<b>Total do Brasil</b>
16 e 17 anos	0,87%	0,86%	1,73%	1,76%
18 a 20 anos	3,26%	3,23%	6,50%	6,51%
21 a 24 anos	5,04%	4,93%	9,97%	9,93%
25 a 34 anos	12,84%	12,15%	24,99%	24,15%
35 a 44 anos	10,97%	10,17%	21,15%	19,71%
45 a 59 anos	11,50%	10,69%	22,20%	22,65%
60 a 69 anos	3,96%	3,78%	7,75%	8,38%
70 a 79 anos	2,07%	1,97%	4,05%	4,60%
superior a 79 anos	0,81%	0,86%	1,67%	2,32%
<b>Total Geral</b>	<b>51,33%</b>	<b>48,66%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Adaptado de TSE (2010).

Os eleitores não estão distribuídos, assim como a população total, de maneira homogênea em Goiás. Há no estado uma clara concentração de eleitores nas regiões mais urbanizadas e desenvolvidas economicamente (mapa 2.1).

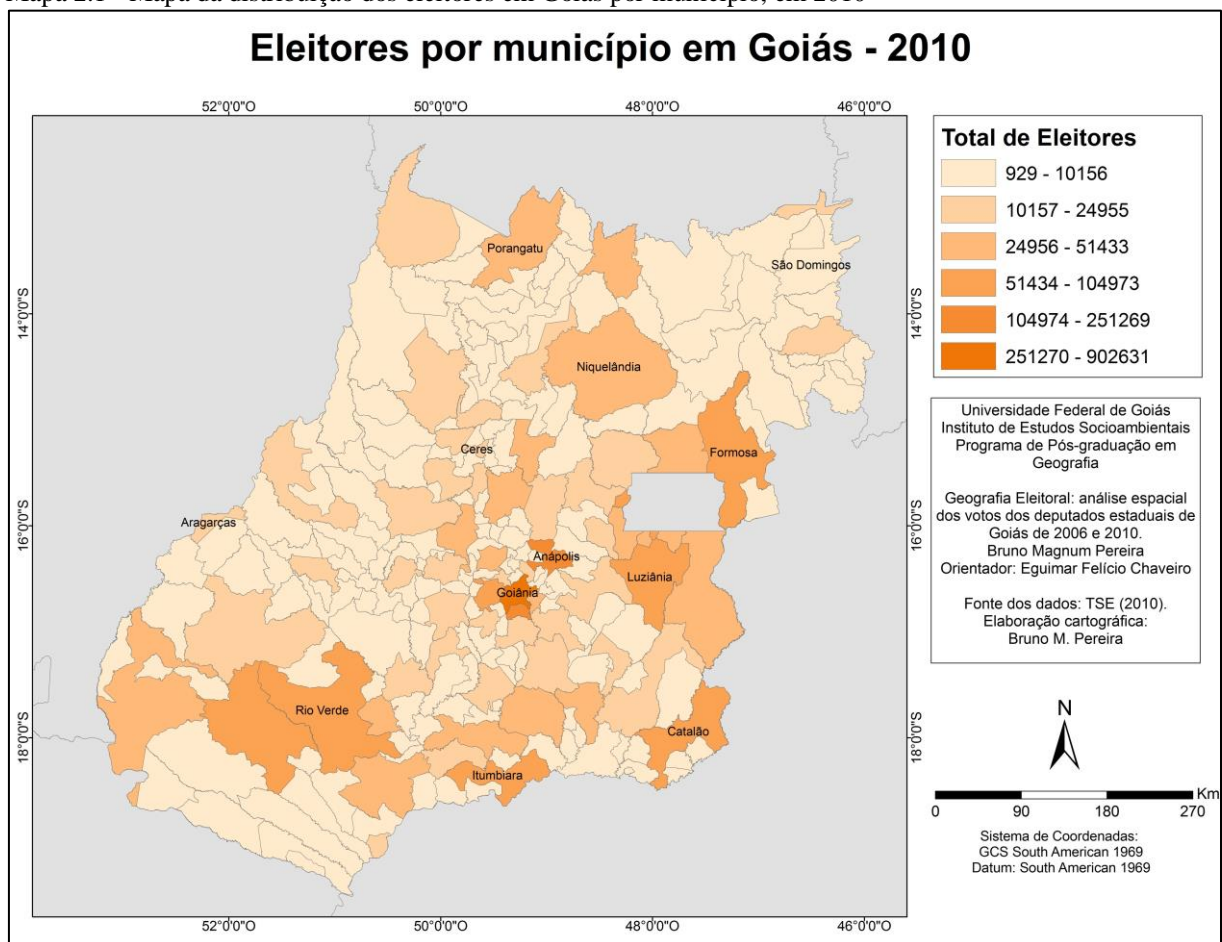
Podemos notar que o maior contingente eleitoral se encontra próxima de Goiânia. Isso se dá pela capital Goiânia ser o maior colégio eleitoral do estado concentrando, em 2010, um total de 902.631 eleitores aptos, seguido por Aparecida de Goiânia, com 251.269 eleitores. A

<sup>13</sup> Considerando o número da população do estado em 2010, de acordo com o Censo demográfico do IBGE de 2010.

região que menos concentra eleitores é a Microrregião de Aragarças, com um total de 43.493 eleitores, esse valor é o resultado da soma de sete municípios<sup>14</sup>.

O que tentamos destacar é a grande diferença entre as regiões do estado, uma vez que os municípios da Região Metropolitana de Goiânia detêm mais de 35,5% do total de eleitores no estado e a microrregião do Aragarças, a menor, detém apenas 1% dos eleitores. Outro ponto importante a ser destacado é o fato de a soma dos 10 maiores colégios eleitorais do Estado representar 47% do eleitorado goiano. Tal fato demonstra que há uma concentração do voto em poucas áreas do Estado.

Mapa 2.1 - Mapa da distribuição dos eleitores em Goiás por município, em 2010



Fonte: Bruno Magnum Pereira (2013).

Algumas das possíveis implicações dessa configuração espacial são, por exemplo, a busca dos candidatos nesses maiores “centros eleitorais”, proporciona um assédio maior aos eleitores por meio de comícios, propaganda impressa e audiovisual. Em contrapartida, pode

<sup>14</sup> Os municípios da microrregião de Aragarças e o número de eleitores são: Baliza (3201), Aragarças (14450), Bom Jardim De Goiás (7010), Piranhas (9563), Montes Claros de Goiás (6451), Arenópolis (3346) e Diorama (2210).

haver certo esquecimento dos menores colégios, proporcionando uma menor oferta de candidatos. Veremos de maneira aprofundada as consequências dessa e de outras variáveis do voto no território no próximo capítulo.

Um dado interessante que devemos considerar é a urbanização, uma vez que Ames (2003) aponta para uma diferenciação dos padrões de votação dos grandes centros urbanos. Para o autor, os grandes centros urbanos apresentam um padrão onde os votos são distribuídos entre vários candidatos, por conta da grande oferta, e nenhum destes consegue dominar essa localidade. No entanto, para alguns candidatos os votos urbanos representam grande parte de sua votação nominal. Esse padrão é chamado de concentrado - compartilhado.

Em Goiás, 92% da população é considerada urbana, segundo o censo demográfico de 2010. No entanto, o número de cidades goianas que ultrapassam 10 mil habitantes é limitado e apenas 8 cidades têm mais de 100 mil habitantes, como podemos ver na Tabela 02.

As cidades em Goiás que apresentam menos de 10 mil habitantes somam 72%, mesmo assim possuem apenas 12% da população urbana do Estado, enquanto que as oito cidades com população maior que 100 mil somam 52% da população urbana.

Tabela 2.17 - População das cidades, em Goiás - 2010.

<b>Numero de habitantes</b>	<b>Total de cidades</b>	<b>% de cidades</b>	<b>Soma da população</b>	<b>% da população urbana</b>
< 2.000	44	18%	63.962	1%
2.001 - 10.000	132	54%	614.098	11%
10.001 - 20.000	30	12%	449.880	8%
20.001 - 50.000	22	9%	714.292	13%
50.001 - 100.000	10	4%	778.885	14%
> 100.000	8	3%	2.799.597	52%
<b>Total</b>	<b>246</b>	<b>100%</b>	<b>5.420.714</b>	<b>100%</b>

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE (2010).

Podemos concluir, com as informações da tabela, que Goiás possui grande parte da população concentrada nos maiores centros urbanos. No entanto, a soma da população dos municípios com menos de 10 mil não pode ser considerada irrelevante, uma vez que esses municípios representam 15% do eleitorado de Goiás, ou, em números absolutos, 637.535 eleitores. Se considerarmos o quociente eleitoral da eleição estadual de 2010 para deputado estadual, que foi de 74.432, esses eleitores ainda elegeriam 8 candidatos para a Assembleia Legislativa.

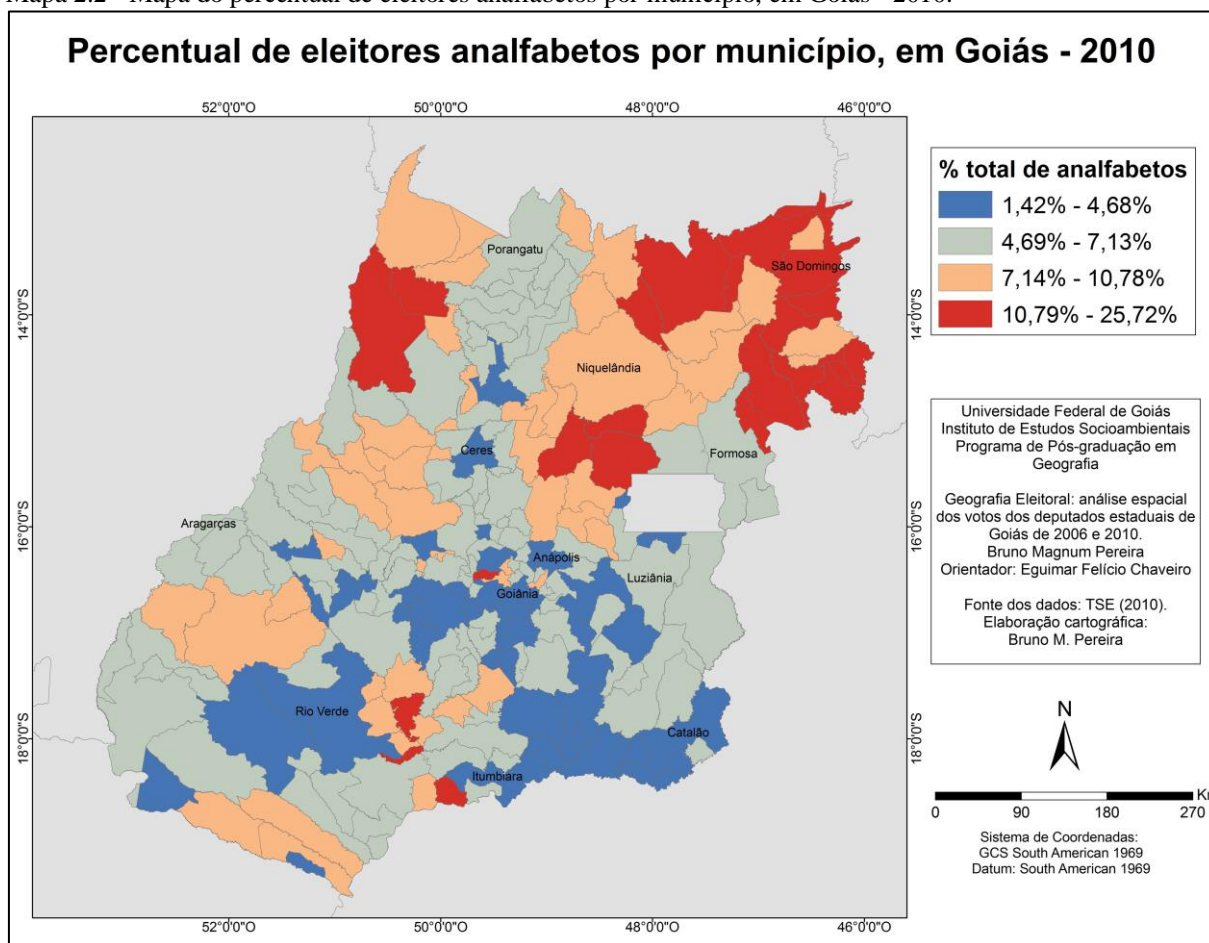
Partindo dessas considerações, é nítido que, apesar das disparidades regionais no tocante ao número de eleitores em Goiás, mesmo as regiões com menos eleitores são importantes para o processo democrático. Como vimos no Capítulo 1, o sistema proporcional

de lista aberta, vigente no Brasil, tem como prerrogativa a representação da sociedade em sua multiplicidade.

No tocante ao grau de instrução dos eleitores, segundo os dados disponibilizados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE, 2010), grande parte dos eleitores em todos os municípios de Goiás, possui o ensino fundamental incompleto, o que soma 33,8% do total. Enquanto que os que possuem ensino superior completo somam apenas 3,3%. Poucos municípios se destacam no percentual de eleitores com curso superior completo em Goiás, como demonstrado nos mapas 2.2 e 2.3.

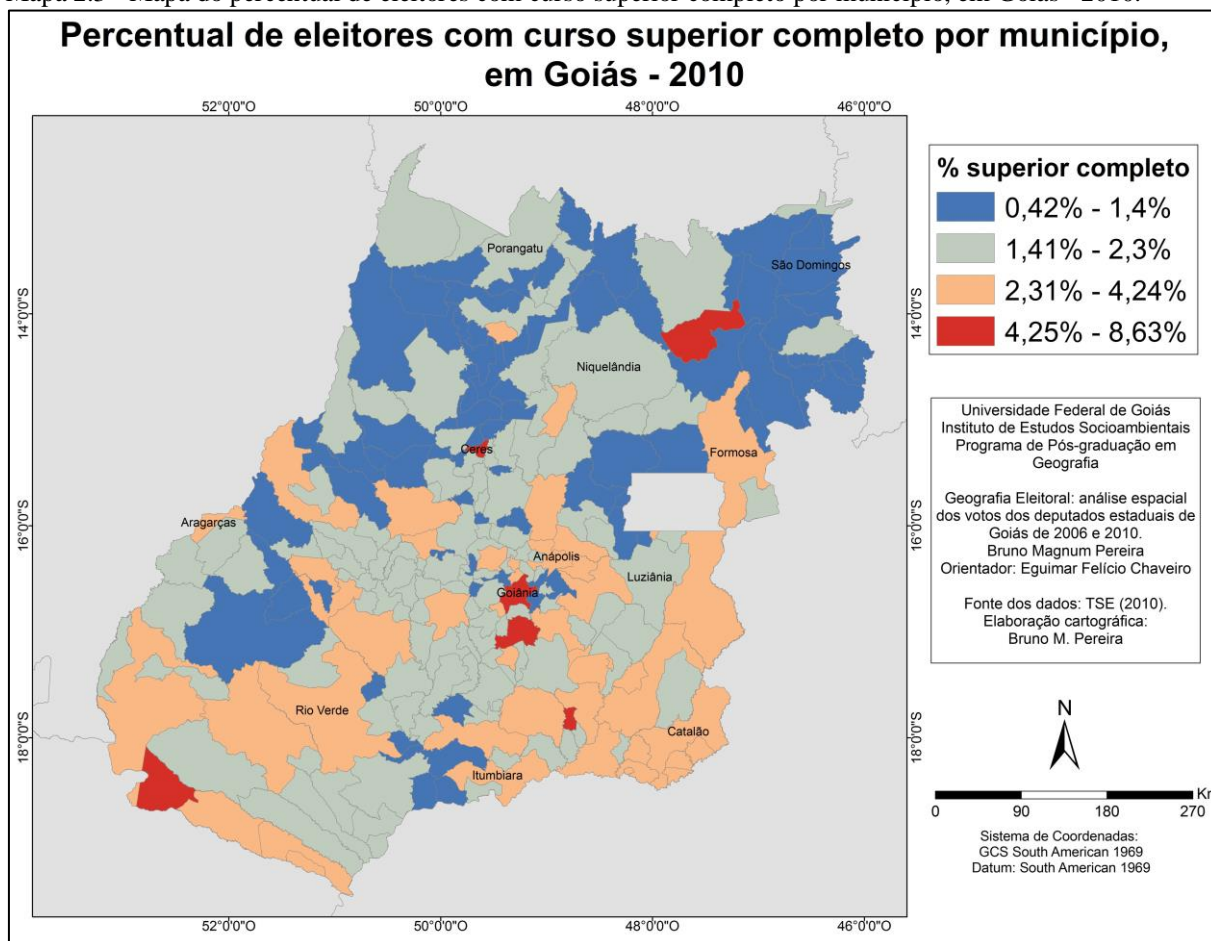
Destacamos que o grau de instrução é um elemento importante na análise das eleições. Haja vista que, como veremos no próximo capítulo, segundo as teorias sobre democratização, quanto maiores os índices de desenvolvimento, maiores serão as chances do desenvolvimento da democracia.

Mapa 2.2 - Mapa do percentual de eleitores analfabetos por município, em Goiás - 2010.



Fonte: Bruno Magnum Pereira (2013).

Mapa 2.3 - Mapa do percentual de eleitores com curso superior completo por município, em Goiás - 2010.



Fonte: Bruno Magnum Pereira (2013).

Podemos observar nos mapas a seguir que os valores relativos de eleitores analfabetos são maiores nas microrregiões da Chapada dos Veadeiros e no Vão do Paranã, enquanto que na parte sul do estado os valores relativos são menores. Já o mapa de eleitores com ensino superior completo se mostra mais homogêneo em quase todo o Estado; o que mostra uma leve superioridade da parte sul, com destaque para o município de Goiânia. Porém, sem nenhuma comprovação estatística, observamos que os municípios com maiores índices de eleitores analfabetos, apresentam os menores índices de eleitores com ensino superior completo.

O que pretendemos com este breve perfil do eleitorado goiano é mostrar essa parcela da população com toda a diversidade e especificidade dos cidadãos e do território goiano. Esses sujeitos com o poder de voto são os responsáveis por escolher quais serão seus representantes que terão a tarefa de brigar por seus interesses.

Em todo Brasil são eleitos a cada quatro anos 1059 deputados estaduais e distritais, 513 deputados federais, 54 ou 27 senadores, 27 governadores e 1 presidente da república. Todos estes políticos estão organizados em 30 partidos diferentes registrados no TSE. No entanto, estes são apenas os eleitos, o número de pessoas que se candidatam a um cargo

eletivo no Brasil é muito maior. Mas, em uma democracia, quem decide quais serão os vencedores são os eleitores.

Podemos concluir, com o que foi exposto até aqui, que a política em Goiás é dinâmica, tem elementos que se modificam e transformam, seja avançando ou para o retorno de antigas práticas. Ao mesmo tempo, conserva inúmeras características da política tradicional e das antigas formas de se fazer política.

Das profissões dos candidatos, que em sua maioria representam as elites da sociedade, até chegar à polarização político-partidária das eleições, vemos que a multiplicidade da população goiana, de certa forma, não é representada pela política aqui exposta. Não quer dizer que os políticos eleitos não representam a sociedade que o elegeu, o que se percebe é que a política, ou a forma de fazê-la em Goiás, não está a altura que os goianos merecem.

Basta observar, também, a representatividade feminina no plenário goiano, que não se aproxima nem um pouco da realidade da população em relação ao gênero. Há um predomínio do homem na política, sendo que poucos deles são jovens, com a disposição e idealismo necessários ao ofício de representar o Estado. Tal fato só exhibe seu caráter conservador e tradicional da política goiana.

Apesar das inquietações que já se pode chegar, se faz necessário uma abordagem mais aprofundada das formas de conquistar uma cadeira para representar a sociedade. Isto é, a proposta do próximo capítulo será de tentar entender, a partir da Geografia do voto, como o candidato consegue se eleger e como esta estratégia para a eleição afeta a sua representação, tudo isso partindo da perspectiva da ciência geográfica, uma vez que a considera-se aqui o voto como um dado espacial.

## CAPÍTULO III

---

### A CONEXÃO ELEITORAL: GEOGRAFIA DO VOTO E DA PRODUÇÃO PARLAMENTAR EM GOIÁS

A eleição é o momento da disputa pelo direito e privilégio da representação política dos cidadãos e do território. Segundo Lima (2002), a representação é um recurso de poder, que pode ser discutida partindo de uma gama de modelos interpretativos. Uma delas é a ideia de um espelho, onde a imagem devolvida deveria ser fidedigna à realidade. No entanto, segundo o autor, esta imagem pode ser incerta e ter um grau maior ou menor de opacidade. Isto é, a representação política, que é o alvo da competição eleitoral, pode se tornar uma encenação, uma criação de personagens.

A competição pela representação gera marcas na política e no território. Uma destas marcas pode ser visualizada analisando o resultado das urnas. A forma que se propõe realização esta análise é a partir da dimensão espacial do próprio voto. Para tal, é necessário que este dado seja espacializado para então ser relacionado com as facetas do território. Daí a importância de se considerar o voto como um dado espacial.

A relação entre a forma de obtenção de votos no espaço e a resposta disso enquanto representação política é a conexão eleitoral. Esta nos serve para compreender a dimensão espacial da política, sobretudo, eleitoral. Dessa forma, torna-se uma das abordagens da Geografia Eleitoral, enquanto parte integrante da Geografia Política.

Neste capítulo lançaremos mão de informações e análises sobre a Geografia Eleitoral de Goiás, ou seja, a forma como o voto se espacializa e relaciona com o território. Para tanto, utiliza-se dados dos pleitos apresentados no capítulo anterior e de informações sobre as legislaturas que se seguiram.

Deste modo, o objetivo deste capítulo é analisar a dimensão espacial do voto em Goiás e entender seu reflexo na representação política na Assembleia Legislativa. A partir de uma taxonomia dos padrões espaciais de votação, proposta por Ames (2003) e Carvalho (2003), observou-se quais foram as estratégias de obtenção de votos dos deputados estaduais eleitos. As ações, enquanto parlamentar, expostas pelos projetos apresentados durante as legislaturas, serviram para considerar que a dimensão espacial da votação é realmente um incentivo à forma de atuação do legislativo.

### **3.1 A competição eleitoral nos municípios de Goiás**

Nos estudos sobre política é quase um consenso que a competição é um dos requisitos básicos para a democracia. Entre outros fatores importantes para se qualificar um regime democrático, o nível e a forma da competição entre os atores políticos são mencionados tanto

por Seymour Lipset (1967) em sua teoria da modernização, como por Robert Dahl (1997) na ideia de Poliarquia.

Segundo a teoria da modernização proposta por Lipset (1967), o desenvolvimento econômico e a legitimidade das instituições influem substancialmente na democracia estável. Inspirado em Weber, o autor afirma que,

A democracia, numa sociedade complexa, pode-se definir como um sistema político que fornece oportunidades constitucionais regulares para a mudança dos funcionários governantes, e um mecanismo social que permite a uma parte – a maior possível – da população influir nas principais decisões mediante a sua escolha entre os contendores para cargos políticos (Ibid, 1967, p. 45).

Lipset afirma que, quanto mais próspera for uma nação, maiores serão as chances de ela sustentar uma democracia. Ao contrário, “uma sociedade dividida entre uma grande massa pobre e uma pequena elite favorecida” resultará em uma tirania ou em uma ditadura (LIPSET, 1967. p. 50). Assim, grosso modo, uma sociedade com uma classe média alongada tenderia a se afastar de conflitos sociais violentos e estaria menos propícia às revoluções. O autor afirma ainda que:

A riqueza e educação crescentes também servem à democracia pelo fato de aumentarem a exposição das classes inferiores às pressões cruzadas que reduzem seu comprometimento com determinadas ideologias e os tornam menos receptivos às extremistas (LIPSET, 1967. p. 65).

Para tentar comprovar esta hipótese o autor realizou testes com índices de desenvolvimento econômico como riqueza, industrialização, urbanização e educação. Limonge (1997) chama a atenção para o fato de que, para Lipset, o desenvolvimento favorece a manutenção da democracia, o que não significa o mesmo que o desenvolvimento leva à democracia.

Limonge (1997) explica ainda que na teoria da modernização, com o desenvolvimento econômico desapareceria as razões para conflitos sociais violentos e extremados, abrindo-se a possibilidade de resolvê-los por meio da competição eleitoral. É dessa forma que a competição aparece na teoria da modernização como importante para o regime democrático.

Apesar da importância da Teoria da Modernização de Lipset, alguns autores fazem diversos questionamentos sobre suas ideias de democratização. A principal obra que oferece uma leitura mais ampla sobre o tema é *Poliarquia: Participação e Oposição* de Robert Dahl.

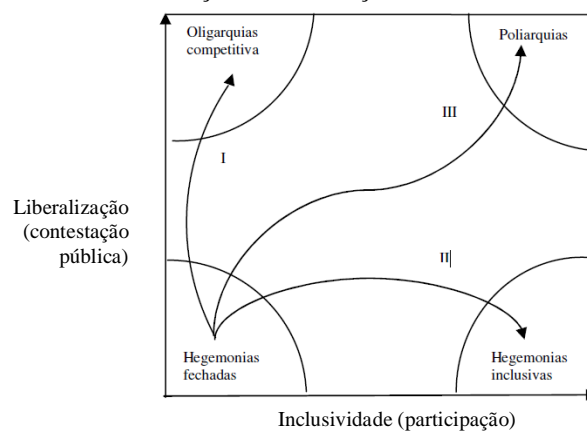
Em sua obra, o autor afirma que o desenvolvimento econômico contribui para aumentar o grau de pluralismo societal, isto é, poderia se confundir com a teoria da modernização. No entanto, segundo Limonge (1997, p. 19), no prefácio da edição brasileira

do livro de Dahl, o autor sugere que “a ocorrência da estrutura social que Lipset identifica como favorável à democracia não estaria restrita às sociedades modernas”.

Essa discussão parte do fato da interpretação de que na teoria da modernização uma sociedade subdesenvolvida estaria fadada à nunca alcançar um regime democrático, já Robert Dahl levanta a importância das variações institucionais para explicar o sucesso da democracia.

Dahl (1997) indica duas dimensões formadoras da democratização e que possibilitam a identificação e classificação de sistemas democratizados, que são o direito à participação e a contestação pública (figura 3.1).

Figura 3.1 – Dimensões da democratização: Liberalização, inclusividade e democratização.



Fonte: Dahl (1997).

A competição política é para Dahl um atributo necessário para o que chamou de Poliarquia; uma vez que a contestação pública diz respeito ao que se pode traduzir por competição institucionalizada (PEIXOTO, 2010).

Deste modo, podemos observar que a competição política e eleitoral é uma variável importante para a concretização da democracia, ou melhor, para a democratização de um sistema. Assim, julgamos necessária uma compreensão de como se dá a competição pelos votos no território analisado.

A análise da Geografia do voto deve utilizar a competitividade eleitoral nos/dos municípios do estado de Goiás para entender o que Carvalho (2003, p. 63) chama de “geografia política do jogo”.

Santos (2003b) utiliza o critério de candidato por vaga para avaliar o nível de competitividade. Para o autor, para ser um regime ser democrático-competitivo:

[...] é necessário que existam pelo menos dois candidatos disputando a vaga, caso contrário sealaria em nomeação antes que em eleição. Assim, quanto maior for o número médio de candidatos por vaga, sobretudo se afastando de dois e suas frações, maior será o nível de competitividade da eleição (SANTOS, 2003b, p. 39).

Entendemos a importância da quantidade absoluta e da média de candidatos por vaga, porém julgamos que é necessário ir mais a fundo. Com os níveis de competitividade dos diversos municípios goianos adotaremos a metodologia de Carvalho (2003), correlacionando com variáveis socioeconômicas para, então, identificar o que este autor chama de comportamento do mercado eleitoral.

Estes procedimentos são inspirados, antes, nas ideias de Robert Dahl, pois assim como destacado por Limonge (1997) buscamos verificar como o acesso e o controle dos recursos de poder socioeconômicos e de coerção sobre a democracia afeta a política em nosso recorte espacial, que é o estado de Goiás.

A escolha desta metodologia, que já é recorrente na literatura sobre Geografia do voto no Brasil, possibilita a comparação com o que já vem sendo trabalhado no Brasil, como é o caso de Corrêa (2011) com seu trabalho sobre o Rio de Janeiro.

Para medir o grau de competitividade nos municípios, a partir de um índice que possibilite visualizar o número de candidatos que efetivamente disputaram os votos, utilizamos o *Número Efetivo de Candidatos* ( $N^{cand}$ ). Este é uma adaptação do Número Efetivo de Partidos (NEP)<sup>15</sup> que, segundo Nicolau (2002), vem sendo utilizado nas pesquisas sobre política e eleições por possibilitar uma visualização em termos concretos do número médio de partidos que disputam pela maioria dos votos em uma eleição.

Para Corrêa (2011, p. 63) o NEP “nada mais é do que um construto matemático que facilita a visualização do grau de concentração/fragmentação da competição em um determinado espaço”. A adaptação deste índice para ser trabalhado com a votação dos candidatos foi realizada por Carvalho (2003) para identificar o número médio de candidatos que obtiveram votos suficientes para serem competitivos na disputa. Então, como já mencionamos, para possibilitar futuras comparações, optamos por, também, utilizar este índice.

Para tanto, na sua construção, realizamos a soma dos valores absolutos dos votos obtidos por cada candidato em cada um dos municípios. Depois, calculamos o percentual destes valores para, assim, aplicarmos o índice do número efetivo de candidatos, que se apresenta na seguinte equação:

---

<sup>15</sup> O número efetivo de candidatos foi desenvolvido por Marku Laakso e Rein Taagepera (1979) variando do índice HH. Outro índice que varia do HH e é bastante utilizado nos estudos sobre política é o índice de fracionalização (F) desenvolvido por Douglas Rae, que indica a probabilidade de dois deputados de um Parlamento pertencem a partidos diferentes. Em estudos sobre eleições é aplicado visando apresentar o quanto os votos de um distrito é fragmentado.

$$N^{cand} = \frac{1}{\sum_{j=1}^n P_{ij}^2}$$

Nesta equação  $P_{ij}$  é a proporção de votos de um candidato  $j$  no município  $i$ , sendo que  $n$  é o número de candidatos que receberam pelo menos 1 voto no município  $i$ .

Deste modo, aplicaremos este índice para avaliarmos o grau da competitividade nos municípios de Goiás nas disputas eleitorais de 2006 e 2010 para deputado estadual. Como já deixamos claro anteriormente, a escolha de dois pleitos consecutivos objetiva comparar e verificar como tem sido o desenvolvimento das eleições no estado.

Como abordado no capítulo anterior, trabalhamos com os candidatos que tiveram as candidaturas deferidas pelo TRE-GO, um total de 473 na eleição de 2006 e 539 em 2010. Estes homens e mulheres que pleitearam uma das 41 vagas para deputado estadual em Goiás nos dois anos analisados. Com uma divisão simples, vemos que os índices de candidatos por vaga foram de 11,56 e 13,15, em 2006 e 2010, respectivamente.

Aplicando o índice  $N^{cand}$  para os anos mencionados, com os dados agregados de todo Estado de Goiás, observamos que em duas eleições o valor caiu de 145,6 para 138,7 de 2006 para 2010, apesar da quantidade total de candidatos ter aumentado (Tabela 3.1). Isso nos leva a acreditar que a competitividade no Estado diminuiu de uma eleição para outra. Em contra partida, se for observada a média dos municípios podemos perceber que o  $N^{cand}$  passa de 7,7 em 2006, para 8,7 em 2010. Um incremento de um candidato efetivo, demonstrando crescimento na competitividade.

Tabela 3.1 – Estatística descritiva do índice do número efetivo de candidatos em Goiás nas eleições de 2006 e 2010.

	Municípios	$N^{cand}$ Goiás	Mínimo	Máximo	Média	Candidatos
<b>2006</b>	246	145,6	1,73	84,70	7,7	473
<b>2010</b>	246	138,7	1,92	76,00	8,7	539

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE (2006; 2010).

Essa diferenciação entre o valor de  $N^{cand}$  com os dados agregados para Goiás e a média dos municípios faz sentido quanto retomamos a discussão sobre os distritos legais e os distritos eleitorais de fato, que para Carvalho (2003), são os municípios. Mesmo ao destacar o valor agregado, podemos considerar o número efetivo de candidatos a deputado estadual em Goiás baixo nas duas eleições.

Uma vez que se tomarmos a proporção do número total de candidatos aptos tivemos apenas 30% e 25% de candidatos que realmente foram competitivos em todo o estado, nas eleições de 2006 e 2010, respectivamente. Deste modo, lembrando que é o município nossa

unidade de análise, pois é onde os políticos buscam seus votos, reconhece-se que o mais apropriado é considerar a média do índice dos municípios.

Dando continuidade à metodologia de Carvalho (2003) realizamos a classificação dos municípios a partir do índice apresentado, criando quatro classes. Os municípios com índice de número efetivo de candidatos mais baixo são denominados de Concentração Alta (CA), pois concentram seus votos em poucos candidatos; a próxima classe se refere aos municípios com Concentração Média (CM); os municípios que apresentam um grau um pouco maior de competitividade são os de Dispersão Média (DM) e; os municípios mais competitivos, que tem um índice mais elevado e onde mais candidatos disputam os votos são denominados de Dispersão Alta (DA).

Para possibilitar a comparação entre os anos de 2006 e 2010 foi necessário criar o mesmo intervalo de classes para as duas eleições. Deste modo, optamos por calcular a média do índice dos dois anos por município e assim, utilizarmos o procedimento estatístico de *Cluster K-means* para identificar os quatro grupos apresentados (Tabela 3.2).

Tabela 3.2 – Classificação dos municípios de Goiás a partir do índice do número efetivo de candidatos.

	Mínimo	Máximo	Média 2006	Média 2010	Municípios 2006	Municípios 2010
<b>CA</b>	0,00	8,43	5,24	5,69	175	156
<b>CM</b>	8,44	14,81	10,75	11,05	52	66
<b>DM</b>	14,82	27,29	18,17	18,17	18	21
<b>DA</b>	27,30	84,70	84,70	45,1	1	3

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE (2006; 2010)

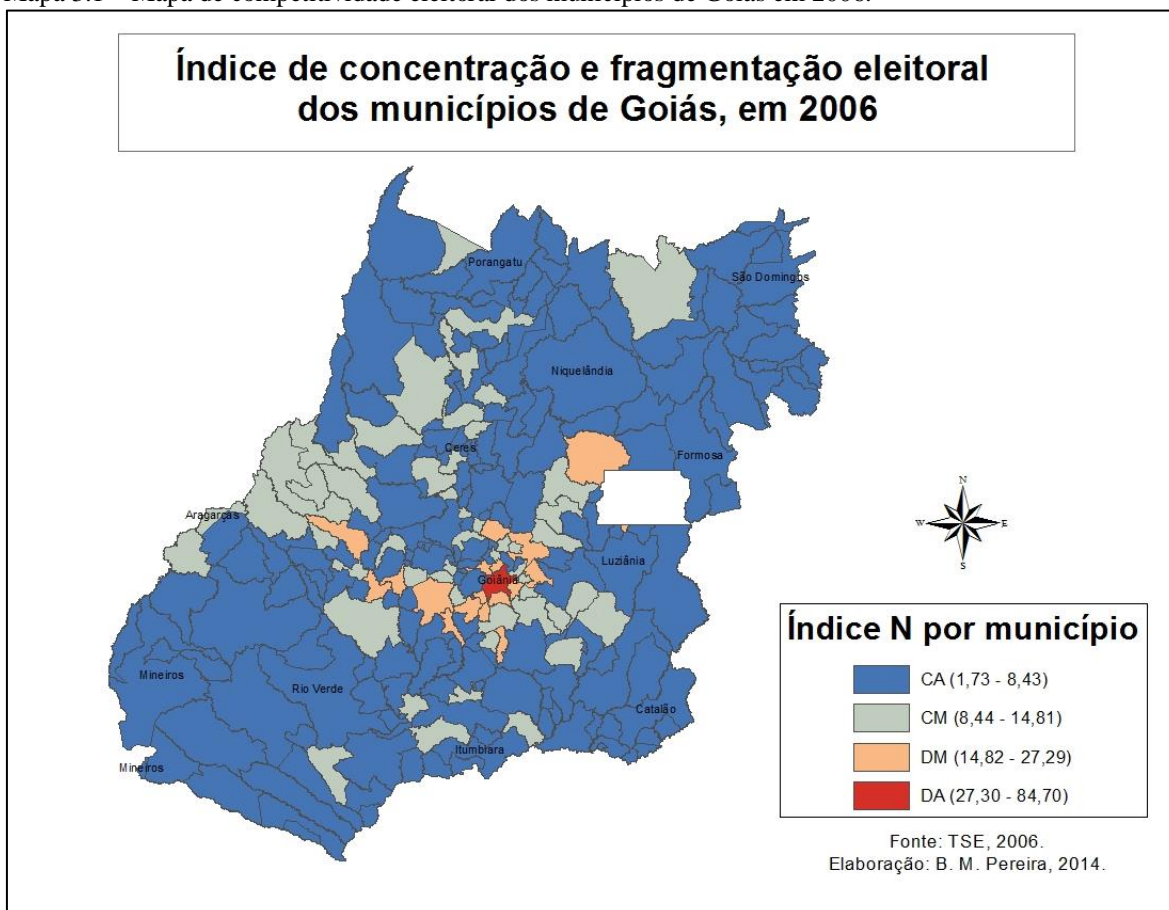
Podemos observar que a competitividade eleitoral dos municípios do estado de Goiás é baixa, pois como demonstra a tabela, em 71% dos municípios em 2006 apenas 5,24 candidatos disputaram efetivamente os votos; enquanto que em 2010 em 63% dos municípios apenas 5,69 candidatos tiveram votação suficiente para serem competitivos.

Se somarmos os municípios que se enquadram na faixa de concentração dos votos no primeiro ano analisado chegamos a 92%, ou seja, 227 municípios tiveram até 14,81 candidatos efetivos. No ano de 2010 há uma leve queda na quantidade de municípios considerados concentrados, passando para 90%, ou 222 municípios.

Um detalhe que chama a atenção é que de 2006 para 2010 a classe DA sai de 1 município para 3, ajudando a aumentar a faixa de municípios denominados dispersos, foi este fato que levou a média de candidatos efetivos nos municípios DA em 2010 diminuir de 84,7 para 45,1. É possível observar no Mapa 3.1 que em 2006 este único município foi Goiânia e em 2010 foram todos próximo à capital.

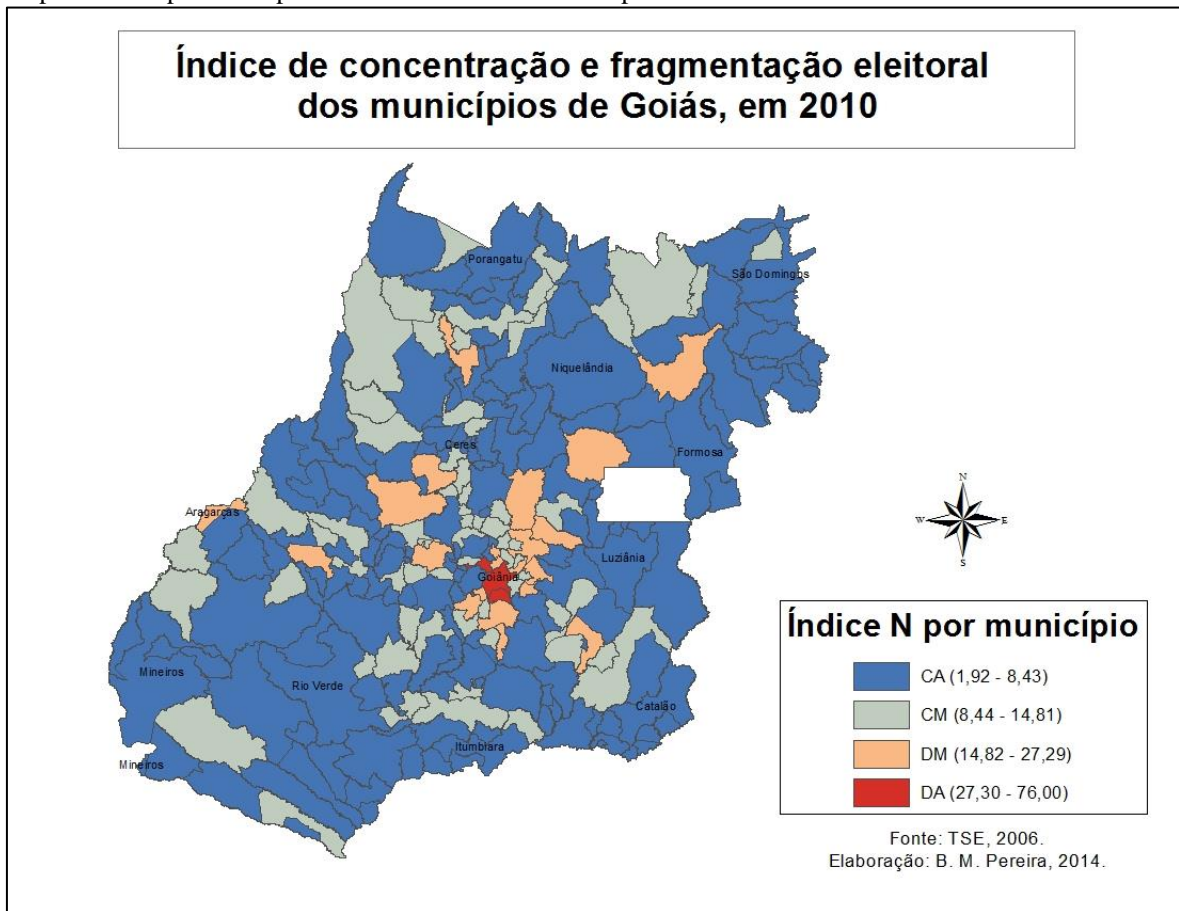
Os mapas 3.1 e 3.2 apresentam a espacialização do índice de concentração e dispersão dos municípios. Eles permitem visualizar a distribuição espacial da competitividade por município em Goiás.

Mapa 3.1 – Mapa de competitividade eleitoral dos municípios de Goiás em 2006.



Fonte: Elaboração própria (2013)

Mapa 3.2 – Mapa de competitividade eleitoral dos municípios de Goiás em 2006.



Fonte: Elaboração própria (2013).

Os mapas apresentados demonstram que os municípios com maior dispersão dos votos estão no centro do estado e em 2010 os municípios no intervalo DA estão na Região Metropolitana de Goiânia, são eles: Goiânia, Aparecida de Goiânia e Goianira.

Por não ser possível fazer mais inferências apenas com a observação cartográfica utilizaremos a correlação de Pearson como mais uma ferramenta que nos permita analisar de forma mais eficiente. Como mencionado anteriormente, iremos correlacionar a variável competitividade com outras variáveis eleitorais e socioeconômicas.

Uma hipótese que podemos levantar e que é recorrente na literatura relacionada à Geografia do voto é de que quanto maior o eleitorado municipal maior será o número de candidatos efetivos. Para tanto, adotamos a variável de eleitores aptos e correlacionamos com o índice de número efetivo de candidatos (quadros 3.1 e 3.2).

Quadro 3.1 – Correlação entre Número efetivo de candidatos e eleitores aptos em 2006.

		APTOS	
		N 2006	2006
N 2006	Correlação de Pearson	1	,740**
	Sig. (2 extremidades)		,000
	N	246	246
APTOS 06	Correlação de Pearson	,740**	1
	Sig. (2 extremidades)	,000	
	N	246	246

\*\* . A correlação é significativa no nível 0,01 (2 extremidades).

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE (2006).

Quadro 3.2 – Correlação entre Número efetivo de candidatos e eleitores aptos em 2010.

		APTOS	
		N 2010	2010
N 2010	Correlação de Pearson	1	,668**
	Sig. (2 extremidades)		,000
	N	246	246
APTOS 10	Correlação de Pearson	,668**	1
	Sig. (2 extremidades)	,000	
	N	246	246

\*\* . A correlação é significativa no nível 0,01 (2 extremidades).

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE (2010).

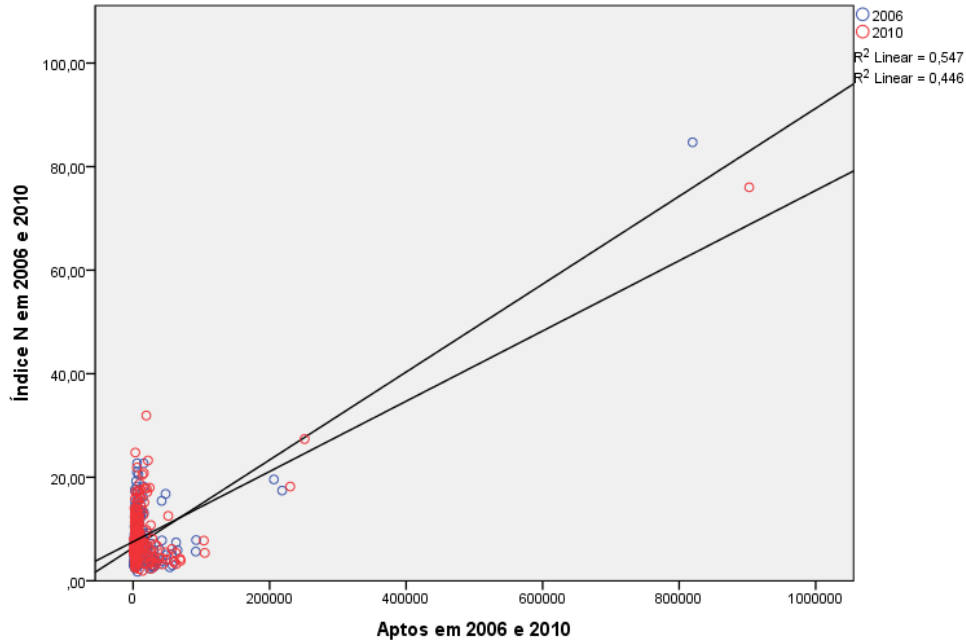
Os resultados mostram que há uma correlação positiva forte entre as variáveis, ou seja, a hipótese de que quanto maior o eleitorado maior será a competitividade do município seria verdadeira. O ano de 2006 apresenta um coeficiente de correlação positivo de 0,740 e em 2010 de 0,668, ambas consideradas fortes.

No entanto, como destaca Figueiredo Filho e Silva Junior (2009) é necessária uma análise de *outliers*, isto é, presença de valores que destoam da série de dados. Em nosso caso, o município de Goiânia se apresenta com valores discrepantes, pois seu eleitorado e seu índice N são muito maiores que as dos outros municípios.

Este fato induz a força da correlação, como podemos ver no gráfico de dispersão para 2006 e 2010 (Gráfico 3.1). Tal fato quer dizer que se excluirmos Goiânia de nossa análise o coeficiente de correlação será consideravelmente mais fraco. Entretanto, apesar de julgar importante alertar o leitor sobre o fato, não tomaremos essa iniciativa, pois consideramos que

não é oportuno excluir este valor do conjunto dos dados, haja vista a importância de Goiânia para nossa análise.

Figura 3.2 – Gráfico de dispersão do Índice N e Aptos em 2006 e 2010.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE (2006; 2010).

Assim, como é possível observar, a análise estatística correlacionando o índice  $N^{\text{cand}}$  com o eleitorado dos municípios corrobora a ideia de que municípios populosos são mais competitivos, isto é, que quanto mais eleitores mais candidatos disputam seus votos. Podemos entender tal fato como sendo resultado de uma maior oferta de candidatos, pois, quanto mais eleitores em um município mais candidatos se apresentam a fim de conseguir parte dos votos e maiores serão as chances de obter uma quantidade maior de votos, aumentando a competitividade.

Uma informação que devemos levar em consideração é quantidade de votos aproveitados dos municípios, isto é, os votos que foram destinados aos candidatos eleitos. O sistema eleitoral proporcional, como já abordado no Capítulo I, permite que um deputado arrecade votos em todo o estado, que é o distrito eleitoral legal para eleições de deputado estadual.

Porém, segundo o pensamento distributivista os políticos orientam suas ações aos municípios onde arrecadaram a maior parte de seus votos, na tentativa de garantir a reeleição, cativando seu eleitorado. Então, se seguirmos esta interpretação, os municípios que de alguma forma não foram importantes para eleger nenhum candidato destinando seus votos à candidatos que não se elegeram, ficariam sem representação política.

Um exemplo de município que teve baixíssimo aproveitamento dos votos foi Planaltina, no Entorno do Distrito Federal, que teve apenas 2% dos votos destinados à candidatos eleitos em 2010. O município de Mineiros também teve esta característica tanto em 2006, quanto teve 4% dos votos aos eleitos, como em 2010 com 5%.

Para fazer o cruzamento entre essas variáveis classificamos os municípios de acordo com o percentual de votos destinados aos candidatos eleitos, gerando três classes, que são: Baixo aproveitamento (0,0% - 30%); Médio aproveitamento (31% - 60%) e; Alto aproveitamento (61% - 100%).

Observando a tabela 3.3 percebemos que a maioria dos municípios que ocupam as duas faixas de dispersão dos votos apresentam um médio aproveitamento dos votos. Os municípios que estão nas faixas de maior concentração (Concentração Alta e Média) não demonstram necessariamente um padrão; porém, 42% e 46% (em 2006 e 2010, respectivamente) dos municípios também estão na situação de médio aproveitamento. Com base na tabela, somos levados a concluir que não há uma correlação entre competitividade e votos aproveitados.

Tabela 3.3 – Grau de competitividade por votos segundo o aproveitamento dos votos nos municípios, em 2006.

Aproveitamento dos votos 2006				
	Baixo	Médio	Alto	Total
Concentração Alta	53	66	56	<b>175</b>
Concentração Média	12	37	3	<b>52</b>
Dispersão Média	3	15	0	<b>18</b>
Dispersão Alta	0	1	0	<b>1</b>
<b>Total</b>	<b>68</b>	<b>119</b>	<b>59</b>	<b>246</b>

Aproveitamento dos votos 2010				
	Baixo	Médio	Alto	Total
Concentração Alta	53	66	37	<b>156</b>
Concentração Média	13	47	6	<b>66</b>
Dispersão Média	2	17	2	<b>21</b>
Dispersão Alta	0	3	0	<b>3</b>
<b>Total</b>	<b>68</b>	<b>133</b>	<b>45</b>	<b>246</b>

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE (2006; 2010).

Outra observação que devemos fazer diz respeito ao fato da dinâmica não ter mudado significativamente entre as duas eleições analisadas. Houve apenas uma mudança nas classes Médio e Alto, tendo uma diminuição, em 2010, no número de municípios que tiveram alto aproveitamento e um aumento nos de aproveitamento médio.

Sobre o assunto de “aproveitamento e desperdício” de votos, Carvalho (2003, p. 86) levanta a discussão sobre os municípios brasileiros que “aproveitam” mais os votos apresentarem menores índices desenvolvimento. Segundo o autor, tal fato se daria por uma

oligarquização do processo político que concentraria os recursos de poder como renda e educação. Em suas análises empíricas o autor confirmou esta situação, afirmando que “o aproveitamento, ou melhor, o controle do voto se dá com mais vigor em distritos mais atrasados e com recursos de poder mais concentrados” (CARVALHO, 2003, p. 88).

Para testar esta hipótese para Goiás nas eleições analisadas, correlacionamos o percentual de votos aproveitados em 2006 e 2010 com IDH-médio, Urbanização e Taxa de alfabetização<sup>16</sup> dos municípios goianos (Quadro 3.3).

Quadro 3.3. – Correlação entre o percentual de votos aproveitados e variáveis de desenvolvimento municipal em 2006 e 2010.

	Variáveis de desenvolvimento municipal		
	IDHM - 2010	Urbanização 2010	Taxa Alfabetização
Votos aproveitados 2006	-0,010	-0,126	-0,162
Votos aproveitados 2010	-0,064	-0,145	-0,187

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE (2006;2010) e IBGE (2010).

O que podemos observar dos coeficientes de correlação é que a hipótese nula é verdadeira para IDH-M em 2010, ou seja, não há correlação, em Goiás, entre aproveitamento de votos e o índice de desenvolvimento humano. Já urbanização e alfabetização apresentaram uma correlação negativa fraca com os percentuais de votos aproveitados em 2006 e 2010.

Tal fato indica que nos municípios com taxa de urbanização menores os eleitores tendem a votar em candidatos que conseguem se eleger e que em municípios mais urbanizado o “desperdício” de votos é maior.

A respeito da taxa de alfabetização da população a correlação também é negativa e fraca, isto é, quanto mais alfabetizado menos os votos são destinados à candidatos eleitos. Apesar de a correlação ser fraca, podemos dizer que estas informações, de certa forma, corroboram o proposto por Carvalho (2003) e que o aproveitamento de votos está ligado, ainda que fragilmente com a concentração dos recursos de poder.

Na tentativa de encontrar ligação entre indicadores eleitorais e dados socioeconômicos, relacionamos o índice de número efetivo de candidatos com as variáveis: urbanização municipal, IDH-M, Renda *per capita*, PIB municipal e taxa de alfabetização da população.

Levantamos a hipótese: quanto maiores os níveis dos indicadores de desenvolvimento de um município, maior será a competitividade por votos (quadros 3.4 e 3.5). Como vimos, esta relação vem das teorias da modernização relacionadas à democracia. Para testar esta

<sup>16</sup> Para este cálculo será utilizado dados de 2010 para correlacionar com ambas as eleições analisadas.

hipótese utilizaremos para alguns dados o Censo Demográfico do IBGE de 2010 para comparação como as variáveis das eleições de 2006 e 2010<sup>17</sup>.

Quadro 3.4 – Correlação das variáveis municipal e índice de número efetivo de candidatos em 2006.

	N <sup>cand</sup> 2006
IDH-M 2010	0,159**
Urbanização 2010	0,061
Renda <i>per capita</i> 2010	0,219**
PIB total 2006	0,734**
Taxa Alfabetização	0,187**

\*\* . A correlação é significativa no nível 0,01.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE (2006; 2010).

Quadro 3.5 – Correlação das variáveis municipal e índice de número efetivo de candidatos em 2010.

	N <sup>cand</sup> 2010
IDH-M 2010	0,155**
Urbanização 2010	0,095
Renda <i>per capita</i> 2010	0,180**
PIB total 2010	0,639**
Taxa Alfabetização	0,185**

\*\* . A correlação é significativa no nível 0,01.

\* . A correlação é significativa no nível 0,05.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE (2010).

A maioria dos coeficientes apresenta valores de correlação modestos; o que já pode ser um indicativo. Para 2006 e 2010, as correlações entre IDH municipal e o índice de competitividade foram positivas, porém fracas.

Tal fato aponta para o mesmo resultado encontrado em outras pesquisas sobre Geografia do voto em outros estados brasileiros. Dessa forma, podemos dizer que onde há um IDH maior a dispersão dos votos também é maior, ou seja, há mais competitividade pelo voto nestes municípios. E que na medida em que o IDH diminui a concentração dos votos aumenta.

Um resultado que nos surpreendeu foi a correlação do índice N<sup>cand</sup> com a Urbanização. Os valores de 0,061 e 0,095 (para 2006 e 2010, respectivamente) foram ínfimos, apontando para a interpretação de que, em Goiás, não há relação entre urbanização e competitividade. Esta informação é importante, pois aponta para um resultado empírico contrário do esperado pelo debate sobre o assunto.

<sup>17</sup> A utilização de dados de 2010 para correlacionar com ambas as eleições é devido não haver informação sobre urbanização, renda e IDH-M para 2006. A Contagem da População de 2007 não contemplou municípios maiores que 170 mil habitantes, deixando os municípios de Goiânia, Anápolis, Aparecida de Goiânia e Luziânia sem informações.

Acreditamos que este fato decorra da alta taxa de urbanização dos municípios goianos, uma vez que apenas 8,9% dos municípios do estado têm menos da metade da população vivendo na cidade, sendo que 44,7% têm taxa de urbanização maior que 80%.

As variáveis Renda *per capita* e Taxa de alfabetização apresentam correlação positiva fraca com a competitividade dos municípios, porém devem ser consideradas. Segundo a interpretação dos coeficientes; quando a renda dos cidadãos é maior, mais competitivo é o município. O mesmo se aplica à alfabetização da população. No ano de 2006, a correlação com a renda foi maior, porém ainda pode ser considerada fraca.

O PIB total foi a variável que apresentou maior coeficiente de correlação como o índice  $N^{\text{cand}}$  em ambas as eleições. Com um coeficiente positivo considerado forte, tanto em 2006, como em 2010, nos municípios com PIB elevado a competitividade também é elevada.

Tal fato aponta para uma confirmação de que quanto mais rico o município, maior é a disputa pelo voto. Para melhor visualização desta correlação entre as variáveis, apresentamos a tabela 3.4 que relaciona as quatro faixas de PIB municipal com o grau de concentração e dispersão do voto.

Tabela 3.4 - Grau de competitividade por votos segundo o tamanho do PIB dos municípios, em 2006 e 2010.

	2006				
	Tamanho do Produto Interno Bruto dos municípios (R\$), em 2006.				
	Até 100 mi	Até 500 mi	Até 1 bi	Acima de 1 bi	Total Geral
Concentração Alta	119	44	7	5	175
Concentração Média	41	11	0	0	52
Dispersão Média	10	5	0	3	18
Dispersão Alta	0	0	0	1	1
<b>Total Geral</b>	<b>170</b>	<b>60</b>	<b>7</b>	<b>9</b>	<b>246</b>
	2010				
	Tamanho do Produto Interno Bruto dos municípios (R\$), em 2010.				
	Até 100 mi	Até 500 mi	Até 1 bi	Acima de 1 bi	Total Geral
Concentração Alta	83	51	14	8	156
Concentração Média	46	17	2	1	66
Dispersão Média	9	11	0	1	21
Dispersão Alta	0	1	0	2	3
<b>Total Geral</b>	<b>138</b>	<b>80</b>	<b>16</b>	<b>12</b>	<b>246</b>

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE (2006; 2010) e SIEG (2006; 2010).

O que podemos perceber é que em 2006, quase dois terços dos municípios com Concentração Alta dos votos estão na menor faixa de PIB (Até 100 mi). Interessante destacar que os municípios na maior faixa de tamanho do PIB (Acima de R\$ 1 bilhão) estão

distribuídos nos quadro graus de competitividade dos votos, porem com maioria nas faixas concentrados.

Mais uma vez o município de Goiânia induz a correlação entre as duas variáveis a um resultado positivo forte. Porém não podemos desconsiderar o fato de um município com alto PIB ter uma forte disputa eleitoral.

Podemos compreender, analisando as variáveis apresentadas, que apesar da quantidade de candidatos a deputado estadual disponibilizados nas urnas em todo o estado, apenas alguns efetivamente disputaram os votos dos eleitores nos municípios goianos.

Na realidade, o Estado de Goiás apresenta uma disputa eleitoral baixa, pois poucos municípios apresentaram uma quantidade expressiva de candidatos efetivos, isto é, candidatos que realmente foram competitivos e conseguiram parcela suficiente de votos nos municípios para serem considerados efetivos.

O que leva a esse quadro de fraca disputa nos municípios goianos? Retomamos a pergunta, pois com os resultados que obtivemos até aqui foi possível identificar que há uma baixa competitividade e relacioná-la a outros fatores que compõem o território goiano. O que apresentamos não nos permite afirmar que os aspectos econômicos ou sociais são responsáveis pelo baixo número de candidatos efetivos nos municípios, mas que alguns deles têm – ou não – relação com esta dimensão da política eleitoral goiana.

O controle dos recursos de poder afeta de certa maneira a competição política-eleitoral no estado de Goiás. Até aqui observamos como tal fato se apresenta numa perspectiva horizontal, isto é, como os municípios definem a representação política no legislativo estadual. Para um aprofundamento na análise seguiremos na metodologia dos autores citados como referência na geografia do voto.

### **3.2 A Geografia do voto dos deputados estaduais de Goiás: os padrões de votação em 2006 e 2010**

As análises políticas sobre as eleições a partir da dimensão espacial têm sido alinhadas na perspectiva da geografia do voto que, por sua vez, tem na espacialização dos votos dos candidatos a cargos do legislativo e do executivo sua principal metodologia. Na seção anterior, foram mapeados os votos partindo de uma visão dos municípios, isto é, observou-se como os municípios do Estado de Goiás se apresentam em relação à competição por seus votos.

A ideia de partir do plano do município e determinar seu nível de competição, surge com Carvalho (2003). Contudo, há outra dimensão da geografia do voto, que parte do plano do candidato e determina padrões espaciais de votação. Estes padrões foram inicialmente propostos por Ames (2003) e envolve dois vetores, que são a concentração/dispersão (horizontal) dos votos dos candidatos nos municípios do distrito e a dominância/compartilhamento (vertical).

A análise da concentração ou dispersão dos votos já é clássica na Ciência Política e tem no trabalho de Fleischer (1976) – sob o título, *Concentração e Dispersão Eleitoral: um estudo da distribuição geográfica do voto em Minas Gerais (1966 – 1974)* – o pioneirismo no Brasil com a discussão sobre distritalização. Já o vetor que diz respeito à dominância do município pelo candidato é uma contribuição apresentada por Ames (2003).

Os dois eixos, para formar os padrões espaciais de votação, são propostos por Ames (2003) como sendo um horizontal e outro vertical. A concentração/dispersão seria a análise horizontal da votação do candidato, e objetiva avaliar como os votos do candidato se distribuem nos vários municípios que compõem o distrito eleitoral formal.

Já o novo eixo vertical seria o da dominância, que demonstra o quanto o candidato domina ou compartilha os votos dos municípios em que conquista votos. A distribuição vertical da votação dos candidatos é de suma importância para melhor entendimento do comportamento eleitoral e legislativo do deputado, uma vez que está ligado ao que Carvalho (2003, p. 100) chamou de “mercados menos competitivos” e “mercados mais abertos”.

Ao seguir, portanto, a metodologia de Ames (2003) e Carvalho (2003), busca-se entender a partir destes padrões como se espacializa os votos no território goiano, agora partindo do ponto de vista do candidato. Para tanto, continua-se utilizando os dados eleitorais do TSE para as eleições de 2006 e 2010 para deputado estadual em Goiás.

### *3.2.1 Concentração e dispersão dos votos: o eixo horizontal da votação*

A concentração/dispersão dos votos dos candidatos é medida por Carvalho (2003) a partir de uma adaptação do índice do número efetivo de candidatos, passando a calcular o *número efetivo de município* em relação à votação de cada deputado. Isso difere do proposto por Ames (2003) que utiliza a medida de Moran I, que calcula a distribuição espacial dos municípios em que o candidato teve boa votação. Alguns trabalhos posteriores, como é o caso de Saugo (2007) e Corrêa (2011), têm seguido as orientações de Carvalho (2003) e utilizando o número efetivo de municípios para mensurar o grau de concentração e dispersão dos votos

dos deputados. Nesta perspectiva, optou-se por, também, seguir este procedimento para classificar os deputados estaduais de Goiás.

O *número efetivo de município* na votação de um candidato pretende indicar o grau de concentração dos votos que este obteve no conjunto que compõem o distrito eleitoral. Em outras palavras, demonstra quantos municípios foram expressivos na votação de determinado candidato.

Quanto menor o índice, mais concentrado é o candidato, ou seja, maior é a concentração dos votos em poucas unidades municipais. Para calcular o  $N^{mun}$  utiliza-se procedimento semelhante ao que foi trabalhado anteriormente para o  $N^{cand}$ . A equação se apresenta da seguinte forma:

$$N^{mun} = \frac{1}{\sum_{j=1}^n P_{ij}^2}$$

sendo que neste caso  $P_{ij}$  é a proporção de votos de um candidato  $i$  no município  $j$ , e  $n$  é o número de municípios que o candidato  $i$  obteve pelo menos 1 voto. Com este índice, será analisada neste âmbito apenas a votação dos candidatos eleitos nas eleições de 2006 e 2010 para deputado estadual de Goiás.

Ao aplicar este procedimento para as eleições em Goiás encontramos resultados que variam entre 1,56 a 19,63 em 2006, enquanto que na eleição de 2010 a variação foi entre 1,19 a 25,12 municípios efetivos. Devemos considerar que o Estado de Goiás tem 246 municípios, então, o quadro de concentração dos votos dos deputados goianos, com médias de 5,96 e 6,75 para as respectivas eleições analisadas, pode ser classificado como altamente concentrado.

Para classificar os deputados nos quatro padrões propostos na literatura, realizamos o mesmo procedimento estatístico para classificar os municípios, que é a análise de *cluster k-médias*. Deste modo, os deputados eleitos em 2006 e 2010 foram agrupados da forma que se apresenta na tabela 3.5.

Além do  $N^{mun}$ , outra informação que parece importante é o número de municípios que o deputado obteve votação. Este número é interessante justamente para contrapor com o índice de número efetivo de município e mostrar que mesmo sendo votado em vários municípios o deputado concentra os votos em apenas alguns, que são seus territórios eleitorais.

Tabela 3.5 – Classificação dos deputados eleitos a partir do eixo horizontal da espacialização dos votos, em 2006 e 2010.

	Mínimo	Máximo	Nº de deputados	Média
<b>2006</b>				
<b>Quadro Geral 2006</b>	<b>1,56</b>	<b>19,63</b>	<b>41</b>	<b>5,96</b>
Concentração Alta	1,56	4,49	24	2,83
Concentração Média	5,28	9,73	10	7,43
Dispersão Média	11,5	14,78	5	12,86
Dispersão Alta	18,02	19,63	2	18,83
<b>2010</b>				
<b>Quadro Geral 2010</b>	<b>1,19</b>	<b>25,12</b>	<b>41</b>	<b>6,75</b>
Concentração Alta	1,19	5,56	26	3,41
Concentração Média	6,60	11,83	10	8,87
Dispersão Média	14,17	18,28	3	16,86
Dispersão Alta	23,47	25,12	2	24,30

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE (2006; 2010).

Ao contrário, também é interessante notar que alguns dos deputados eleitos têm votação em pequenas parcelas de municípios, não recebendo sequer um voto nos demais. A tabela 3.6 mostra o quadro do eixo horizontal da Geografia do voto em Goiás.

Tabela 3.6 – Padrão de concentração/dispersão dos votos dos deputados estaduais eleitos, em 2006.

Deputados Eleitos	Concentração/ Dispersão	N <sup>mun</sup> 2006	Municípios com votação	Voto nominal
Doutor Valdir Bastos (PL)	CA	1,56	136	20.024
Frei Valdair (PTB)	CA	1,58	125	26.463
Marlucio Pereira (PTB)	CA	1,60	160	28.223
Cristóvão Tormin (PTB)	CA	1,76	92	20.905
Wellington Valim (PT do B)	CA	1,92	133	14.742
Humberto Aidar (PT)	CA	1,98	166	20.181
Álvaro Guimarães (PL)	CA	2,01	104	18.646
Ozair José (PP)	CA	2,03	161	26.449
Vanuza Valadares (PSC)	CA	2,03	91	12.103
Cilene Guimarães (PL)	CA	2,27	159	18.606
Isaura Lemos (PDT)	CA	2,31	162	15.335
Wagner Guimarães (PMDB)	CA	2,35	138	21.714
Samuel Belchior (PMDB)	CA	2,66	207	29.819
Padre Ferreira (PSDB)	CA	2,83	145	24.947
Misael Oliveira (PDT)	CA	3,22	166	20.226
Luís César Bueno (PT)	CA	3,27	172	12.574
Ernesto Roller (PP)	CA	3,56	130	42.269
Jardel Sebba (PSDB)	CA	3,80	129	34.718
Adriete Elias (PMDB)	CA	3,85	159	35.476
Hélio de Sousa (PFL)	CA	4,03	169	22.863
Fabio de Sousa (PSDB)	CA	4,18	211	28.872
Mauro Rubem (PT)	CA	4,27	191	11.544
Tulio Isac (PSDB)	CA	4,48	208	33.227
Mara Naves (PMDB)	CA	4,49	134	22.577
Honor Cruvinel (PSDB)	CM	5,28	228	24.232
Luiz Carlos do Carmo (PMDB)	CM	5,43	210	24.961
Thiago Peixoto (PMDB)	CM	5,44	207	38.096
Paulo Cezar Martins (PMDB)	CM	6,65	159	26.947

Deputados Eleitos	Concentração/ Dispersão	N <sup>mun</sup> 2006	Municípios com votação	Voto nominal
Miguel Ângelo (PMDB)	CM	6,91	200	27.635
Nilo Resende (PFL)	CM	8,34	193	27.087
Jose Nelto (PMDB)	CM	8,50	191	33.666
Betinha Tejota (PSB)	CM	8,78	195	23.260
Samuel Almeida (PSDB)	CM	9,29	215	34.972
Flávia Morais (PSDB)	CM	9,73	181	47.761
Tiãozinho Costa (PT do B)	DM	11,50	143	11.886
Cláudio Meirelles (PL)	DM	11,92	199	29.747
Coronel Queiroz (PTB)	DM	12,26	238	20.538
Helder Valin (PSDB)	DM	13,84	199	34.179
Romilton de Moraes (PMDB)	DM	14,78	185	24.146
Iso Moreira (PSDB)	DA	18,02	170	29.799
Daniel Goulart (PSDB)	DA	19,63	181	29.400

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE (2006).

Pode-se observar que a maioria dos deputados em 2006 apresenta um alto grau de concentração de voto. Foram 58,5% dos candidatos eleitos que conquistaram votação efetiva em menos de 5 municípios, sendo que a média de municípios com votação foi de 152 para os deputados na faixa de Concentração Alta.

O coeficiente de Pearson aponta para uma correlação positiva de força média (0,446) para o N<sup>mun</sup> e a quantidade de municípios com votação. Isso quer dizer que, de certa maneira, os deputados mais concentrados têm votação em menos municípios. Entretanto, os deputados com Concentração Média são os que tem a maior média de municípios com pelo menos um voto, e não os de Dispersão Alta, como apontaria a intuição. Já a correlação do N<sup>mun</sup> com a votação nominal dos deputados aponta um valor positivo, porém fraco (0,275); o que indica que quanto mais municípios efetivos mais votos nominais o candidato arrecada.

O coeficiente de correlação entre a quantidade de municípios votados com os votos nominais corrobora a informação anterior, pois apresenta uma correlação positiva de 0,304. Tal fato aponta para o fato de que ter uma votação mais dispersa contribuiu para um maior número de votos nominais nas eleições de 2006.

É necessário chamar a atenção para um detalhe. O deputado com votação mais dispersa em 2006, segundo o índice utilizado, foi Daniel Goulart (PSDB) com 19,63 municípios com votação efetiva.

Assim, este candidato foi considerado por nós como de Dispersão Alta. Porém, se considerarmos o total de 246 municípios no estado este número não pode ser considerado expressivo, pois representa menos de 8% do total. Se tomarmos a variável *Municípios com votação* encontra-se que em 74% dos municípios do Estado, o deputado foi lembrado por pelo menos um eleitor.

Para as eleições de 2010 podemos encontrar cenário semelhante à eleição anterior. Neste caso, a maioria dos deputados também se encontra na faixa de maior concentração dos votos, com 61% do total. Se somarmos as duas faixa de concentração (Alta e Média) chega-se a 88% do total, enquanto que apenas dois deputados estão na maior faixa de dispersão, com mais de 23 municípios efetivos (tabela 3.7).

Tabela 3.7 – Padrão de concentração/dispersão dos votos dos deputados estaduais eleitos, em 2010.

Deputados Eleitos	Concentração/ Dispersão	N <sup>mun</sup> 2010	Municípios com votação	Vto_nominal
Jose de Lima (DEM)	CA	1,19	124	17.199
Carlos Antônio (PSC)	CA	1,26	98	17.392
Elias Junior (PMN)	CA	1,39	136	14.799
Karlos Cabral (PT)	CA	1,39	129	14.427
Hildo do Candango (PTB)	CA	1,49	91	24.269
Valcenor Braz (PTB)	CA	1,51	93	23.803
Ademir Menezes (PR)	CA	2,36	190	27.585
Francisco Junior (PMDB)	CA	2,44	226	30.030
Cristóvão Tormin (PTB)*	CA	2,85	114	36.474
Sônia Chaves (PSDB)	CA	3,06	152	35.486
Bruno Peixoto (PMDB)	CA	3,38	217	35.424
Samuel Belchior (PMDB)*	CA	3,39	223	43.324
Wagner Siqueira (PMDB)	CA	3,78	196	29.508
Nelio Fortunato (PMDB)	CA	3,92	192	28.290
Fábio de Sousa (PSDB)*	CA	3,93	216	37.132
Isaura Lemos (PDT)*	CA	3,99	234	21.564
Jardel Sebba (PSDB)*	CA	4,02	158	34.906
Humberto Aidar (PT)*	CA	4,12	178	29.499
Jânio Darrot (PSDB)	CA	4,23	205	46.004
Álvaro Guimarães (PR)*	CA	4,27	142	27.074
Evando Magal (PP)	CA	4,34	202	29.698
Daniel Vilela (PMDB)	CA	4,90	214	36.382
Misael Oliveira (PDT)*	CA	5,17	173	19.973
Túlio Isac (PSDB)*	CA	5,30	202	28.534
Luís Cesar Bueno (PT)*	CA	5,54	211	23.355
Major Araújo (PRB)	CA	5,56	241	33.092
Daniel Messac (PSDB)	CM	6,60	235	24.813
Hélio de Sousa (DEM)*	CM	6,71	195	31.733
Mauro Rubem (PT) *	CM	6,82	216	17.719
Dr. Joaquim de Castro (PPS)	CM	6,93	183	24.516
Luiz Carlos do Carmo (PMDB)*	CM	8,51	213	27.575
Frederico Nascimento (PTN)	CM	9,32	167	15.538
Paulo Cezar Martins (PMDB) *	CM	10,36	173	42.747
Henrique Arantes (PTB)	CM	10,57	229	32.424
José Vitti (PRTB)	CM	11,08	191	35.095
Nilo Resende (DEM) *	CM	11,83	215	27.181
Francisco Gedda (PTN)	DM	14,17	183	14.730
Lincoln Tejota (PTdoB)	DM	18,12	206	29.822
Helder Valin (PSDB) *	DM	18,28	216	49.120
Claudio Meirelles (PR)*	DA	23,47	197	26.733
Iso Moreira (PSDB)*	DA	25,12	175	25.566

\* Candidatos reeleitos.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE (2010).

No ano de 2010, as correlações entre o  $N^{\text{mun}}$  e as outras duas variáveis apresentam coeficientes menores, porém ainda positivos e significantes (0,307 para o Número efetivo de municípios X Municípios com votação e 0,118 para Número efetivo de municípios e Votos nominais).

Já a correlação de Pearson entre Municípios com votação e Votos nominais passa a ser ligeiramente maior nesse ano, com um coeficiente de 0,365, apontando para um crescimento da força entre busca por votos em mais municípios e conquista de votos nominais.

É interessante ainda, observar os deputados reeleitos em 2010. A maioria deles se manteve na mesma faixa de concentração/dispersão dos votos, mesmo sofrendo alguma variação no valor do índice. Contudo, três candidatos mudaram de faixa, passando para graus mais dispersos. Os deputados Hélio de Souza e Mauro Rubem passaram de um grau de Concentração Alta para Concentração Média, com um aumento de 2,68 e 2,55 pontos no  $N^{\text{mun}}$ , respectivamente.

Já o deputado Cláudio Meirelles passou de um grau de Dispersão Média, com 11,92 municípios efetivos, para Dispersão Alta, com 23,47 pontos no índice de municípios efetivos, um acréscimo de 11,55, a maior variação verificada para este índice entre os deputados eleitos nos dois pleitos.

Ao observar a variação do índice dos candidatos reeleitos, percebe-se que todos tiveram acréscimos no número de municípios efetivos, a única exceção foi o deputado estadual Fábio de Sousa que teve uma ligeira diminuição de 0,250. Este fato aponta para uma descentralização da votação dos candidatos que se reelegem para este cargo. Estudos referentes a outros estados brasileiros como o de Carvalho (2003) e Saugo (2007) também apontam para um aumento de deputados com votação mais dispersa.

A cartografia dos votos dos deputados foi realizada para alguns dos que se reelegeram no ano de 2010. Foram selecionados, seis deputados para possibilitar que esta distribuição espacial da votação seja visualizada por meio do produto cartográfico.

Foram escolhidos quatro deputados que apresentaram graus diferentes de concentração e dispersão e dois que mudaram seu perfil horizontal de votação, que são os deputados Mauro Rubem (PT) e Cláudio Meirelles (PL/PR). Para todos eles, foram mapeados os votos das eleições de 2006 e 2010. Destaca-se que, neste momento da discussão, será apenas apresentada a espacialização dos votos, reservando o aprofundamento das questões às próximas seções deste capítulo.

Os votos do deputado Mauro Rubem podem ser observados nos mapas 3.3 e 3.4, onde foram espacializados os resultados de 2006 e 2010, respectivamente. Rubem iniciou sua

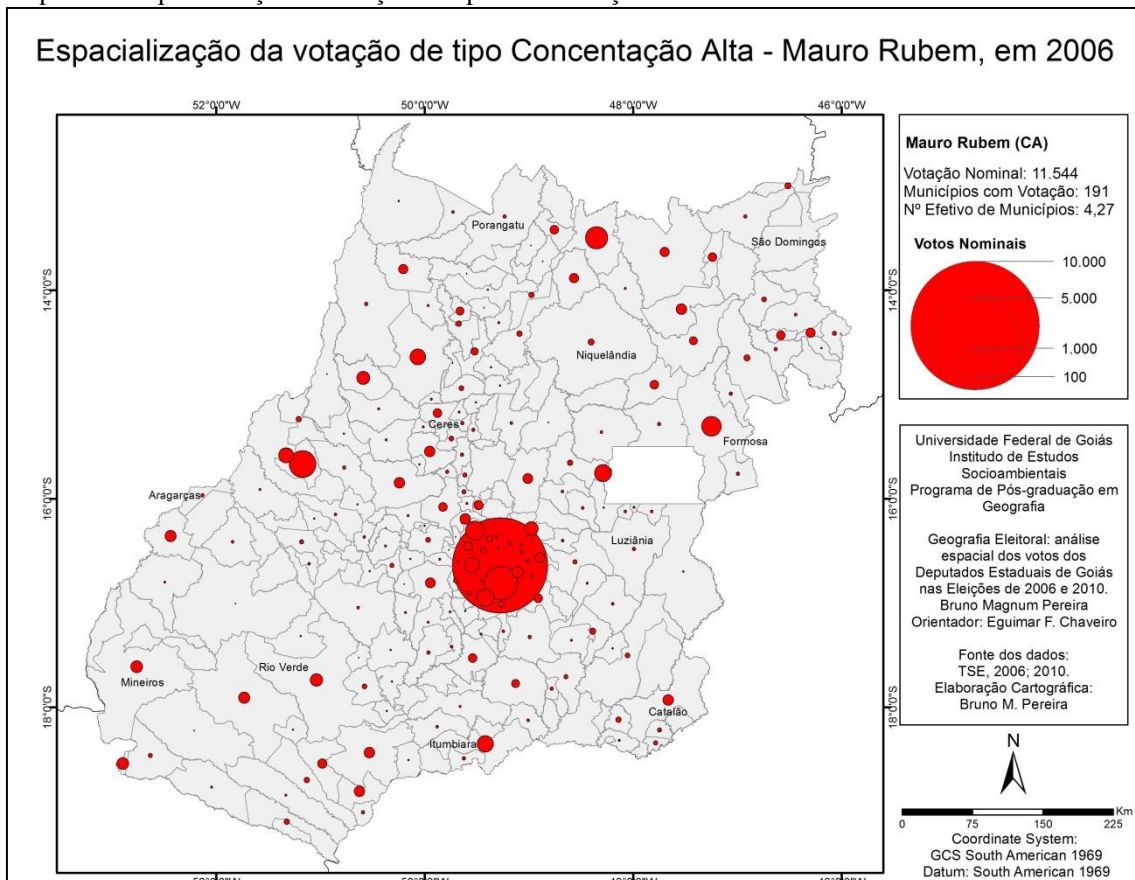
carreira pública como sindicalista da área da saúde, sendo vereador de Goiânia e outras duas vezes deputado estadual.

Segundo seu perfil bibliográfico no site da Assembleia Legislativa de Goiás, o deputado atribui seus votos à sua proximidade com a sociedade civil organizada. O deputado Mauro Rubem também é reconhecido por se envolver em questões relacionadas à direitos humanos, sendo presidente da comissão de Direitos Humanos, Cidadania e Legislação Participativa do legislativo goiano.

Como mencionado anteriormente, este deputado passou de uma votação de concentração alta para média. Conforme o mapa de 2006, sua votação é centrada em Goiânia e região, com alguns votos em outros municípios mais dispersos.

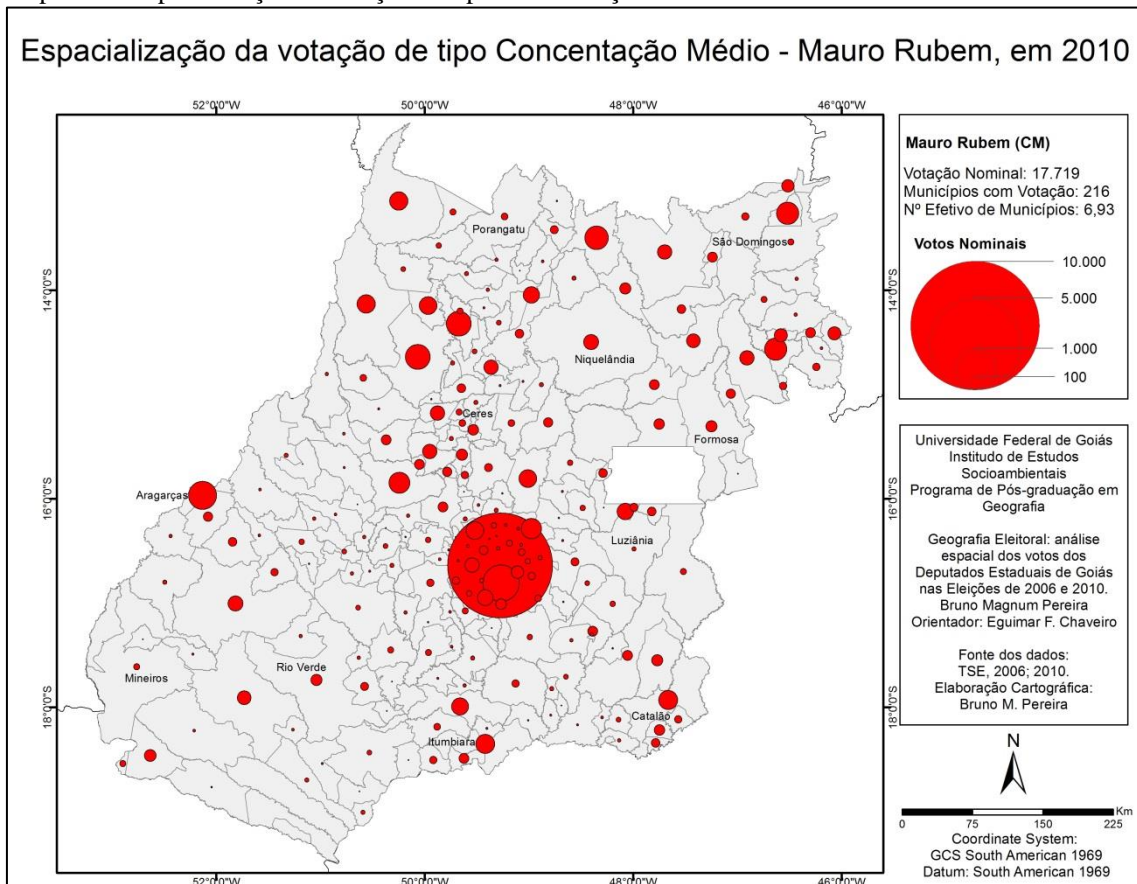
Contudo, em 2010, apesar de ainda ser concentrado em Goiânia, o acréscimo superior a seis mil votos contribuiu para que dispersasse sua votação, uma vez que mais de 80% dos votos conquistados a mais na reeleição foram fora da capital, passando então para a faixa de Concentração Média.

Mapa 3.3 – Espacialização de votação do tipo Concentração Alta.



Fonte: Elaboração própria (2013).

Mapa 3.4 – Espacialização de votação do tipo Concentração média.



Fonte: Elaboração própria (2013).

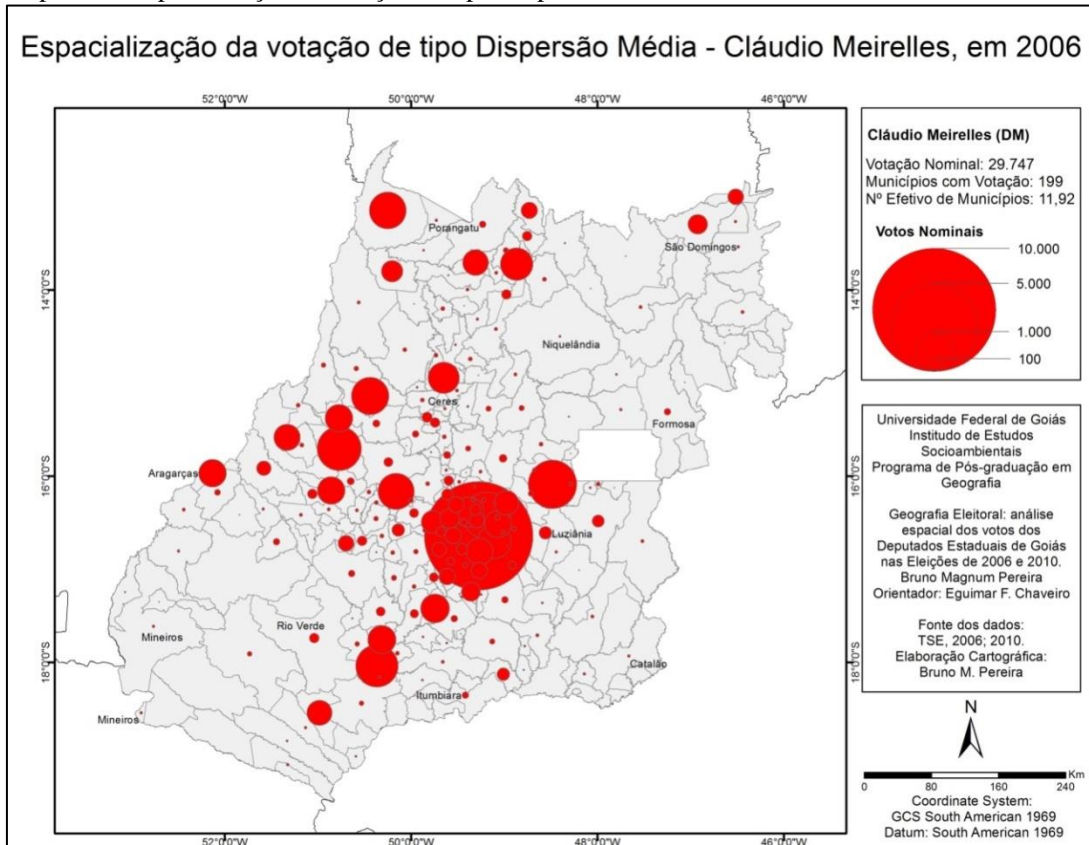
Outro candidato que mudou seu grau de concentração dos votos, como já destacado, foi Cláudio Meirelles. Com tradição familiar na política goiana (filho de Olinto Meirelles e sobrinho de Jesus Meirelles, ambos ex-deputados) Meirelles já exerceu o cargo de vereador de Goiânia por quatro mandatos, sendo presidente da Câmara de Vereadores.

Este deputado passou de Dispersão Média para Dispersão Alta, mais do que dobrando seu valor do número efetivo de municípios. Como pode ser notado nos mapas 3.5 e 3.6, o candidato muda significativamente a espacialização de seus votos.

O caso deste deputado é interessante, pois ele chega a perder quase a totalidade dos votos de alguns municípios, como por exemplo, São Miguel do Araguaia, onde em 2006, obteve 899 votos e, em 2010, apenas 1. Outro município em que o deputado teve perda significativa para sua votação foi Goiânia, onde perdeu 4.807 votos.

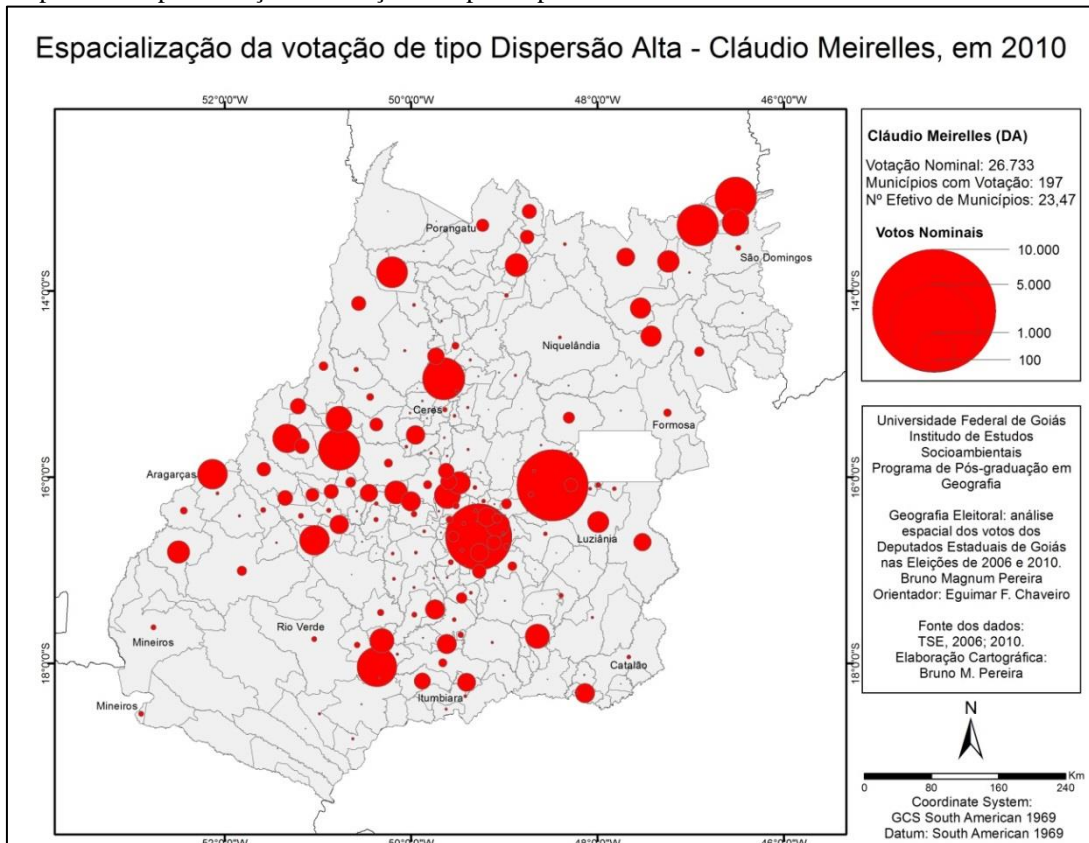
Para compensar tais perdas em alguns municípios, obteve ganho em outros, como em Alexânia, com mais 1.788 votos e em Ivolândia, onde saiu de 2 votos, em 2006, para 594 em 2010. No total geral o deputado teve uma queda de 3.014 votos. Um possível causador desta mudança na votação são denúncias de peculato contra o deputado em seu mandato de presidente da Câmara de Vereadores de Goiânia.

Mapa 3.5 – Espacialização de votação do tipo Dispersão Média.



Fonte: Elaboração própria (2013).

Mapa 3.6 – Espacialização de votação do tipo Dispersão alta.

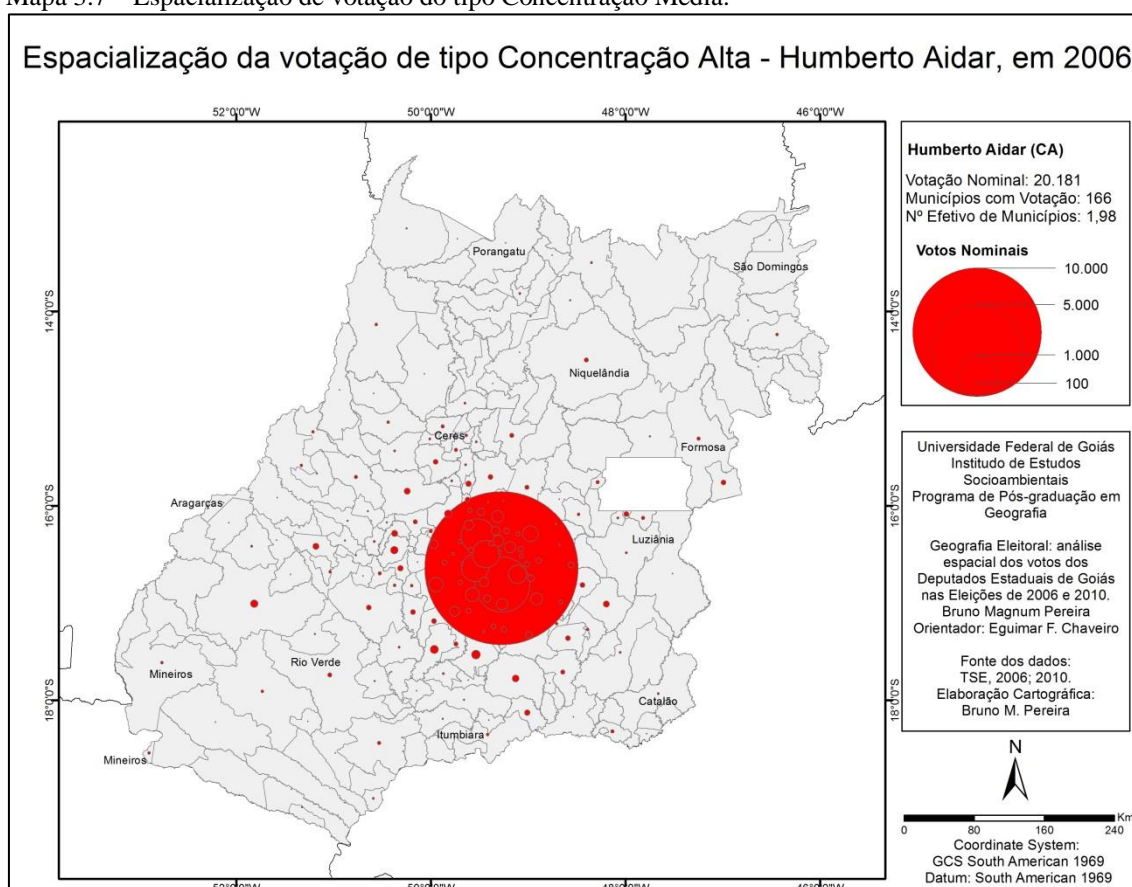


Fonte: Elaboração própria (2013).

## Concentração Alta

O candidato Humberto Aidar (PT) tem a votação considerada como Concentração Alta, tanto em 2006, quanto em 2010, como pode ser visualizado nos mapas 3.7 e 3.8. Aidar é radialista e apresenta um programa católico diário que leva seu nome na Rádio Difusora Goiânia. Já foi eleito deputado estadual de Goiás quatro vezes e em 2010 foi o candidato mais votado de seu partido, o PT.

Mapa 3.7 – Espacialização de votação do tipo Concentração Média.



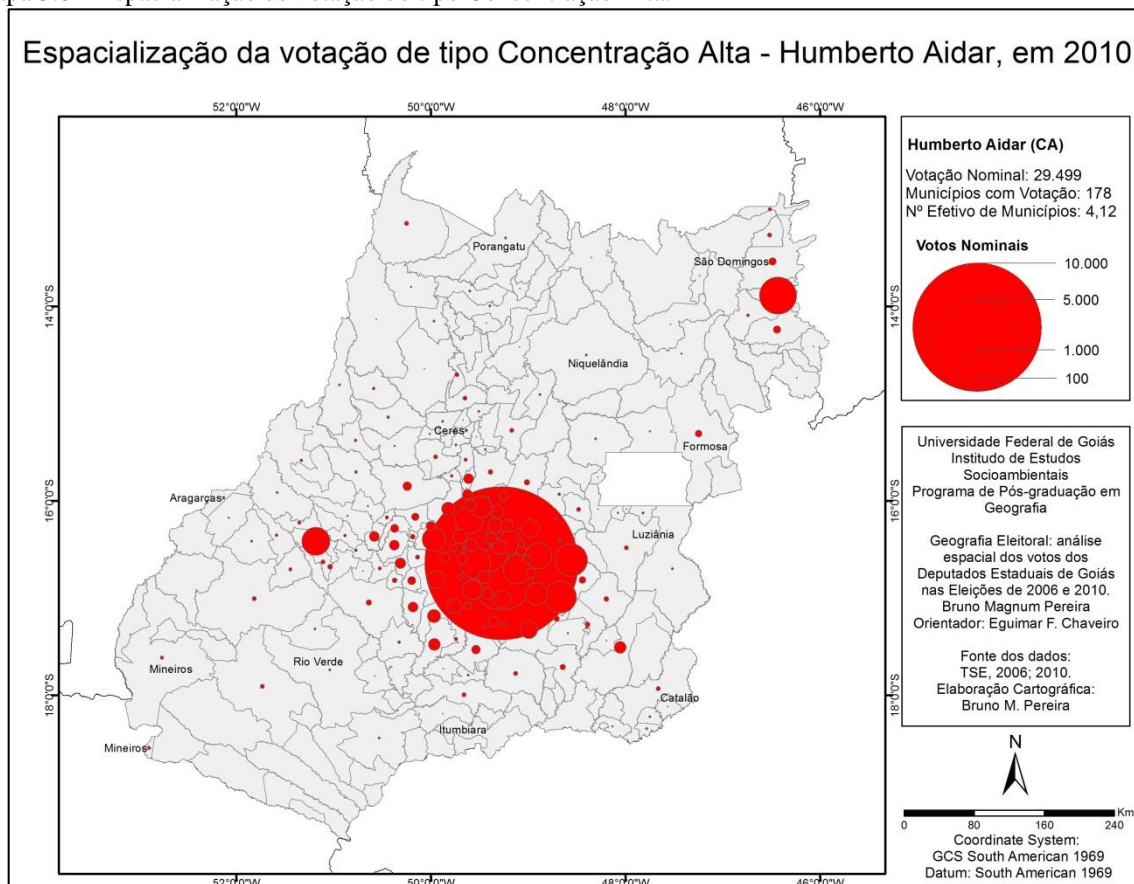
Fonte: Elaboração própria (2013).

Em 2006, é visível a concentração dos votos de Aidar na região próxima a capital Goiânia, sede da rádio que trabalha. O município de Goiânia contribuiu com 70,27% de seus votos, sendo que Aparecida de Goiânia contribuiu apenas com 9,02% para sua votação. Tal fato mostra que mesmo com votação em 166 municípios do Estado foram poucos que efetivamente contribuiu para sua eleição; estando concentrados na Região Metropolitana de Goiânia.

Já nas eleições de 2010, Aidar consegue aumentar sensivelmente seu grau de dispersão, passando a conquistar mais votos em outros municípios. É importante mencionar

que sua votação em Goiânia se mantém praticamente inalterada nos dois pleitos analisados, o que ocorre é que Aidar conquista mais de 9.000 votos em outros municípios.

Mapa 3.8 – Espacialização de votação do tipo Concentração Alta.



Fonte: Elaboração própria (2013).

Guarani de Goiás é um caso que merece destaque pelo fato de o candidato não ter tido nenhum voto no município em 2006, já em 2010 obteve 839 votos dos 2.514 votos nominiais, o que representa mais de 33%. Este fenômeno ocorreu pelo fato de Aidar ter apoiado a tentativa de reeleição do então prefeito de Guarani de Goiás, Zé Augusto, em 2008. Tal fato tornou o nome Humberto Aidar mais conhecido no município e, possivelmente, contou com o apoio recíproco dois anos depois.

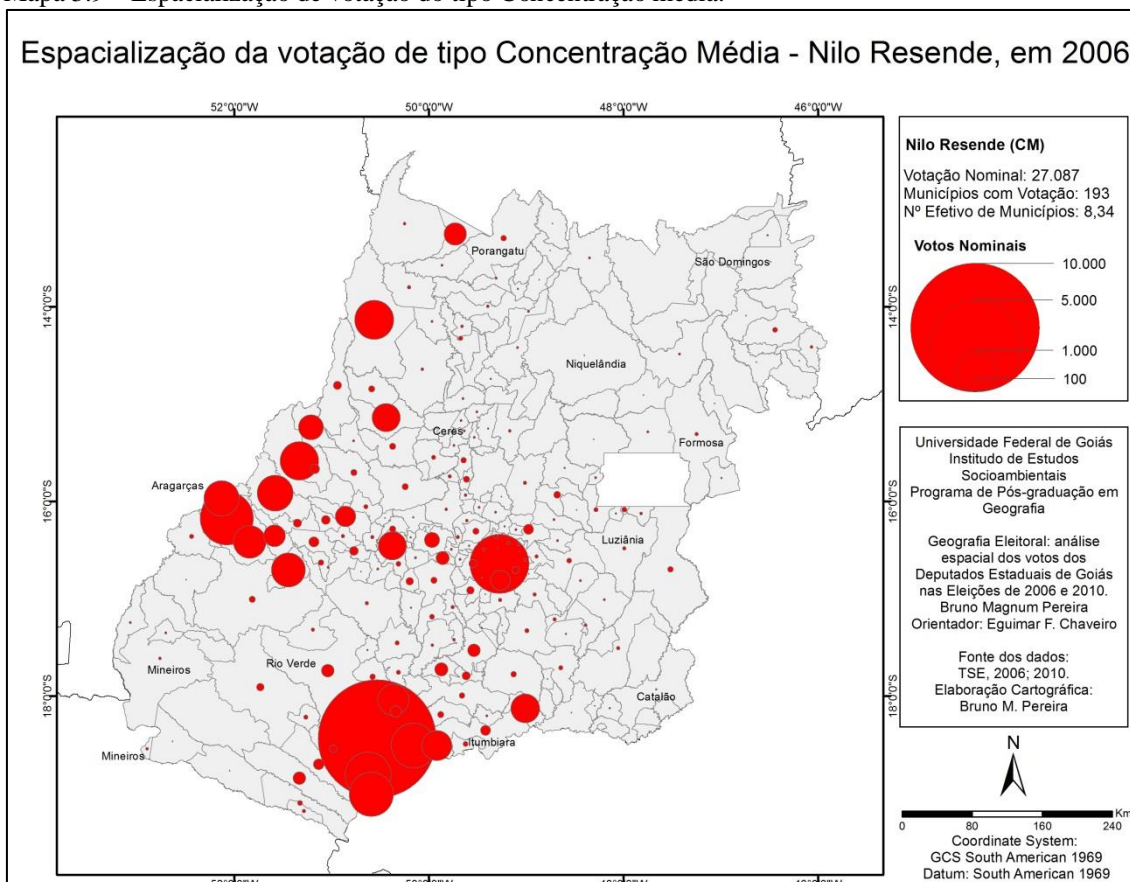
### Concentração Média

Para um exemplo de uma votação do tipo Concentração Média utilizou-se o deputado Nilo Resende (DEM) (mapas 3.9 e 3.10). Este deputado já foi eleito em quatro eleições, renunciando ao cargo em 2013 para assumir a vaga de conselheiro do Tribunal de Contas dos Municípios para a qual foi indicado pela Assembleia Legislativa. Resende é agropecuarista e declarou em 2010 a propriedade de fazendas no estado de Mato Grosso.

Nota-se que houve pouca mudança nas votações nos dois pleitos analisados. Apesar de um aumento no número efetivo de municípios a distribuição espacial praticamente se manteve. O que houve foi apenas a diminuição de votos em alguns municípios e aumento em outros; tanto que a votação total do candidato teve uma variação de menos de 100 votos.

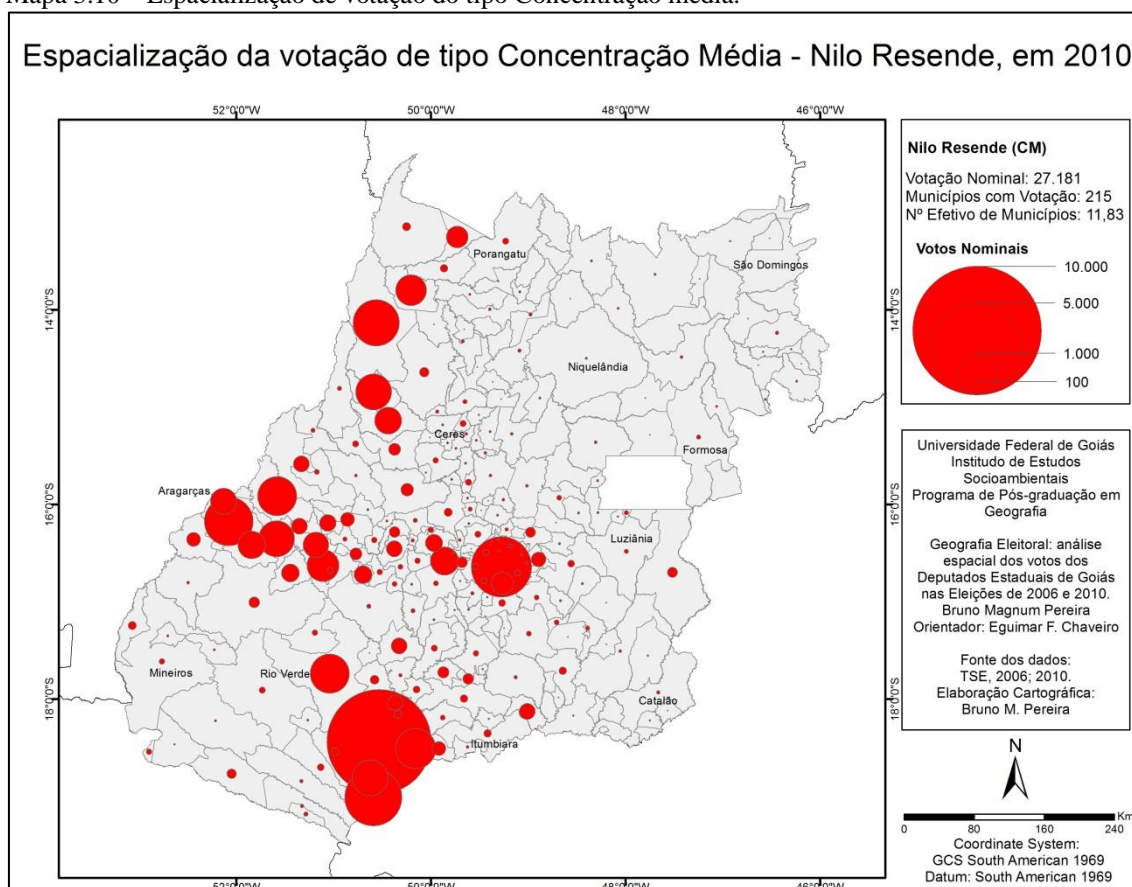
A concentração de seus votos está no município de Quirinópolis e região, Goiânia e municípios do oeste do Estado com divisas como o Mato Grosso, sendo bem visível, nos dois pleitos, a pouca presença nos municípios mais ao leste de Goiás.

Mapa 3.9 – Espacialização de votação do tipo Concentração média.



Fonte: Elaboração própria (2013).

Mapa 3.10 – Espacialização de votação do tipo Concentração média.



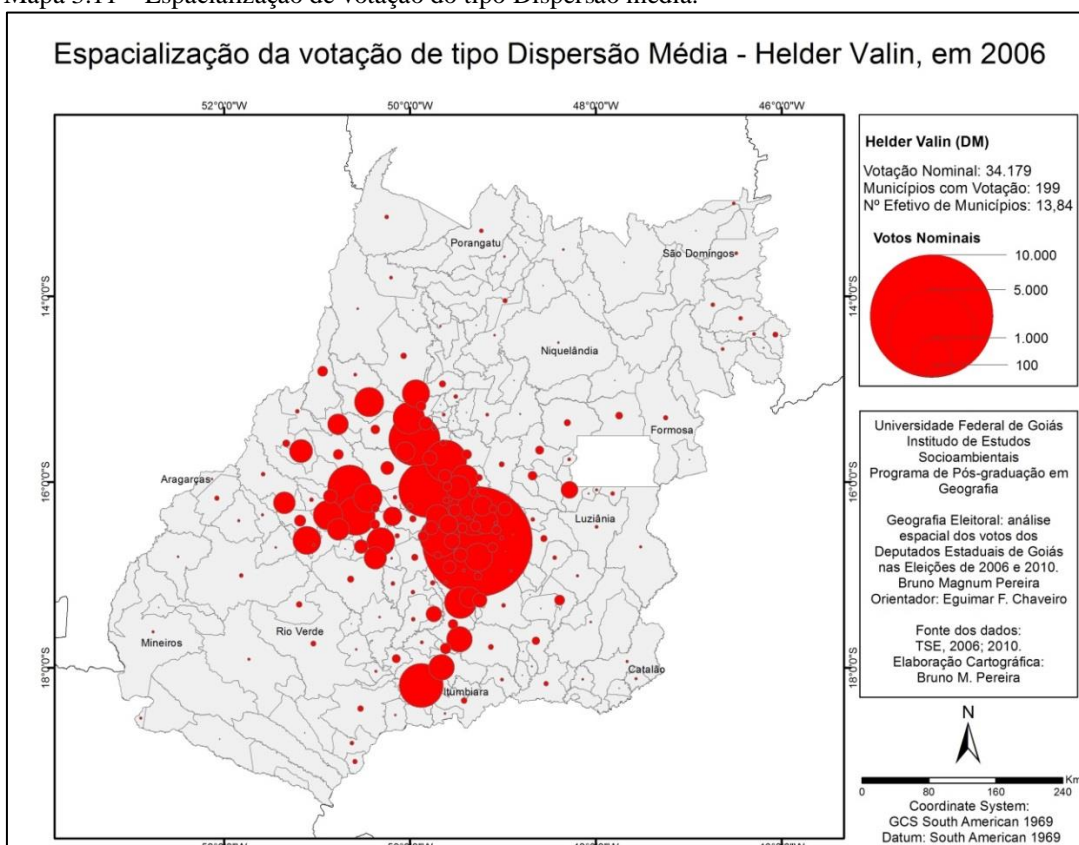
Fonte: Elaboração própria (2013).

### Dispersão Média

O deputado selecionado como exemplo de votação de Dispersão Média foi Helder Valin (PSDB). Natural de Goiânia, o deputado começou sua carreira como líder de associação de moradores de um bairro da capital; sendo eleito vereador de Goiânia por dois mandatos. Foi eleito deputado estadual por quatro vezes e presidiu a Assembleia Legislativa no ano de 2010.

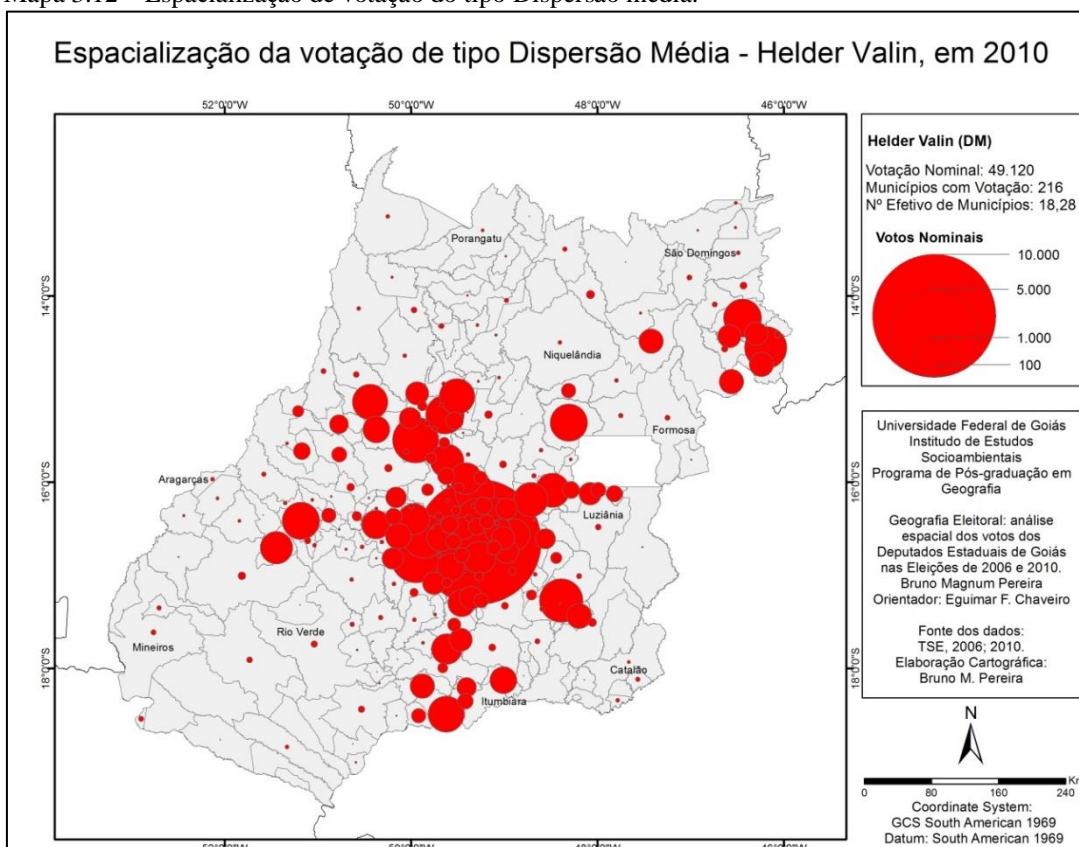
Este candidato, em 2006, apresentou um número efetivo de município menor que em 2010, ano em que conseguiu votação em mais municípios, porém se manteve na faixa de DM. Apesar de estar classificado neste grau de dispersão, pode-se perceber no mapa de 2006 (mapa 3.11) que sua votação é espacialmente concentrada em um eixo longitudinal no centro do Estado, e especialmente em Goiânia. Já em 2010 (mapa 3.12) sua votação sofre um “espalhamento” pelo Estado, porém continuando com forte concentração no município de Goiânia.

Mapa 3.11 – Espacialização de votação do tipo Dispersão média.



Fonte: Elaboração própria (2013).

Mapa 3.12 – Espacialização de votação do tipo Dispersão média.



Fonte: Elaboração própria (2013).

### Dispersão Alta

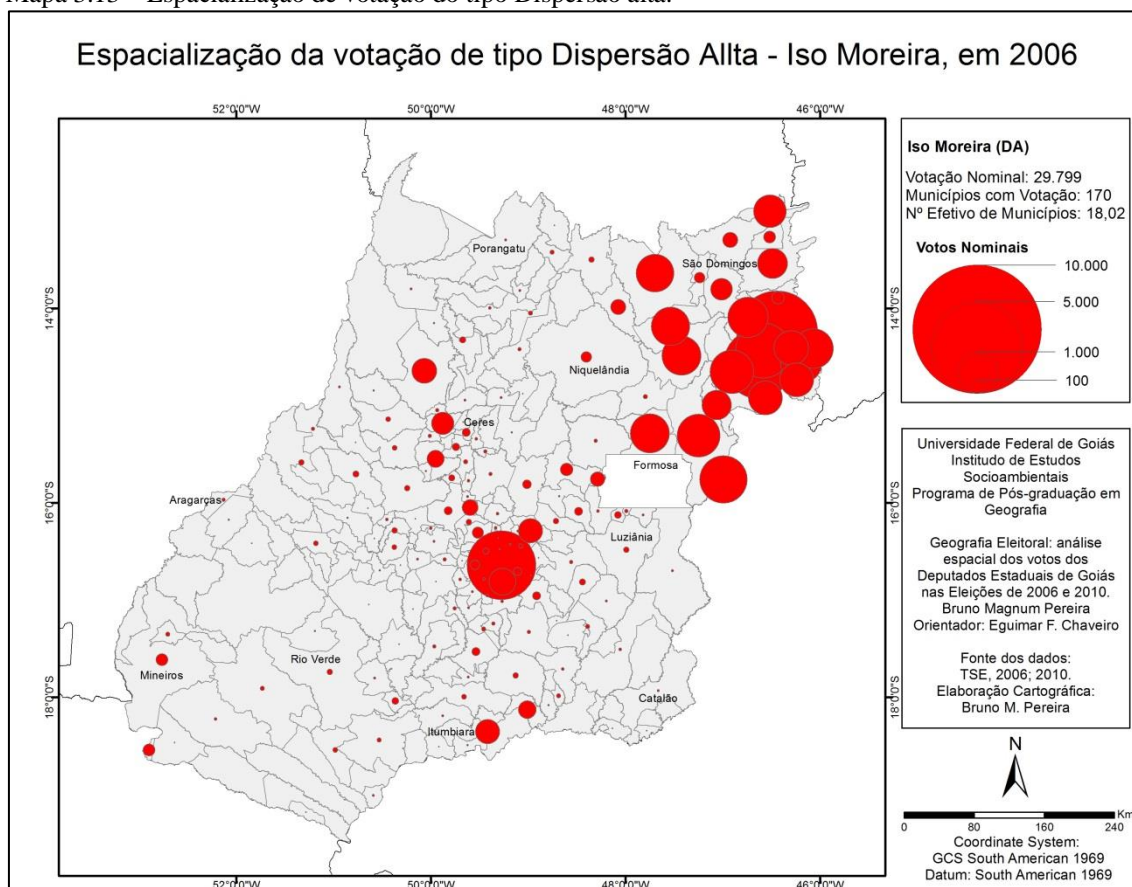
O deputado Iso Moreira foi, em 2010, o candidato com votação mais dispersa do Estado, com um número efetivo de municípios de 25,12 e votação em 175 dos 246 municípios goianos (mapa 3.13). Esteve neste grau de dispersão nas duas eleições analisadas, porém em 2006 teve apenas 18,02 municípios efetivos e 170 com votação (mapa 3.14).

Apesar de todos esses municípios efetivos, percebe-se que este deputado tem grande parte de seus votos, em ambas as eleições, na região nordeste do estado, o que demonstra um caráter concentrado até mesmo para os que se enquadram em faixas mais dispersas.

O que ocorre de fato é que o deputado Iso Moreira tem uma votação dispersa apenas em uma parte do Estado, isto é, consegue votação significativa em vários municípios próximos, diferente do Cláudio Meirelles em 2010 que teve uma votação mais espalhada pelo Estado.

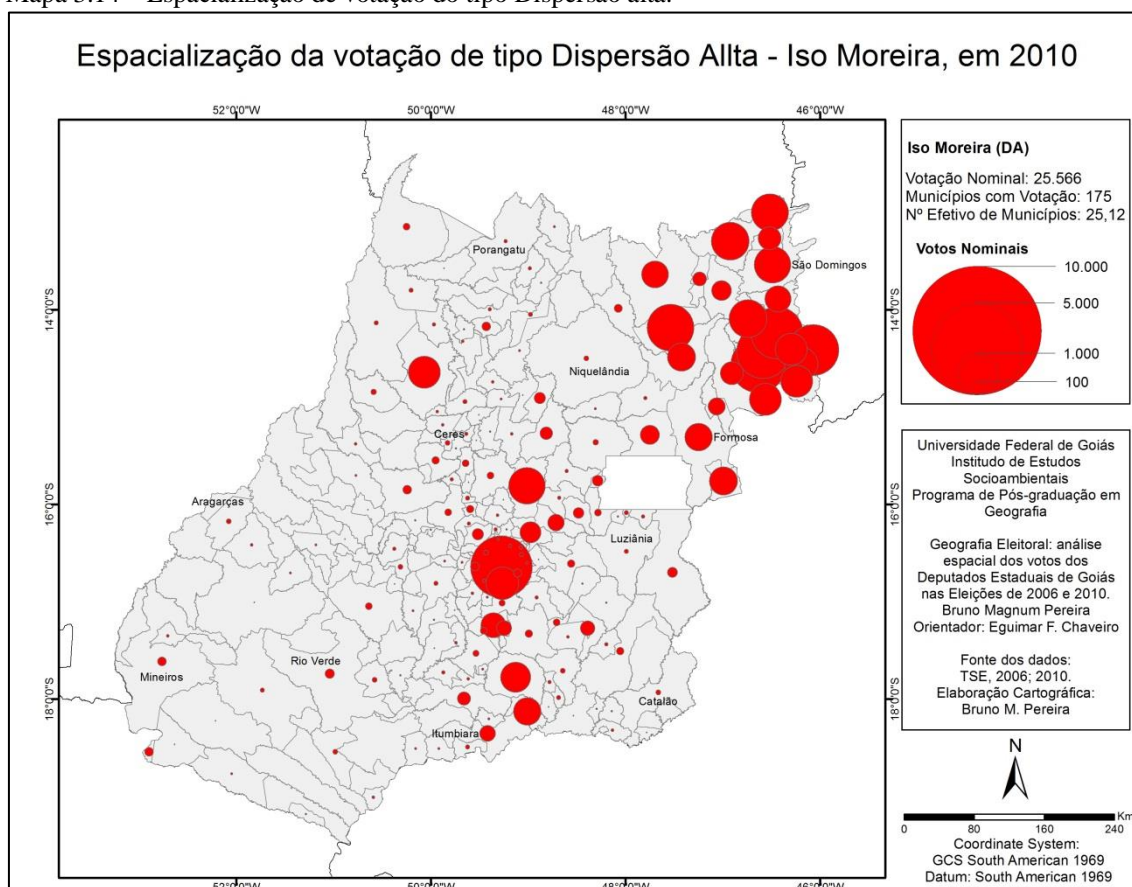
Esta concentração dos votos na região nordeste de Goiás se dá pela trajetória política do deputado. Ele participou da emancipação do município de Simolândia, onde se elegeu em 1992. Em seu perfil bibliográfico no *site* da Assembleia se considera o “legítimo representante” de sua região, eleito quatro vezes deputado estadual.

Mapa 3.13 – Espacialização de votação do tipo Dispersão alta.



Fonte: Elaboração própria (2013).

Mapa 3.14 – Espacialização de votação do tipo Dispersão alta.



Fonte: Elaboração própria (2013).

### 3.2.2 - Dominação e Compartilhamento dos votos: o eixo vertical da votação

A literatura sobre a Geografia do voto já tem tradição em analisar o grau de dispersão e concentração dos votos, mas, como mencionado anteriormente, a ideia de se trabalhar com dois eixos de votação aparece em Ames (2003) com a espacialização do grau de dominação dos votos nos municípios. O nível de dominância de um candidato sobre um município é o percentual de votos que este obteve do total deste município.

Para Ames (2003), este percentual representa a dominância no âmbito municipal. No entanto, a contribuição deste autor diz respeito ao que ele chama de “dominância média de cada deputado em todos os municípios do estado” (AMES, 2003, p.65). Este é o eixo vertical da votação de um candidato; eixo que contribui substancialmente para análises da conexão eleitoral por levar em conta a dominância eleitoral dos deputados (CARVALHO, 2003; CORRÊA, 2011).

Este eixo vertical tem relação estreita com o que foi exposto na seção anterior deste capítulo a respeito da dinâmica de concentração e dispersão dos municípios. Isto é, os municípios menos competitivos são os mesmo que são dominados pelos deputados do tipo

Dominante. Ao contrário, os municípios que apresentaram um número efetivo de candidatos maior serão onde os deputados com votação compartilhada arrecadaram seus votos.

Para se chegar ao índice que ficou conhecido como Índice de Ames, ou *índice de dominância média*, é necessário considerar os valores relativos da votação do candidato sobre o eleitorado municipal de todos os municípios do estado. Há aqui uma ressalva importante: Carvalho (2003) ao utilizar este índice, faz uma adaptação, contabilizando apenas os 15 primeiros municípios que destinaram ao deputado o maior número de votos, ao invés de todos como foi feito originalmente.

Aqui o índice será calculado assim como feito por Ames (2003), considerando todos os municípios onde o candidato obteve pelo menos um voto. Para isso utilizou-se a seguinte equação:

$$D_i^{mun} = \sum_{j=1}^n \left( \frac{V_{ij}}{P_j} \cdot \frac{V_{ij}}{V_i} \right)$$

onde  $V_{ij}$  é o total de votos do candidato  $i$  no município  $j$ ;  $P_j$  é o total de votos válidos para deputados estaduais no município  $j$ ;  $V_i$  é o total de votos obtidos pelo deputado  $j$  em todo o estado, e  $n$  é o total de municípios onde o deputado teve votação.

Deste modo, quanto maior o valor encontrado, mais dominante será o deputado e, ao contrário, se o índice se aproximar de zero, o candidato apresentará votação mais compartilhada. Assim, ao calcular os índices de dominância média dos 41 deputados eleitos em 2006 e em 2010, chegou-se aos valores descritos na tabela 3.8.

Tabela 3.8 – Classificação dos deputados eleitos a partir do eixo vertical da espacialização dos votos, em 2006 e 2010.

	Mínimo	Máximo	Nº de deputados	Média
<b>2006</b>				
<b>Quadro Geral 2006</b>	<b>0,014</b>	<b>0,398</b>	<b>41</b>	<b>0,149</b>
Compartilhamento Alto	0,014	0,060	12	0,028
Compartilhamento Médio	0,061	0,129	11	0,104
Dominância Média	0,130	0,258	11	0,214
Dominância Alta	0,259	0,398	7	0,321
<b>2010</b>				
<b>Quadro Geral 2010</b>	<b>0,018</b>	<b>0,443</b>	<b>41</b>	<b>0,131</b>
Compartilhamento Alto	0,018	0,076	19	0,044
Compartilhamento Médio	0,077	0,176	9	0,125
Dominância Média	0,177	0,309	11	0,237
Dominância Alta	0,310	0,443	2	0,406

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE (2006; 2010).

A média geral do índice de dominância no ano de 2006 é considerada dominante médio, com 0,149 pontos. Já em 2010 a média geral fica na faixa considerada como

Compartilhada média, com 0,131. Isso aponta para uma tendência de maior compartilhamento dos votos. Como dito anteriormente, o vetor vertical da votação dos deputados está estreitamente ligado à dimensão da concentração/dispersão dos votos no município.

A diminuição de municípios com Concentração Alta e o crescimento das faixas mais dispersas, apontados na seção anterior, corrobora o que apresenta a tabela acima. Em 2010, o número de deputados com Compartilhamento Alto dos votos aumenta em detrimento da eleição de 2006; enquanto que o grau de Dominância Alta diminui. Analisando apenas duas eleições não é possível inferir que é uma tendência no estado, contudo, estes números são um sinal importante.

Para classificar os 41 deputados em quatro graus de dominância (tabela 3.9 e 3.10), foi utilizado novamente o procedimento de análise de *cluster k-means*, com o qual foram criadas as classes: *Compartilhamento Alto*, aonde os deputados não têm dominância sobre os municípios onde obteve votos, recolhendo apenas um pequeno percentual em cada; *Compartilhamento Médio* é quando o deputado tem uma porção maior da votação do município, porém ainda não chega a dominá-lo; em *Dominância Média* o deputado já apresenta certo grau de dominação e recolhe uma porcentagem considerável; já a faixa de *Dominação Alta* o deputado domina alguns municípios em que tem votação, chegando a mais de 75% dos votos.

Tabela 3.9 – Padrão de dominação/compartilhamento dos votos dos deputados estaduais eleitos, em 2006.

2006			
#	Deputado	D <sup>mun</sup> 2006	Vertical
1	Coronel Queiroz	0,014	Compartilhamento Alto
2	Isaura Lemos	0,016	Compartilhamento Alto
3	Mauro Rubem	0,016	Compartilhamento Alto
4	Miguel Ângelo	0,017	Compartilhamento Alto
5	Humberto Aidar	0,021	Compartilhamento Alto
6	Fabio de Sousa	0,023	Compartilhamento Alto
7	Luiz Carlos do Carmo	0,024	Compartilhamento Alto
8	Luís César Bueno	0,026	Compartilhamento Alto
9	Samuel Belchior	0,037	Compartilhamento Alto
10	Honor Cruvinel	0,042	Compartilhamento Alto
11	Samuel Almeida	0,043	Compartilhamento Alto
12	Misael de Oliveira	0,06	Compartilhamento Alto
13	Thiago Peixoto	0,075	Compartilhamento Médio
14	Doutor Valdir Bastos	0,084	Compartilhamento Médio
15	Ozair José	0,099	Compartilhamento Médio
16	Tulio Isac	0,101	Compartilhamento Médio
17	Betinha Tejota	0,104	Compartilhamento Médio
18	Cláudio Meirelles	0,104	Compartilhamento Médio
19	Jose Nelto	0,105	Compartilhamento Médio
20	Tiãozinho Costa	0,112	Compartilhamento Médio
21	Marlúcio Pereira	0,117	Compartilhamento Médio
22	Romilton de Moraes	0,119	Compartilhamento Médio

23	Frei Valdair	0,129	Compartilhamento Médio
24	Helder Valin	0,164	Dominância Média
25	Wagner Guimarães	0,169	Dominância Média
26	Cristóvão Tormin	0,191	Dominância Média
27	Padre Ferreira	0,194	Dominância Média
28	Daniel Goulart	0,201	Dominância Média
29	Flávia Morais	0,217	Dominância Média
30	Cilene Guimarães	0,234	Dominância Média
31	Paulo Cezar Martins	0,238	Dominância Média
32	Álvaro Guimarães	0,243	Dominância Média
33	Nilo Resende	0,249	Dominância Média
34	Hélio De Sousa	0,258	Dominância Média
35	Mara Naves	0,272	Dominância Alta
36	Isso Moreira	0,276	Dominância Alta
37	Wellington Valim	0,311	Dominância Alta
38	Vanuza Valadares	0,313	Dominância Alta
39	Adriete Elias	0,327	Dominância Alta
40	Jardel Sebba	0,353	Dominância Alta
41	Ernesto Roller	0,398	Dominância Alta

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE (2006).

Tabela 3.9 – Padrão de dominação/compartilhamento dos votos dos deputados estaduais eleitos, em 2010.

2010			
#	Deputado	D <sup>mun</sup> 2010	Vertical
1	Elias Junior	0,018	Compartilhamento Alto
2	Major Araújo	0,018	Compartilhamento Alto
3	Mauro Rubem *	0,019	Compartilhamento Alto
4	Daniel Messac	0,02	Compartilhamento Alto
5	Isaura Lemos *	0,021	Compartilhamento Alto
6	Francisco Junior	0,023	Compartilhamento Alto
7	Fábio de Sousa *	0,033	Compartilhamento Alto
8	Wagner Siqueira	0,042	Compartilhamento Alto
9	Humberto Aidar *	0,044	Compartilhamento Alto
10	Túlio Isac *	0,044	Compartilhamento Alto
11	Misael de Oliveira *	0,046	Compartilhamento Alto
12	Samuel Belchior *	0,051	Compartilhamento Alto
13	Francisco Gedda	0,051	Compartilhamento Alto
14	Bruno Peixoto	0,055	Compartilhamento Alto
15	Henrique Arantes	0,068	Compartilhamento Alto
16	Daniel Vilela	0,071	Compartilhamento Alto
17	Ademir Menezes	0,072	Compartilhamento Alto
18	Luiz Carlos Do Carmo *	0,073	Compartilhamento Alto
19	Luís Cesar Bueno *	0,076	Compartilhamento Alto
20	Carlos Antônio	0,091	Compartilhamento Médio
21	Jose de Lima	0,093	Compartilhamento Médio
22	Frederico Nascimento	0,096	Compartilhamento Médio
23	Helder Valin *	0,107	Compartilhamento Médio
24	Lincoln Tejota	0,124	Compartilhamento Médio
25	Claudio Meirelles *	0,134	Compartilhamento Médio
26	Nelio Fortunato	0,148	Compartilhamento Médio
27	Karlos Cabral	0,154	Compartilhamento Médio
28	Nilo Resende *	0,176	Compartilhamento Médio
29	Iso Moreira *	0,2	Dominância Média
30	Helio de Sousa *	0,202	Dominância Média

31	Jose Vitti	0,202	Dominância Média
32	Cristóvão Tormin *	0,204	Dominância Média
33	Valcenor Braz	0,217	Dominância Média
34	Evando Magal	0,224	Dominância Média
35	Álvaro Guimarães *	0,237	Dominância Média
36	Jânio Darrot	0,253	Dominância Média
37	Jardel Sebba *	0,268	Dominância Média
38	Paulo Cezar Martins *	0,291	Dominância Média
39	Joaquim de Castro	0,309	Dominância Média
40	Sônia Chaves	0,369	Dominância Alta
41	Hildo do Candango	0,443	Dominância Alta

\* Candidatos reeleitos.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE (2010).

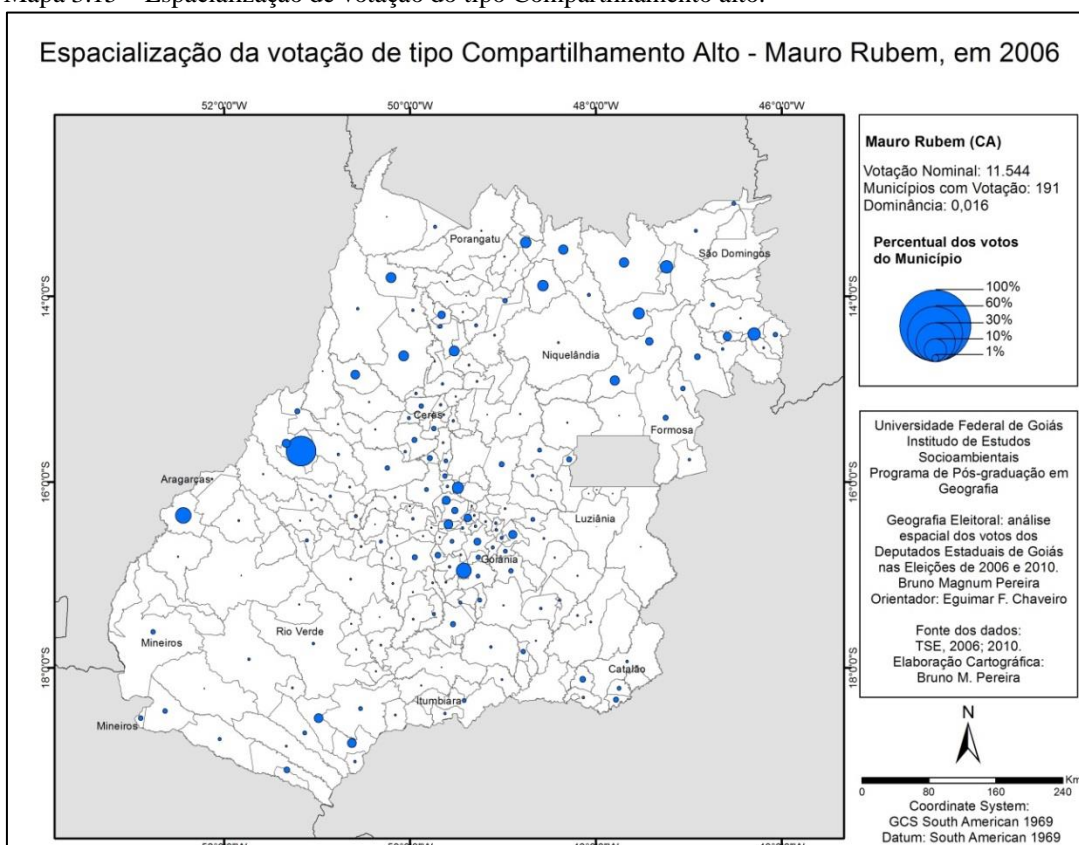
A fim de facilitar a visualização espacial destes padrões, foi selecionado um deputado para cada um destes tipos de votação. Mais uma vez optou-se por espacializar a votação de candidatos que foram reeleitos; o que possibilita, também, a comparação entre os dois pleitos. Na construção do mapa de cada candidato eleitos foi utilizado os percentuais que lhe coube do total de votos nominais de cada município.

### Compartilhamento Alto

Como exemplo de uma votação com alto nível de compartilhamento utilizou-se a espacialização dos votos do deputado Mauro Rubem, em 2006 e 2010. Este candidato não domina nenhum município onde arrecada votos. O lugar onde teve a maior porcentagem dos votos foi na pequena Santa Fé de Goiás, como pouco menos de 18% de um total de 2.391 votos nominais.

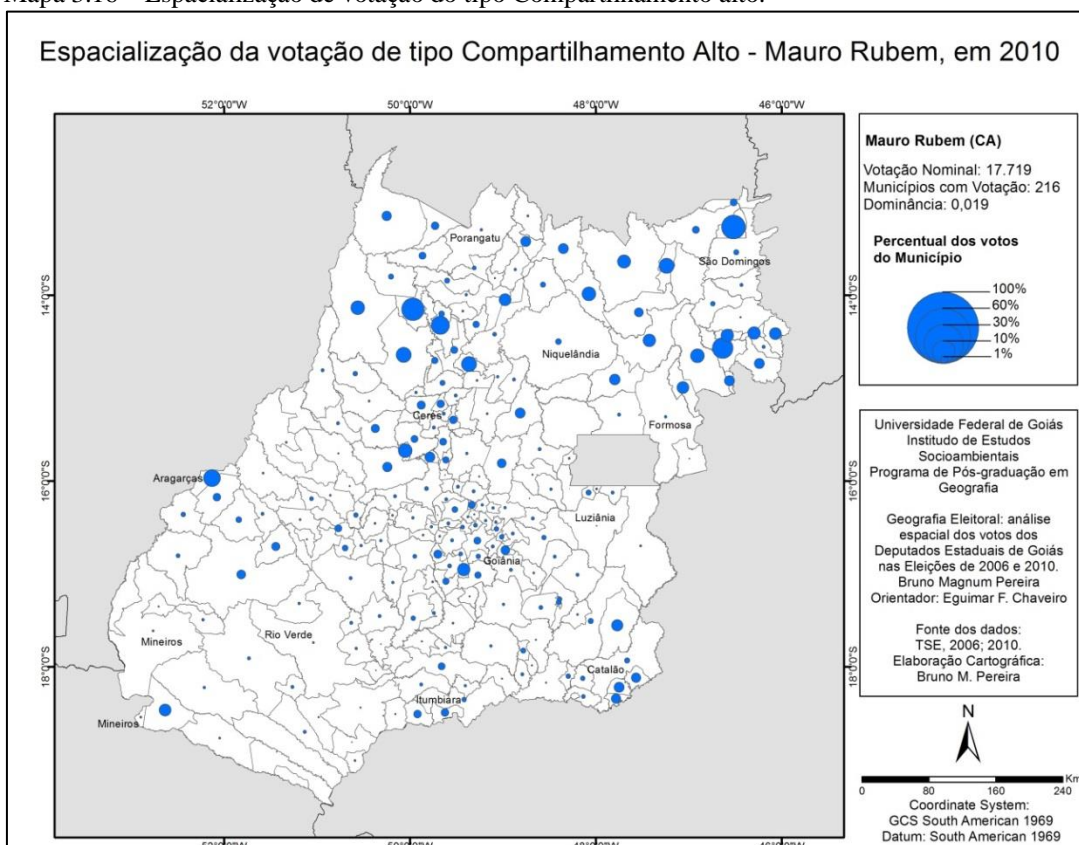
O que se vê nos mapas 3.15 e 3.16 é que Mauro Rubem recebe apenas pequenas parcelas dos votos dos vários municípios. Vale lembrar que uma porcentagem pequena dos votos de Goiânia é suficiente para eleger um candidato; enquanto que pequenas porções de municípios pouco populosos representa pouco na soma final de votos.

Mapa 3.15 – Espacialização de votação do tipo Compartilhamento alto.



Fonte: Elaboração própria (2013).

Mapa 3.16 – Espacialização de votação do tipo Compartilhamento alto.



Fonte: Elaboração própria (2013).

Há uma sensível variação no índice de dominância média deste candidato, apenas 0,003 pontos. Isso indica uma diminuição de seu caráter compartilhado e apesar de ser bem pequena é suficiente para ser notado ao comparar os mapas de 2006 e 2010.

Esse aumento na dominância dos municípios tem relação com a mudança em seu eixo de votação horizontal, quando mudou de uma concentração alta para média, passando a conseguir mais votos em outros municípios. Tal fato pode ter ajudado a aumentar sua votação, com seis mil votos a mais em 2010, em relação a 2006. Esse crescimento na arrecadação de votos ocorre principalmente na parte norte do estado, com ênfase no nordeste goiano.

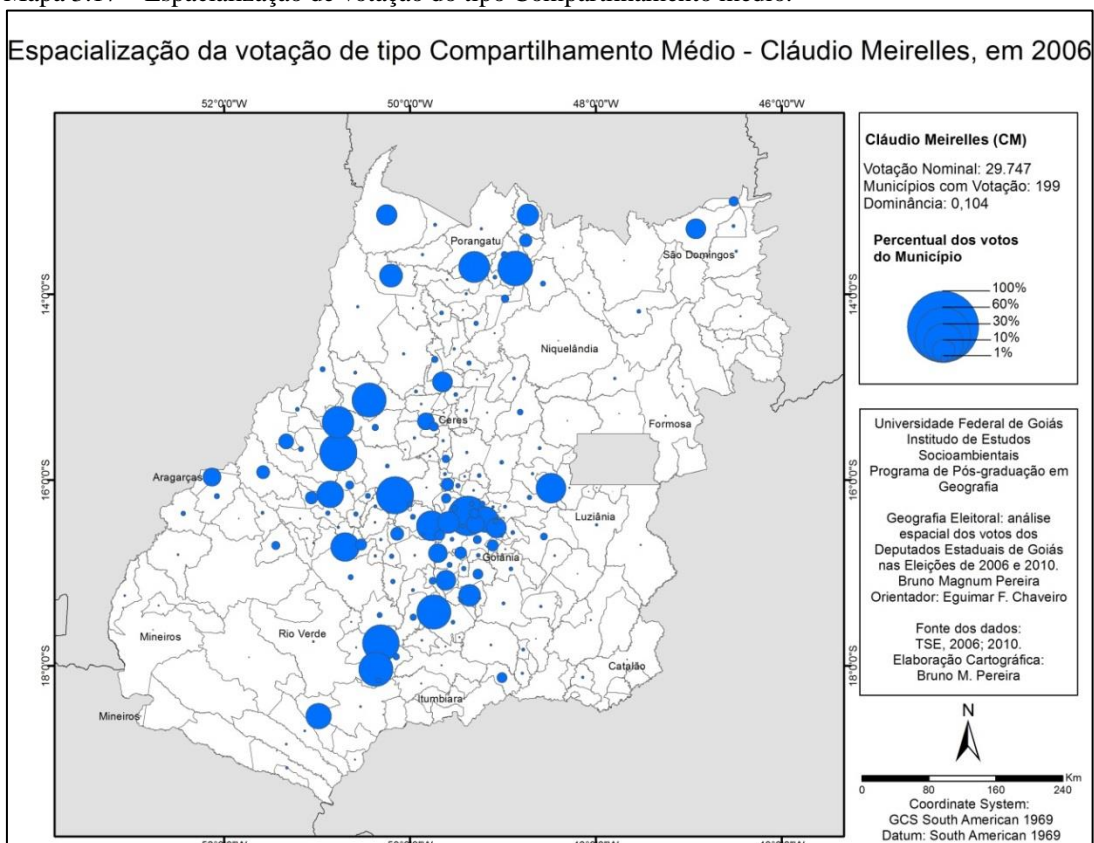
### Compartilhamento Médio

O deputado Cláudio Meirelles foi o candidato utilizado para exemplificar o tipo de votação compartilhada média. Como mencionado, este tipo não chega a dominar nenhum município, porém arrecada parcelas maiores que o tipo anterior. No caso deste deputado, em 2006, Brazabrantes foi onde teve o maior percentual de votos em relação ao total de votos nominais, com pouco mais de 31%.

Em 2010, Cláudio Meirelles também tem seu índice de dominância aumentado, com 0,030 a mais que em 2006. Esse fato também tem relação com sua mudança horizontal, quando passa a ser mais disperso no território, conquistando votos em mais municípios.

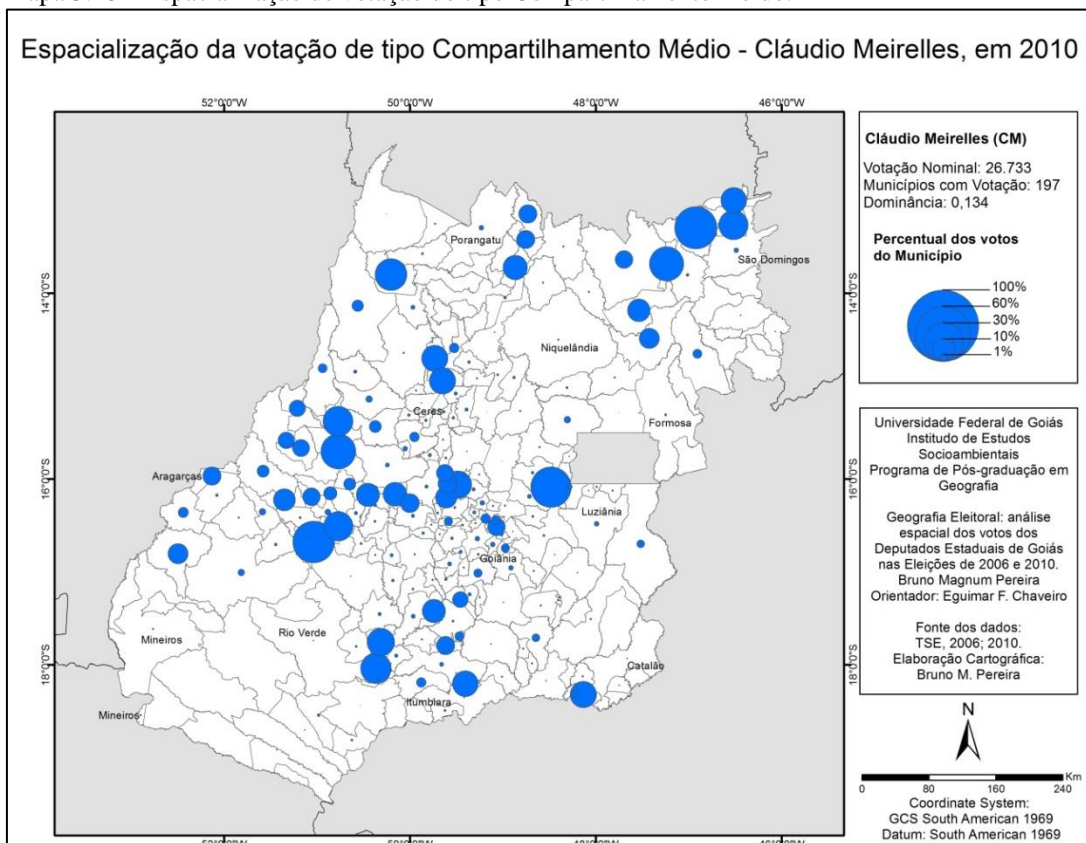
Um caso onde o deputado passou a arrecadar mais votos é Alexânia, tal fato aumentou a importância do município no seu quadro de votação; uma vez que aumentou sua dominância neste local. Este é um exemplo claro da relação entre concentração e dominância em colégios eleitorais menores. Há, ainda, uma visível mudança neste vetor vertical em alguns municípios do nordeste goiano, o que ajudou a aumentar seu índice de dominância média.

Mapa 3.17 – Espacialização de votação do tipo Compartilhamento médio.



Fonte: Elaboração própria (2013).

Mapa 3.18 – Espacialização de votação do tipo Compartilhamento meido.



Fonte: Elaboração própria (2013).

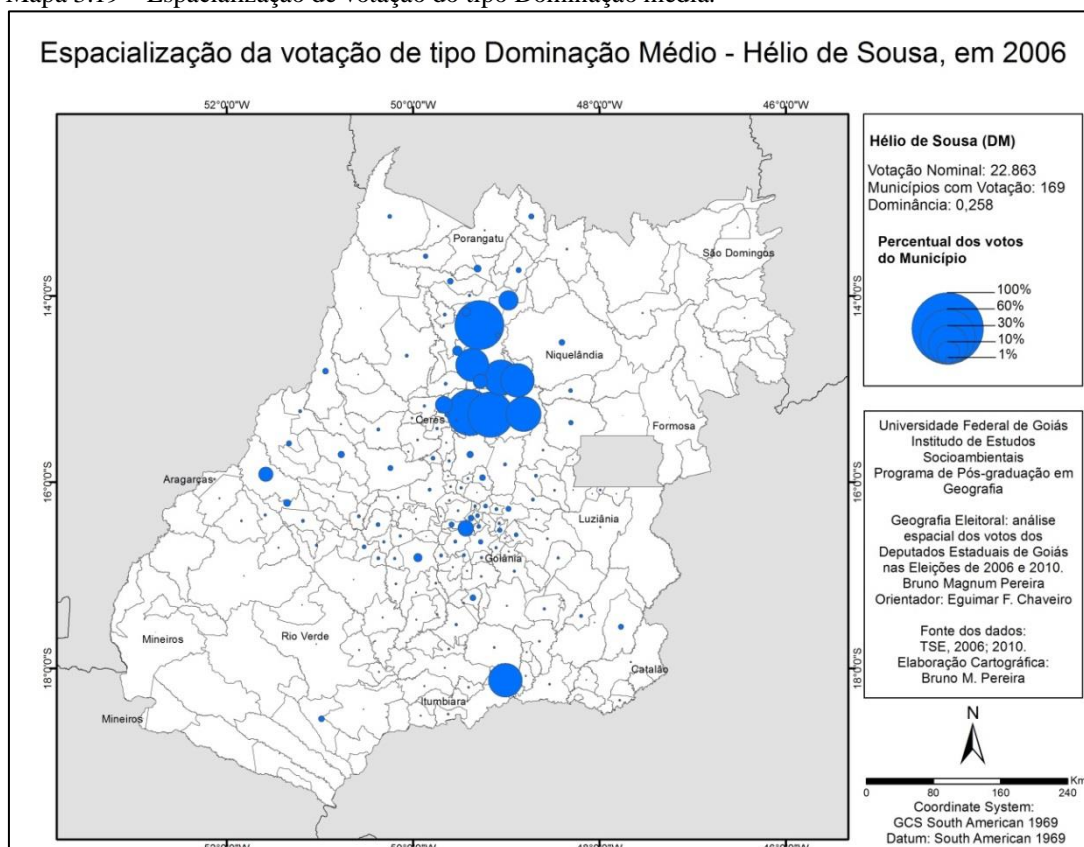
### Dominância Média

O padrão de dominância média envolve os candidatos que arrecadam uma parcela considerável do total de eleitores dos municípios. O deputado eleito com esse padrão já apresenta certa dominância. Para expor como que estes deputados têm seus votos distribuídos no território, foi mapeada a votação, em 2006 e 2010, de Hélio de Sousa (mapa 3.19 e 3.20).

O deputado é médico e proprietário de terra em Goianésia (GO), onde foi duas vezes eleito prefeito. Está em seu quarto mandato de deputado estadual. Ao contrário dos dois últimos apresentados, este deputado teve uma diminuição em seu índice de dominância em 2010, 0,056 pontos, valor considerável.

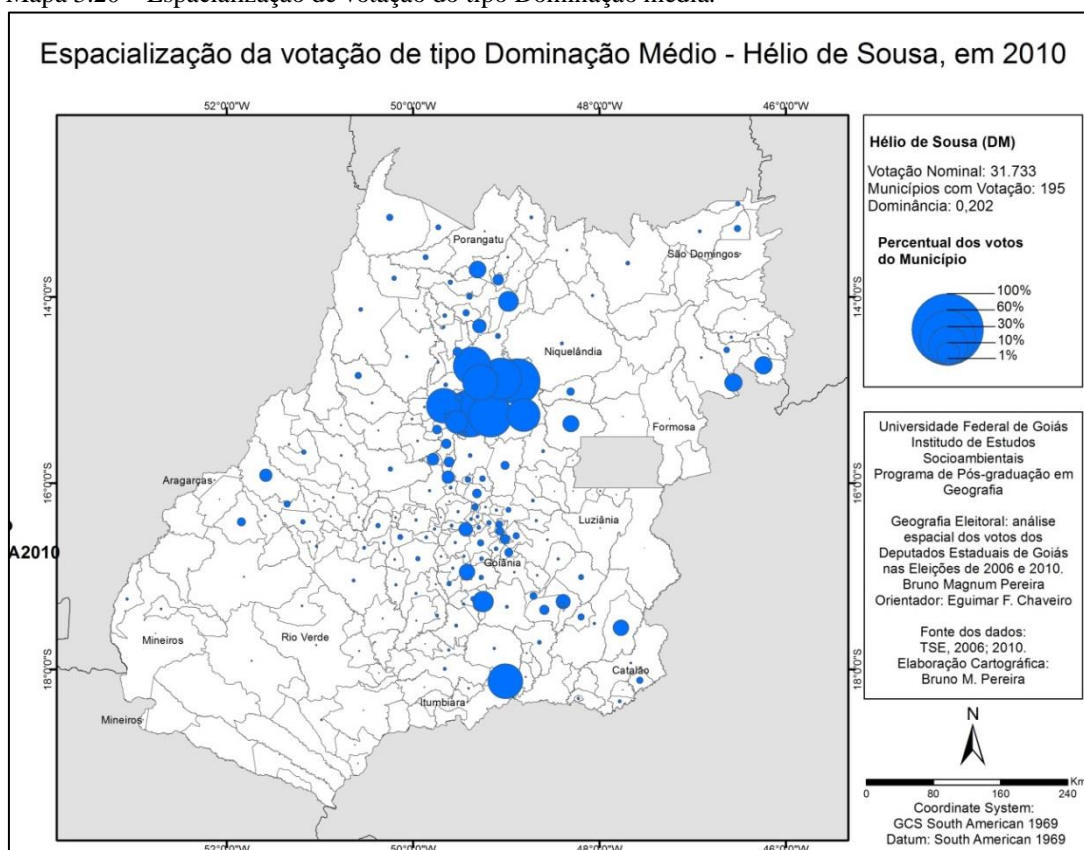
Sua dominância se concentra na região de Goianésia, município do qual obteve mais de 40% dos votos em 2006, caindo para 35% em 2010. Este deputado chegou a ter mais de 47% dos votos do município de Nova Iguaçu de Goiás, em 2006, ao passar para apenas 4%. Estas quedas foram responsáveis pela mudança em sua dominância, além da sua passagem do padrão de concentração alta para média, conquistando votos em outros municípios onde não domina.

Mapa 3.19 – Espacialização de votação do tipo Dominação média.



Fonte: Elaboração própria (2013).

Mapa 3.20 – Espacialização de votação do tipo Dominação média.



Fonte: Elaboração própria (2013).

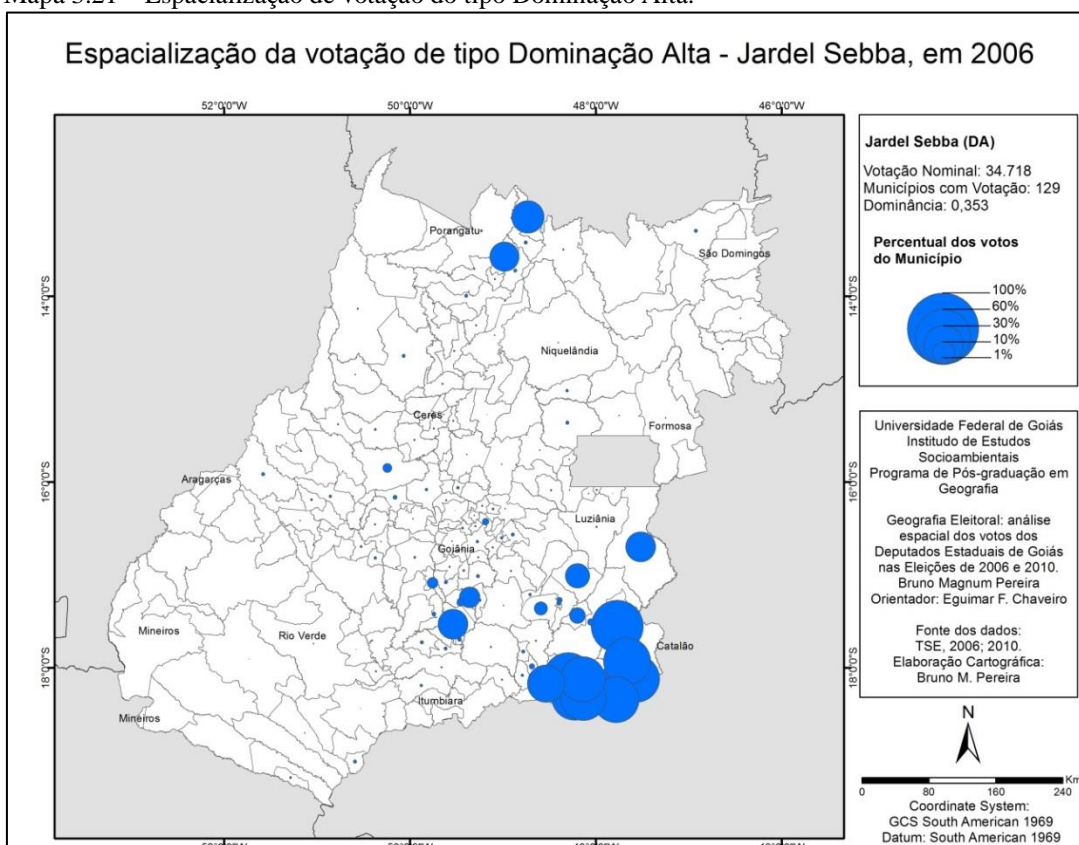
### Dominância Alta

O deputado Jardel Sebba foi o típico deputado dominante, em 2006 (mapa 3.21). Sebba é médico e pecuarista, nascido em Catalão (GO), já ocupou cargo de secretário municipal de agricultura em sua cidade de origem e foi eleito quatro vezes deputado estadual, sendo presidente da Assembleia em 2011/2012. Em 2012 renunciou para assumir a prefeitura de Catalão onde foi eleito mesmo com problemas no deferimento da candidatura.

Em 2006, teve mais de 40% dos votos de 9 municípios da região de Catalão, em um deles chegou a quase 54% - o deputado tem o título honorífico de cidadão da maioria destes municípios. Tal fato demonstra que sua dominância não foi restrita apenas aos municípios, mas sim a uma região do estado.

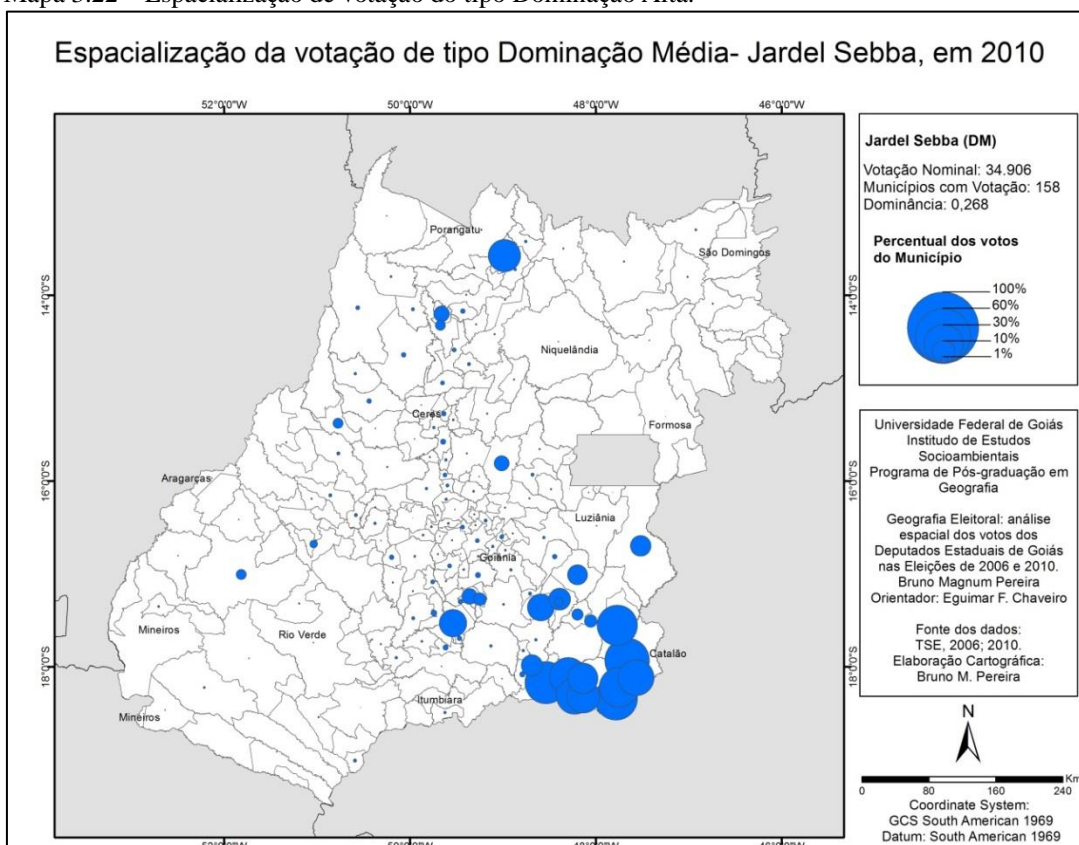
Em 2010 (mapa 3.22) o índice de dominância deste candidato caiu consideravelmente, fazendo com que Jardel Sebba tenha uma votação com dominância média, não conquistando, em nenhum município, mais de 40% dos votos. É interessante notar que sua votação total não diminuiu com todas estas mudanças, ela se mantém em mais de 34 mil votos.

Mapa 3.21 – Espacialização de votação do tipo Dominação Alta.



Fonte: Elaboração própria (2013).

Mapa 3.22 – Espacialização de votação do tipo Dominação Média- Jardel Sebba, em 2010



Fonte: Elaboração própria (2013).

Todas estas informações sobre os padrões horizontais e verticais podem permitir algumas inferências sobre a política eleitoral de Goiás. Entretanto, para criar um cenário com maiores possibilidades de análises, Ames (2003) e Carvalho (2003) utilizam estes dois vetores de forma articulada, criando uma tipologia de padrões de distribuições espaciais dos votos. A combinação entre o eixo concentrado/disperso e o eixo compartilhado/dominante cria quatro padrões espaciais de votação distintos, melhores detalhados na subseção seguinte.

### *3.2.3 Taxonomia dos padrões espaciais das eleições de 2006 e 2010*

Para criarmos então, um cenário que possibilite a melhor interpretação do caráter espacial das eleições, segue-se com a metodologia que propõe tipologias para os padrões dos votos dos municípios. Segundo as ideias do modelo distributivista, que guiam as análises de Ames (2003), cada padrão define diferentes incentivos para atuação parlamentar.

Estas proposições, vale salientar, foram pensadas inicialmente para os parlamentares estadunidenses que são de natureza Concentrada/dominante, uma vez que é eleito por um sistema distrital majoritário uninominal. Este modelo norte-americano admite que todos os deputados tenha o mesmo padrão, pois, segundo Corrêa (2011), uma identificação territorial que resulta num comportamento paroquialista já esperado deste tipo de sistema distrital.

Ao aplicar as ideias de conexão eleitoral aos parlamentares brasileiros, foram identificados por Ames (2003) quatro padrões, que segundo o autor influenciará em suas ações parlamentares. Isto é, no sistema proporcional brasileiro cada candidato tem liberdade de traçar estratégias de obtenção de votos em todo o grande distrito; o que refletirá nas ações dos legisladores eleitos. Confirmando isso, Carvalho (2003, p. 91) também considera que “os distintos padrões espaciais observados produzirão um conjunto diferenciado de incentivos no que diz respeito ao comportamento legislativo e a visão de representação de nossos deputados”. Isto é, os deputados se guiarão de acordo com a forma espacial de sua votação, suas ações serão incentivadas de acordo com a geografia de seus votos.

Para que seja feita a discussão sobre a relação entre padrão de votação e representação parlamentar, primeiramente cruzaram-se as informações dos índices anteriores sobre os vetores verticais e horizontais para identificação dos padrões espaciais das eleições analisadas.

A combinação dos eixos vertical e horizontal resultará nos seguintes padrões: Concentrado/Compartilhado, Concentrado/Dominante, Disperso/Compartilhado e Disperso/Dominante. Para a tipologia os candidatos que compunham as duas faixas de concentração

dos votos foram considerados Concentrados. Enquanto que os que figuravam nas faixas de dispersão foram tidos como Dispersos.

O mesmo para o eixo compartilhamento/dominância: os deputados com índice de dominância nas faixas de compartilhamento foram considerados Compartilhados; os candidatos nos dois níveis de dominância, alta e média, foram denominados Dominantes. Desta forma, as sínteses desta tipologia de padrões espaciais são apresentadas nas tabelas 3.11 e 3.12.

Tabela 3.11 – Tipologia de padrão espacial de votação dos deputados eleitos em 2006.

2006		
Deputado	Reg. de votação	Padrão espacial
Wellington Borges Valim	RM	Concentrado/Dominante
Marlucio Pereira Da Silva	RM	Concentrado/Compartilhado
Ozair José Da Silva	RM	Concentrado/Compartilhado
Valdir Ferreira Bastos	RM	Concentrado/Compartilhado
Fabio Fernandes De Sousa	Capital	Concentrado/Compartilhado
José Humberto Aidar	Capital	Concentrado/Compartilhado
Luís César Bueno E Freitas	Capital	Concentrado/Compartilhado
Luiz Carlos Do Carmo	Capital	Concentrado/Compartilhado
Maria Isaura Lemos	Capital	Concentrado/Compartilhado
Mauro Rubem De Meneses Jonas	Capital	Concentrado/Compartilhado
Miguel Angelo Silva Cunha	Capital	Concentrado/Compartilhado
Misael Pereira De Oliveira	Capital	Concentrado/Compartilhado
Samuel Pacheco De M. Belchior	Capital	Concentrado/Compartilhado
Thiago M. Peixoto Da Silveira	Capital	Concentrado/Compartilhado
Tulio Isac Carneiro	Capital	Concentrado/Compartilhado
Adalberta Da R. Dos S. P. Neto	Interior	Concentrado/Compartilhado
Honor Cruvinel De Oliveira	Interior	Concentrado/Compartilhado
Jose Nelto Lagares Das Mercez	Interior	Concentrado/Compartilhado
Samuel Guilsimar Almeida	Interior	Concentrado/Compartilhado
Valdair De Jesus Costa	Interior	Concentrado/Compartilhado
Adriete C. Fonseca Fayad Elias	Interior	Concentrado/Dominante
Álvaro Soares Guimarães	Interior	Concentrado/Dominante
Cilene Maria De M. Guimarães	Interior	Concentrado/Dominante
Cristovão Vaz Tormin	Interior	Concentrado/Dominante
Ernesto Guimarães Roller	Interior	Concentrado/Dominante
Flávia Carreiro A. Morais	Interior	Concentrado/Dominante
Hélio Antonio De Sousa	Interior	Concentrado/Dominante
Jardel Sebba	Interior	Concentrado/Dominante
Mara Merly De Pina Naves	Interior	Concentrado/Dominante
Marco Antonio Ferreira	Interior	Concentrado/Dominante
Nilo Sergio De Resende Neto	Interior	Concentrado/Dominante
Paulo Cezar Martins	Interior	Concentrado/Dominante
Vanuza Primo De A. Valadares	Interior	Concentrado/Dominante
Wagner Da Silva Guimarães	Interior	Concentrado/Dominante
Cláudio Olinto Meirelles	Interior	Disperso/Compartilhado
Marciano Basilio De Queiroz	Interior	Disperso/Compartilhado
Romilton Rodrigues De Moraes	Interior	Disperso/Compartilhado
Sebastiao Costa Filho	Interior	Disperso/Compartilhado
Helder Valin Barbosa	Interior	Disperso/Dominante
Daniel Augusto Goulart	Interior	Disperso/Dominante
Aloísio Moreira Dos Santos	Interior	Disperso/Dominante

Fonte: Elaboração própria a partir de dados de TSE (2006).

Tabela 3.12 – Tipologia de padrão espacial de votação dos deputados eleitos em 2010.

2010		
Deputado	Reg. de votação	Padrão espacial
Jânio Carlos Alves Freire	RM	Concentrado/Dominante
Ademir De Oliveira Menezes	RM	Concentrado/Compartilhado
Daniel Elias Carvalho Vilela	RM	Concentrado/Compartilhado
Luiz Carlos Do Carmo	RM	Concentrado/Compartilhado
Nelio Fortunato De Oliveira	RM	Concentrado/Compartilhado
José Humberto Aidar	Capital	Concentrado/Compartilhado
Misael Pereira De Oliveira	Capital	Concentrado/Compartilhado
Bruno Regiany Peixoto Pimenta	Capital	Concentrado/Compartilhado
Daniel Messac De Moraes	Capital	Concentrado/Compartilhado
Elias Monteiro Lima	Capital	Concentrado/Compartilhado
Fábio Fernandes De Sousa	Capital	Concentrado/Compartilhado
Francisco Rodrigues Vale Junior	Capital	Concentrado/Compartilhado
Junio Alves Araujo	Capital	Concentrado/Compartilhado
Luis Cesar Bueno E Freitas	Capital	Concentrado/Compartilhado
Maria Isaura Lemos	Capital	Concentrado/Compartilhado
Samuel Pacheco De M.Belchior	Capital	Concentrado/Compartilhado
Túlio Isac Carneiro	Capital	Concentrado/Compartilhado
Wolney W. Da Siqueira Junior	Capital	Concentrado/Compartilhado
Carlos Antonio De Sousa Costa	Interior	Concentrado/Compartilhado
Frederico Fonseca Nascimento	Interior	Concentrado/Compartilhado
Henrique Paulista Arantes	Interior	Concentrado/Compartilhado
Jose Rodrigues De Lima Neto	Interior	Concentrado/Compartilhado
Karlos Márcio Vieira Cabral	Interior	Concentrado/Compartilhado
Mauro Rubem De Menezes Jonas	Interior	Concentrado/Compartilhado
Nilo Sergio De Resende Neto	Interior	Concentrado/Compartilhado
Álvaro Soares Guimarães	Interior	Concentrado/Dominante
Cristovão Vaz Tormin	Interior	Concentrado/Dominante
Evando Magal A. Correia Silva	Interior	Concentrado/Dominante
Helio Antonio De Sousa	Interior	Concentrado/Dominante
Jardel Sebba	Interior	Concentrado/Dominante
Joaquim Alves De Castro Neto	Interior	Concentrado/Dominante
Jose Antonio Vitti	Interior	Concentrado/Dominante
Osmarildo Alves De Sousa	Interior	Concentrado/Dominante
Paulo Cezar Martins	Interior	Concentrado/Dominante
Sônia Chaves De F. Nascimento	Interior	Concentrado/Dominante
Valcenor Braz De Queiroz	Interior	Concentrado/Dominante
Claudio Olinto Meirelles	Interior	Disperso/Compartilhado
Francisco Antonio De C. Gedda	Interior	Disperso/Compartilhado
Helder Valin Barbosa	Interior	Disperso/Compartilhado
Lincoln Graziani P. Da Rocha	Interior	Disperso/Compartilhado
Aloisio Moreira Dos Santos	Interior	Disperso/Dominante

Fonte: Elaboração própria a partir de dados de TSE (2010).

Ao analisar as tabelas verifica-se a grande quantidade de deputados com votação concentrada / compartilhada. São dezenove em 2006 e 24 em 2010. Esta informação corrobora o que Corrêa (2011) identifica no Estado do Rio de Janeiro nas eleições de 2006.

Para ele, há uma predominância deste padrão entre os deputados cariocas. Segundo autores como Ames (2003) e Carvalho (2003), este padrão é típico de deputados metropolitanos. Estes seriam candidatos eleitos em municípios muito populosos onde

conseguem grande quantidade de votos, suficiente para se elegerem, porém não conseguem dominá-los, recebendo pequenas parcelas do total dos votos do município.

Corrêa (2011) classificou os deputados do Rio de Janeiro em três categorias (Capital, Região Metropolitana e Interior) para analisar a conexão eleitoral no estado. Para isso agrupou os deputados que obtiveram mais de 50% dos votos em municípios não metropolitanos como deputados do Interior. Já os que tiveram votação acima de 50% na RM e destes mais de 25% no núcleo metropolitano foram classificados como deputados da Capital.

Se o candidato eleito teve 25% nos demais municípios da RM foi agrupado como deputados da Região Metropolitana. Aplicando este procedimento para as eleições aqui estudadas, verifica-se a situação apresentada na tabela 3.11 e 3.12.

Concordando com a literatura, a maioria dos candidatos com base eleitoral-territorial concentrada e ao mesmo tempo compartilhada é oriunda da Região Metropolitana de Goiânia, tanto em 2006 como em 2010. Mesmo os deputados com este padrão de votos, classificados como do Interior têm na RMG uma votação importante, como é o caso de quatro deles em 2006 e de três em 2010.

Há, ainda, os deputados concentrados/compartilhados com votação em municípios de grande população como Anápolis e Rio Verde. Segundo Carvalho (2003), os deputados com este perfil se reportam a setores de opinião difusos e estariam mais voltados à tomada de posição em relação a temas do que a benefícios particularizados. Esta hipótese será analisada com mais atenção adiante.

Outro padrão expressivo entre os candidatos goianos eleitos nos dois pleitos analisados é de deputados com votação concentrada e dominante. Ao contrário do anterior, apesar de ter votação concentrada em poucos municípios, ele consegue ter certo grau de dominância. É o caso de 36% dos deputados em 2006 e de 31% em 2010.

Estes seriam os deputados “distritáveis” apontados por Fleischer (1976) em Minas Gerais e por Carvalho (2003) para os deputados federais brasileiros. Como já mencionado, estes seriam equivalentes aos deputados norte-americanos, eleitos em distritos uninominais. Este perfil de político seria, segundo a literatura distributivista, o mais voltado para a lógica particularista, que atendem, muitas vezes, a interesses e relações tradicionais de empreguismo e clientelismo (AMES, 2003).

Tal fato daria pelo motivo de suas bases serem facilmente identificáveis. Ainda segundo este autor, a trajetória destes deputados geralmente é relacionada a famílias tradicionais da economia e da política local, a cargos exercidos na região ou com acordos com lideranças locais.

Apenas quatro deputados apresentam padrão espacial de votação dispersa e compartilhada. Esta é uma distribuição horizontal dispersa, ou seja, uma votação efetiva em vários municípios e, ao mesmo tempo, dividem com outros candidatos a preferência dos eleitores destes municípios. Estes deputados, muitas vezes, representam parcelas da sociedade ou seguimentos que estão distribuídas pelo distrito.

São quantias de eleitores com características idenitárias semelhantes, mas que estão distribuídas por várias partes do território. Segundo Ames (2003, p.70), esses “setores são coesos e fiéis, mas pouco numerosos, de modo que os candidatos que a eles se dirigem costumam coalizões em pequenas faixas de muitos municípios”.

O padrão disperso e dominante aparece com três deputados em 2006 e apenas um na eleição de 2010. Este padrão é típico de deputados que tiveram votos em diversos municípios onde dominaram o eleitorado. Segundo Ames (2003) é uma especificidade do sistema proporcional e um incentivo a atuações paroquialistas; o que concorda com Carvalho (2003), quando afirma que esta distribuição dos votos no espaço produz incentivos para perseguição de políticas distributivas.

Deputados com este perfil podem conquistar esse tipo de votação a partir de acordos com líderes locais de vários municípios ou com cargos do executivo que controle a distribuição de benefícios localizados.

A Geografia do voto em Goiás é marcada pela presença dos quatro padrões espaciais, sendo que o predominante entre os deputados estaduais é o tipo concentrado/compartilhado. Estes deputados, em sua maioria, conquistaram votos dos eleitores oriundos da metrópole goiana ou de outras cidades com grande população.

Os deputados “distritáveis” também aparecem em quantidade entre os 41 deputados. O que tudo isso pode demonstrar é que a competição eleitoral no estado é fortemente concentrada em candidatos que, por sua vez, também apresentam perfil concentrado de votos. Toda esta dinâmica é resultante do modelo de sistema eleitoral escolhido no Brasil.

O sistema proporcional de lista aberta, como apresentado no primeiro capítulo, incentiva os deputados a buscarem votos de diferentes maneiras pelo território. O que analisaremos adiante, aborda a relação entre estas estratégias e padrões espaciais dos deputados com suas atuações enquanto legisladores no plenário estadual goiano.

### **3.3 A conexão eleitoral: geografia do voto e produção parlamentar no território goiano**

Os padrões de votação apresentados já expõem um pouco da forma como os deputados estaduais se territorializam pelo Estado de Goiás. Contudo, o estudo da conexão eleitoral requer que esta análise, aqui denominada de geografia do voto, seja articulada com outras análises sobre a ação dos políticos enquanto parlamentares. Os padrões espaciais são o que Carvalho (2003) chama de incentivos para a ação do deputado no legislativo. Enxergar como o deputado age no território, a partir de sua geografia do voto, é, então, o objeto da conexão eleitoral.

Uma das maneiras de se analisar a relação do parlamentar com suas bases eleitorais e territoriais é a partir dos projetos de lei apresentados durante o mandato. Aqui, foram analisados os projetos de leis apresentados durante a 16ª e 17ª legislaturas da Assembleia Legislativa de Goiás pelos deputados.

Para tanto, foram tabulados os processos legislativos por assunto, de cada um dos 41 eleitos para as legislaturas que compreendem os anos entre 2007 e 2011, a partir das informações disponibilizadas pela Assembleia no Portal da Transparência.

Os projetos foram divididos em sete categorias de temáticas, que são: Projetos envolvendo Concessão de Título Honorífico de Cidadão Goiano (CTHCG), denomina ou altera nome de rua, rodovia, escola, edifício público (DRREP) e Institui comenda de mérito (ICM); Incidência direta na base eleitoral; Outros Projetos; Saúde; Educação; Segurança Pública; e Ambiental.

Os projetos *CTHCG/DRREP/ICM* são considerados, muitas vezes, como um tipo de ação clientelista, voltadas para a lógica particularista, que os deputados utilizam como agrados particulares e/ou à grupos de quem pretendem arrecadar votos. É importante não generalizar, pois há casos que são anseios da comunidade local.

Nos casos em que o alvo de projetos deste tipo foi os municípios onde o deputado teve votação importante, ficou classificado como *Incidência direta na base eleitoral*. Neste grupo de projetos estão os que foram direcionados direta ou prioritariamente às áreas onde o deputado teve suas principais bases.

Um exemplo são os deputados metropolitanos que elaboraram projetos específicos para a RMG. Um fato que chamou atenção foi a enorme quantidade de projetos que declaram entidades de utilidade pública entre os projetos legislativos levantados. Destes, um grande percentual eram entidades sediadas nos municípios que compõem as bases do deputado que propôs o projeto.

Estes, também, foram classificados como de Incidência direta na base. Os que não tinham esta característica foram agrupados em *Outros projetos*. O grupo de Outros projetos é

composto por aqueles de caráter mais gerais ou que abrangiam temáticas diversas, como trabalho, habitação, direito do consumidor, direitos de pessoas com deficiência, esporte, cultura. As temáticas de maior frequência foram destacadas como *Saúde, Educação, Segurança Pública e Ambiental*.

A questão sobre a declaração de utilidade pública merece um destaque. Apesar de ser um tema bastante interessante há uma carência de discussões sobre o assunto. Qual a importância política do reconhecimento de instituições sem fins lucrativos como de utilidade pública? De acordo com o Art. 1º da Lei nº 7.371 de 20 de agosto de 1971, “As sociedades civis, as associações e as fundações, constituídas no Estado de Goiás com o fim exclusivo de servir desinteressadamente à coletividade, podem ser declaradas de utilidade pública”.

Para tal, devem cumprir alguns critérios estabelecidos. Em Goiás, segundo a lei citada, a declaração deve ser feita a partir de lei proposta pelo Poder Legislativo. No entanto, Marin (1996) questiona este modelo de concessão de título, uma vez que não há avaliação rigorosa, por parte do legislativo, dos requisitos necessários para tal. Segundo a definição do autor,

As entidades de utilidade pública podem ser definidas como as pessoas jurídicas de direito privado criadas ou instituídas por particulares, nos termos da lei, para o desempenho perene, efetivo e desinteressado de atividades de interesse público, em vista do bem-estar social, de necessidade e proveito de uma comunidade ou de toda a coletividade, passíveis de serem reconhecidas pelos poderes públicos (na esfera federal, estadual e municipal) como espontâneas colaboradoras do Estado (MARIN, 1996. p. 41).

Mesmo com o objetivo de prover benefícios à coletividade, ainda segundo este autor, desde muito tempo as declarações de utilidade pública pelo poder público foram utilizadas como um livre campo para concessões de caráter pessoal. Este, então, se torna outro ponto para se questionar o fato de esta declaração partir do legislativo, pois são “utilizados para fins de agraciar pleitos políticos, isto é, a concessão para simpatizantes políticos” (p. 43). Deste modo, o fato de se ter tantas declarações deste tipo, demonstra certo paroquialismo por parte dos deputados estaduais.

A definição do que é ou não paroquialismo ou clientelismo não é tarefa fácil, haja vista que seria necessária uma análise individual mais aprofundada de cada um dos projetos apresentados para talvez conseguir capturar seu caráter paroquialista.

Contudo, sabe-se que os padrões espaciais de votação são uma peculiaridade do sistema eleitoral proporcional, e permite o político realizar benefícios localizados geograficamente em busca da reeleição ou de projeção político-eleitoral. Esta é uma das prerrogativas do distributivismo. Assim, para tentar identificar o que Carvalho (2003) chama

de benefícios localizados de custos difusos, tabulou-se os projetos de acordo com o padrão espacial dos deputados.

Como podemos observar nas tabelas 3.13, 3.14, 3.15, 3.16 e 3.17, referentes à produção parlamentar na 16ª legislatura (2007 – 2010), a maioria dos projetos foi sobre temáticas diversas e que não incidiam diretamente ou prioritariamente nos municípios da base dos deputados.

Entretanto, pode-se notar que há diferenças entre os tipos de conexões eleitorais. Entre os **concentrados-compartilhados**, 75% dos projetos foram sobre temáticas abrangentes e que não tinha alvo especificamente os municípios das bases, e apenas 9% tiveram esse objetivo. A maioria destes são os chamados metropolitanos, concordando com Ames (2003), quando afirma que estes tem uma atuação mais universalista.

Os parlamentares que mais apresentaram projetos com Incidência direta na base foram os **concentrados-dominantes**, com 15%, sendo que os projetos CTHCG/DRREP/ICM somaram outros 21%. Isto é, mais uma vez os resultados apontam para uma conformidade com a literatura, uma vez que estes seriam os candidatos distritáveis apontados por Ames (2003) e Carvalho (2003) como os que mais se guiariam pelas lógicas distributivistas. Assim, foram os deputados que mais destinaram ações para as bases, por ter um conhecimento mais claro de quem são e onde estão seus eleitores.

Sobre o padrão **disperso-compartilhado**, chama a atenção o grande número de projetos CTHCG / DRREP / ICM. Entre os 141 projetos apresentados por parlamentares deste padrão, 32% se enquadram nesta categoria. Como dito, estas ações podem ser consideradas clientelistas, e podem ser entendidas como uma tentativa de se fortalecer, agradar e criar bases territoriais efetivas para futuras investidas eleitorais.

Outra peculiaridade destes deputados é que mesmo sem terem bases específicas e não dominar nenhuma delas, foram os segundos que mais apresentaram projetos de incidência direta. Isso porque a metodologia utilizada considerou os municípios onde o deputado obteve mais voto para classificar os projetos.

Os **dispersos-dominantes** não fugiram à regra indicada na literatura. Apesar de apresentarem 80% dos projetos com temáticas ditas universalistas, em números absolutos, apresentaram 30 projetos de benefícios localizados, haja vista que figuram apenas três deputados na lista. Esta, também, é uma forma de tentar cativar as bases que dominam, uma vez que tem votação efetiva em vários municípios, a quantidade de projetos localizados também será grande.

Nota-se que os deputados eleitos em 2006 e que apresentaram projetos na legislatura analisada, tiveram diferentes atuações, mesmo entre os que foram classificados no mesmo tipo de conexão eleitoral. Alguns nomes da lista renunciaram ao cargo no meio da legislatura para concorrerem a eleições para prefeito ou assumirem pastas de secretaria do executivo. Isso explica o motivo de alguns deputados terem menos projetos que outros.

Outro motivo da diferença entre os deputados com mesma conexão eleitoral é que alguns, apesar do padrão espacial, são eleitos por grupos definidos com demandas claras, como educação, funcionalismo público da área da saúde, nichos religiosos etc. Como são os casos do deputado Fábio de Sousa e do deputado Humberto Aidar, que representam evangélicos e católicos, respectivamente.

Tabela 3.13 – Projetos parlamentares de deputados eleitos com padrão Concentrado-Compartilhado na 16ª legislatura da Assembleia Legislativa de Goiás (2007 – 2011).

Deputados Eleitos	PROJETOS CTHCG / DRREP / ICM*	Incidência direta na base eleitoral	Outros projetos	Saúde	Educação	Segurança pública	Ambiental	Total de Projetos
<b>Projetos de deputados com perfil CONCENTRADO - COMPARTILHADO</b>								
Marlucio Pereira (PTB)	31	20	161	55	12	10	20	<b>309</b>
Ozair José (PP)	17	12	37	18	4	3	1	<b>92</b>
Valdir Bastos (PL)	1	1	4	4	-	-	-	<b>10</b>
Fabio de Sousa (PSDB)	7	5	41	4	5	6	-	<b>68</b>
Humberto Aidar (PT)	1	3	18	8	4	3	3	<b>40</b>
Luís César Bueno (PT)	6	5	43	7	2	2	7	<b>72</b>
Luiz Carlos do Carmo (PMDB)	9	5	28	8	2	3	1	<b>56</b>
Isaura Lemos (PDT)	8	10	31	6	6	3	3	<b>67</b>
Mauro Rubem (PT)	17	5	42	13	1	6	3	<b>87</b>
Miguel Ângelo (PMDB)	2	5	25	6	2	1	1	<b>42</b>
Misael de Oliveira (PDT)	14	6	11	1	-	-	1	<b>33</b>
Samuel Belchior (PMDB)	3	3	4	1	-	-	1	<b>12</b>
Thiago Peixoto (PMDB)	4	2	24	1	6	1	7	<b>45</b>
Isac Carneiro (PSDB)	-	1	11	1	1	1	-	<b>15</b>
Betinha Tejota (PSB)	4	8	12	-	1	-	1	<b>26</b>
Honor Cruvinel (PSDB)	4	3	45	7	-	4	6	<b>69</b>
Jose Nelto (PMDB)	3	2	6	-	-	-	-	<b>11</b>
Samuel Almeida (PSDB)	2	5	17	3	-	-	-	<b>27</b>
Frei Valdair (PL)	9	14	28	4	15	1	4	<b>75</b>
	<b>142</b>	<b>115</b>	<b>588</b>	<b>147</b>	<b>61</b>	<b>44</b>	<b>59</b>	<b>1156</b>
	12%	10%	51%	13%	5%	4%	5%	

Fonte: Elaboração própria a partir de pesquisa e sistematização dos dados do Arquivos da Diretoria Legislativa da AL-GO – Portal da Transparência da AL-GO.

Tabela 3.14 – Projetos parlamentares de deputados eleitos com padrão Concentrado-Dominante na 16ª legislatura da Assembleia Legislativa de Goiás (2007 – 2011).

Deputados Eleitos	PROJETOS CTHCG / DRREP / ICM*	Incidência direta na base eleitoral	Outros projetos	Saúde	Educação	Segurança pública	Ambiental	Total de Projetos
<b>Projetos de deputados com perfil CONCENTRADO - DOMINANTE</b>								
Wellington Valim (PT do B)	3	3	12	-	-	-	-	<b>18</b>
Adriete Elias (PMDB)	2	3	32	3	3	8	1	<b>52</b>
Álvaro Guimarães (PL)	6	5	2	-	-	-	-	<b>13</b>
Cilene Guimarães (PL)	12	7	27	9	4	5	4	<b>68</b>
Cristóvão Tormin (PTB)	-	15	6	1	2	-	-	<b>24</b>
Ernesto Roller (PP)	7	-	19	-	-	-	-	<b>26</b>
Flávia Moraes (PSDB)	5	3	13	3	1	-	2	<b>27</b>
Hélio de Sousa (PFL)	7	3	6	-	-	-	-	<b>16</b>
Jardel Sebba (PSDB)	19	5	24	3	1	-	-	<b>52</b>
Mara Naves (PMDB)	6	2	2	-	1	-	-	<b>11</b>
Marco Antônio (PSDB)	9	8	31	12	1	3	6	<b>70</b>
Nilo Resende (PFL)	2	6	3	-	-	-	-	<b>11</b>
Paulo Cezar Martins (PMDB)	2	3	3	-	-	-	-	<b>8</b>
Vanuza Valadares (PSC)	7	3	7	3	-	2	10	<b>32</b>
Wagner Guimarães (PMDB)	5	-	4	1	1	-	-	<b>11</b>
	<b>92</b>	<b>66</b>	<b>191</b>	<b>35</b>	<b>14</b>	<b>18</b>	<b>23</b>	<b>439</b>
	21%	15%	43%	8%	3%	4%	5%	100%

Fonte: Elaboração própria a partir de pesquisa e sistematização dos dados do Arquivos da Diretoria Legislativa da AL-GO – Portal da Transparência da AL-GO.

Tabela 3.15 – Projetos parlamentares de deputados eleitos com padrão Disperso-Compartilhado na 16ª legislatura da Assembleia Legislativa de Goiás (2007 – 2011).

Deputados Eleitos	PROJETOS CTHCG / DRREP / ICM*	Incidência direta na base eleitoral	Outros projetos	Saúde	Educação	Segurança pública	Ambiental	Total de Projetos
<b>Projetos de deputados com perfil DISPERSO - COMPARTILHADO</b>								
Cláudio Meirelles (PL)	12	6	12	-	-	-	-	<b>30</b>
Coronel Queiroz (PTB)	6	2	9	1	3	3	1	<b>25</b>
Romilton de Moraes (PMDB)	7	4	1	2	-	-	-	<b>14</b>
Tiãozinho Costa (PT do B)	20	2	30	10	1	-	9	<b>72</b>
	<b>45</b>	<b>14</b>	<b>52</b>	<b>13</b>	<b>4</b>	<b>3</b>	<b>10</b>	<b>141</b>
	32%	10%	37%	9%	3%	2%	7%	

Fonte: Elaboração própria a partir de pesquisa e sistematização dos dados do Arquivos da Diretoria Legislativa da AL-GO – Portal da Transparência da AL-GO.

Tabela 3.16 – Projetos parlamentares de deputados eleitos com padrão Disperso-Dominante na 16ª legislatura da Assembleia Legislativa de Goiás (2007 – 2011).

Deputados Eleitos	PROJETOS CTHCG / DRREP / ICM*	Incidência direta na base eleitoral	Outros projetos	Saúde	Educação	Segurança pública	Ambiental	Total de Projetos
<b>Projetos de deputados com perfil DISPERSO - DOMINANTE</b>								
Daniel Goulart (PSDB)	5	3	14	-	2	-	3	<b>27</b>
Iso Moreira (PSDB)	2	2	58	7	3	1	10	<b>83</b>
Helder Valin (PSDB)	11	7	21	-	-	-	2	<b>41</b>
	<b>18</b>	<b>12</b>	<b>93</b>	<b>7</b>	<b>5</b>	<b>1</b>	<b>15</b>	<b>151</b>
	12%	8%	62%	5%	3%	1%	10%	

Fonte: Elaboração própria a partir de pesquisa e sistematização dos dados do Arquivos da Diretoria Legislativa da AL-GO – Portal da Transparência da AL-GO.

Tabela 3.17 – Total de projetos apresentados na 16ª legislatura da Assembleia Legislativa de Goiás (2007-2010)

Deputados Eleitos	PROJETOS CTHCG / DRREP / ICM*	Incidência direta na base eleitoral	Outros projetos	Saúde	Educação	Segurança pública	Ambiental	Total de Projetos
<b>Total geral de projetos</b>	<b>297</b>	<b>207</b>	<b>924</b>	<b>202</b>	<b>84</b>	<b>66</b>	<b>107</b>	<b>1887</b>
	16%	11%	49%	11%	4%	3%	6%	100%

Fonte: Elaboração própria a partir de pesquisa e sistematização dos dados do Arquivos da Diretoria Legislativa da AL-GO – Portal da Transparência da AL-GO.

A 17ª legislatura compreende os anos entre 2007 e 2014, contudo, os projetos foram classificados até 2013 (tabelas 3.18, 3.19, 3.20, 3.21 e 3.22). A metodologia seguiu o mesmo padrão e foi possível identificar uma mudança significativa em relação ao mandato anterior. Houve um acréscimo em 10% do total de projetos de incidência direta na base eleitoral, em relação à 16ª legislatura. Ao mesmo tempo, os projetos de caráter mais abrangentes passaram de 73%, no primeiro período analisado, para 64%, no segundo.

Em todos os tipos de conexão eleitoral houve crescimento de projetos de benefícios localizados. Contudo, o que chama mais atenção foi a mudança do perfil de projetos da conexão **disperso-dominante**, que apresentou propostas mais votadas para as bases eleitorais. Tal fato porque apenas um nome figurou nesta lista, o do deputado Iso Moreira. Todavia, nessa legislatura, ele foi o segundo que mais apresentou projetos voltados para suas bases eleitorais, atrás apenas de Francisco Junior.

Tal fato, mais uma vez, demonstra a tendência deste tipo de conexão eleitoral de tentar cativar as várias bases que domina. O deputado Iso Moreira teve, em 2010, votação dispersa na região próxima à Simolândia, onde foi prefeito e domina com 71% dos votos. Alto Paraíso de Goiás e Alvorada do Norte são outros municípios que domina, e que foram alvos da maioria dos projetos de benefício localizados.

O grupo deputados **concentrado-compartilhados**, apesar de ter proposto 34% de seus projetos na linha considerada de benefícios localizados, ainda teve a maioria de projetos de caráter universalista que podem servir a uma parcela menos restrita da população goiana. Já os **concentrado-dominantes** tiveram 40% de seus projetos definidos como de incidência direta na base ou clientelistas. O que demonstra que, por terem base bem definida e dominada, grande parte de seu esforço como parlamentar será destinada a ela.

Durante a décima sétima legislatura os deputados **disperso-compartilhados** agiram mais próximo do que se tem descrito na literatura. Do total de 74 projetos, 76% foram de caráter universalista, o que concorda com Ames (2003), quando afirma que são políticos que tem eleitores dispersos no território com demandas mais gerais.

Tabela 3.18 – Projetos parlamentares de deputados eleitos com padrão Concentrado-Compartilhado na 17ª legislatura da Assembleia Legislativa de Goiás (2011-2015).

Deputados Eleitos	PROJETOS CTHCG / DRREP / ICM*	Incidência direta na base eleitoral	Outros projetos	Saúde	Educação	Segurança pública	Ambiental	Total de Projetos
<b>Projetos de deputados com perfil CONCENTRADO - COMPARTILHADO</b>								
Ademir Menezes	4	4	12	2	-	1	-	<b>23</b>
Nelio Fortunato	-	1	1	-	-	-	-	<b>2</b>
Daniel Vilela	5	10	24	-	-	-	-	<b>39</b>
Luiz Carlos do Carmo *	1	-	25	2	-	2	-	<b>30</b>
Elias Junior	2	2	10	4	1	-	1	<b>20</b>
Bruno Peixoto	21	11	35	-	1	-	1	<b>69</b>
Fábio de Sousa *	2	4	9	1	-	1	-	<b>17</b>
Humberto Aidar *	1	2	25	4	-	-	-	<b>32</b>
Misael de Oliveira *	3	5	5	-	-	-	1	<b>14</b>
Daniel Messac	4	8	27	1	1	2	1	<b>44</b>
Francisco Junior	11	20	28	7	1	2	-	<b>69</b>
Samuel Belchior *	-	2	2	-	-	-	-	<b>4</b>
Wagner Siqueira	2	2	10	-	1	-	1	<b>16</b>
Isaura Lemos *	3	4	3	1	-	-	-	<b>11</b>
Túlio Isac *	1	2	12	1	1	-	1	<b>18</b>
Luís Cesar Bueno*	3	2	41	7	-	2	1	<b>56</b>
Major Araújo	6	8	7	-	-	8	-	<b>29</b>
Jose de Lima	0	13	5	2	-	-	-	<b>20</b>
Carlos Antônio	6	14	13	1	-	1	-	<b>35</b>
Karlos Cabral	7	8	22	6	1	-	2	<b>46</b>
Mauro Rubem *	4	5	21	3	-	3	2	<b>38</b>
Frederico Nascimento	8	6	22	-	-	-	1	<b>37</b>
Henrique Arantes	1	3	10	-	-	1	3	<b>18</b>
Nilo Resende *	3	2	2	-	-	-	-	<b>7</b>
	<b>98</b>	<b>138</b>	<b>371</b>	<b>42</b>	<b>7</b>	<b>23</b>	<b>15</b>	<b>694</b>
	14%	20%	51%	6%	1%	3%	2%	

Fonte: Elaboração própria a partir de pesquisa e sistematização dos dados do Arquivos da Diretoria Legislativa da AL-GO – Portal da Transparência da AL-GO.

Tabela 3.19 – Projetos parlamentares de deputados eleitos com padrão Concentrado-Dominante na 17ª legislatura da Assembleia Legislativa de Goiás (2011-2015).

Deputados Eleitos	PROJETOS CTHCG / DRREP / ICM*	Incidência direta na base eleitoral	Outros projetos	Saúde	Educação	Segurança pública	Ambiental	Total de Projetos
<b>Projetos de deputados com perfil CONCENTRADO - DOMINANTE</b>								
Hildo do Candango	4	15	31	9	6	5	2	<b>72</b>
Valcenor Braz	13	11	8	-	2	-	2	<b>36</b>
Cristóvão Tormin *	12	-	6	-	2	-	-	<b>20</b>
Sônia Chaves	1	14	19	11	-	-	-	<b>45</b>
Jardel Sebba *	8	6	11	-	2	-	-	<b>27</b>
Jânio Darrot	-	1	1	-	-	-	-	<b>2</b>
Álvaro Guimarães *	3	10	3	-	-	-	1	<b>17</b>
Evando Magal	5	14	58	11	1	-	1	<b>90</b>
Hélio de Sousa *	3	7	12	1	-	-	-	<b>23</b>
Joaquim de Castro	-	5	2	-	-	-	-	<b>7</b>
Paulo Cezar Martins *	3	3	2	-	-	-	-	<b>8</b>
José Vitti	6	1	5	-	-	-	-	<b>12</b>
	<b>58</b>	<b>87</b>	<b>158</b>	<b>32</b>	<b>13</b>	<b>5</b>	<b>6</b>	<b>359</b>
	16%	24%	44%	9%	4%	1%	2%	

Fonte: Elaboração própria a partir de pesquisa e sistematização dos dados do Arquivos da Diretoria Legislativa da AL-GO – Portal da Transparência da AL-GO.

Tabela 3.20 – Projetos parlamentares de deputados eleitos com padrão Disperso-Compartilhado na 17ª legislatura da Assembleia Legislativa de Goiás (2011-2015).

Deputados Eleitos	PROJETOS CTHCG / DRREP / ICM*	Incidência direta na base eleitoral	Outros projetos	Saúde	Educação	Segurança pública	Ambiental	Total de Projetos
<b>Projetos de deputados com perfil DISPERSO - COMPARTILHADO</b>								
Claudio Meirelles *	3	2	12	1	2	-	-	<b>20</b>
Francisco Gedda	2	3	12	1	1	-	-	<b>19</b>
Lincoln Tejota	-	1	7	2	2	-	2	<b>14</b>
Helder Valin *	4	3	14	-	-	-	-	<b>21</b>
	<b>9</b>	<b>9</b>	<b>45</b>	<b>4</b>	<b>5</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>74</b>
	12%	12%	61%	5%	7%	0%	3%	

Fonte: Elaboração própria a partir de pesquisa e sistematização dos dados do Arquivos da Diretoria Legislativa da AL-GO – Portal da Transparência da AL-GO.

Tabela 3.21 – Projetos parlamentares de deputados eleitos com padrão Disperso-Dominante na 17ª legislatura da Assembleia Legislativa de Goiás (2011-2015).

Deputados Eleitos	PROJETOS CTHCG / DRREP / ICM*	Incidência direta na base eleitoral	Outros projetos	Saúde	Educação	Segurança pública	Ambiental	Total de Projetos
<b>Projetos de deputados com perfil DISPERSO - DOMINANTE</b>								
Iso Moreira *	7	17	15	3	-	1	4	<b>47</b>
	<b>7</b>	<b>17</b>	<b>15</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>4</b>	<b>47</b>
	15%	36%	30%	6%	0%	2%	9%	

Fonte: Elaboração própria a partir de pesquisa e sistematização dos dados do Arquivos da Diretoria Legislativa da AL-GO – Portal da Transparência da AL-GO.

Tabela 3.22 – Total de projetos apresentados na 17ª legislatura da Assembleia Legislativa de Goiás (2011-2015)

Deputados Eleitos	PROJETOS CTHCG / DRREP / ICM*	Incidência direta na base eleitoral	Outros projetos	Saúde	Educação	Segurança pública	Ambiental	Total de Projetos
<b>Total geral de projetos</b>	<b>172</b>	<b>251</b>	<b>589</b>	<b>81</b>	<b>25</b>	<b>29</b>	<b>27</b>	<b>1174</b>
	15%	21%	50%	7%	2%	2%	2%	

Fonte: Elaboração própria a partir de pesquisa e sistematização dos dados do Arquivos da Diretoria Legislativa da AL-GO – Portal da Transparência da AL-GO.

Como explicitado, na metodologia utilizada para analisar e classificar os processos legislativos, os projetos que incidem direta ou prioritariamente nos municípios que compõem a base eleitoral do deputado foram considerados como de benefícios localizados. Com isso, a intuição leva a crer que os deputados mais dispersos, ou seja, que têm votação efetiva em mais municípios teriam possibilidade maior de destinar projetos à bases.

Se analisarmos, do ponto de vista do eixo horizontal, tanto os dispersos, como os concentrados tiveram percentuais próximos, em ambas as legislaturas, de projetos localizados. Isso indica que esta metodologia pode ter uma tendência em colocar os deputados dispersos mais ao nível do localismo.

No entanto, tal fato não desmerece os resultados encontrados, uma vez que as propostas apresentadas por estes políticos têm sim alvo facilmente localizado geograficamente. Mais uma vez, estas ações são de benefícios restritos e localizados. É importante destacar que não é o fato de o projeto de um parlamentar ser direcionado que ele será tido como paroquialista, mas sim o teor e as intenções destes projetos que dará esta definição.

Agora, do ponto de vista apenas do eixo vertical, há uma diferenciação entre os dominantes e compartilhados. Na primeira legislatura analisada, 24% dos projetos dos deputados compartilhados foram de incidência direta nas bases eleitoral ou projetos CTHCG/DRREP/ICM, enquanto que entre os deputados dominantes foram 32%. Já na 17ª legislatura, os percentuais foram ainda maiores, entre os compartilhados, 33% dos projetos enquadravam em um destes dois tipos.

Já entre os deputados eleitos em 2010, estes somaram 42% dos projetos. Tal fato demonstra que os deputados que dominam eleitoralmente os municípios tendem a enviar benefícios localizados na tentativa de manter sua dominância e não permitir que se abra espaço para outros parlamentares.

Pelo que foi exposto, é possível considerar que a conexão eleitoral em Goiás é marcada, por parte dos deputados – seja qual for o padrão espacial de votação – pela busca de benefícios localizados às suas bases territoriais de votos. Seja por interesses políticos particulares, para beneficiar agentes específicos do local, seja para reclamar a legitimidade da representação dos territórios ou pela pura vontade de levar melhorias aos eleitores a quem representam, os políticos goianos tem em seu comportamento parlamentar o reflexo da espacialidade de seus votos. Uma conclusão que se pode chegar nesse âmbito é que a geografia dos votos reflete na Geografia da ação parlamentar.

Nesse sentido, a Geografia Eleitoral de Goiás é marcada pela concentração dos votos em poucos candidatos que realmente disputam a preferência do eleitor, visto que os municípios do estado concentram os esforços em poucos nomes, e muitas vezes estes nomes figuram a lista dos quarenta e um eleitos.

É marcada ainda, pela concentração dos candidatos em poucos municípios, haja vista que a maioria dos candidatos tem seu vetor horizontal de votação taxado de concentrado. Isto é, como visto no capítulo 2 a respeito da polarização política, a geografia do voto goiano também tem o mesmo caráter limitado, centralizado. Talvez esta seja uma marca própria da política goiana.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

---

---

Podemos concluir que a Geografia Eleitoral foi negligenciada pelos geógrafos dentro da própria disciplina que a criou. Contudo, nas últimas décadas o interesse pelo tema vem crescendo no Brasil e suas abordagens têm evoluído muito. Consideramos que a Geografia, enquanto ciência, poderia ter contribuído sobremaneira à discussão, partindo de uma análise espacial da política eleitoral.

O que se vê em alguns trabalhos é uma geografia eleitoral (e não *Geografia Eleitoral*), isto é, o termo geografia não denota uma análise específica do caráter espacial do elemento ou fenômeno eleitoral, mas sim uma rasa espacialização dos dados. Apenas dizer de onde veio cada voto não torna a análise geográfica. O que confere este caráter à análise é a relevância que se impõe à dimensão espacial, fazendo dela uma via para explicar da realidade.

E essa foi a intenção deste trabalho. Apesar de se utilizar de referências e metodologias de não-geógrafos, buscou-se, a todo momento, destacar a importância de considerar o voto como um dado espacial. Entende-se que este pressuposto foi confirmado pelas análises presentes nos três capítulos.

Como mencionado no decorrer do trabalho, a Geografia Eleitoral não consiste apenas em analisar o voto depositado na urna. Envolve inúmeras questões ligadas à eleição, desde que sejam feitas considerando a importância do espaço. A forma e a escolha do sistema eleitoral também entram nas discussões.

Um conhecimento amplo do território pode contribuir para a melhor definição de qual modelo se adequará melhor. O que se pode notar, então, é que o sistema eleitoral proporcional, que tem como prerrogativa refletir no parlamento as diferenças da sociedade, também acaba refletindo o território.

No modelo distrital seria mais claro este papel. Mas o que vimos é que mesmo assim, os atores políticos buscam definir, dentro do grande distrito eleitoral que é a unidade federativa, compor seus territórios eleitorais. E é exatamente por isso que o território se refletirá na política representativa.

A composição dos territórios eleitorais envolve necessariamente a escala municipal. Os resultados apresentados corroboram a escolha do município como unidade de análise, uma vez que, concordamos com a literatura, se determina esta unidade como o local onde a política realmente encontra o cidadão.

O município que é o alvo do assédio e das respostas do representante político. As leis e os benefícios serão localizados no município. Quando se fala em benefícios localizados, como uma forma de paroquialismo, é o município que aparece como escala. Há uma discussão sobre a escala intramunicipal, isto é, há uma unidade menor que o município para as ações políticas, contudo, ficará para outra oportunidade.

Retomando a defesa da dimensão espacial na explicação do fenômeno eleitoral, temos que, apesar do esforço para privar a Geografia da explicação da decisão do voto, há argumentos suficientes para dizer que o espaço tem importante contribuição na hora de o eleitor escolher para quem será o voto depositado na urna.

Relembramos que há cem anos, um geógrafo foi pioneiro na tentativa de explicar o comportamento eleitoral. Siegfried acreditava tanto na influência do território no voto que foi rotulado como determinista. Estamos longe de afirmar que a Geografia é o único viés capaz de explicar a decisão do voto.

Como foi apresentado, há outras perspectivas de análise que consideram vários elementos que levam o eleitor a escolher seu representante, como a psicológica e a sociológica. O que se pretende com essa defesa, é o reconhecimento de que há na dimensão espacial uma possibilidade e uma contribuição na tentativa de compreender este elemento político. Ora, concordamos que não há uma concentração de esforços por parte geógrafos, com raras exceções, em sistematização ideias que busquem compreender a dinâmica espacial da política eleitoral.

A fim de contribuir nesse debate, procuramos distinguir Geografia Eleitoral da ideia de conexão eleitoral. A primeira trata de um campo da Geografia Política, que por sua vez, integra a ciência denominada Geografia. Tal fato porque é uma análise de um dos elementos da política – a eleição – que se utiliza dos métodos e das categorias analíticas próprias da Geografia.

Já a conexão eleitoral, no nosso entendimento, é a relação entre a geografia do voto, ou seja, a forma que o voto se traduz no espaço, e a geografia da representação parlamentar. Quer dizer, os reflexos do território no voto e na representação política-eleitoral. Dessa forma, devemos reafirmar o pressuposto inicial de que, sem dúvida, o voto tem um caráter espacial. Para nós, não se faz Geografia Eleitoral sem entender com clareza esta ideia.

Quando propomos analisar a política de Goiás, levando em conta todos esses critérios defendidos aqui, nos era clara a noção de que a política goiana se apresenta como terreno

fértil às abordagens geográficas. Há no estado uma dinâmica política-eleitoral característica, que é bastante interessante quando vista pelas lentes da Geografia.

As antigas práticas da política tradicional resistem em Goiás, e uma das materializações disso é a polarização eleitoral imposta aos eleitores. Esta que vem desde o início do século passado e se reproduz na política apenas trocando-se as máscaras, mas os personagens continuam os mesmos.

Ao mesmo tempo, Goiás é um estado múltiplo, com sua diversidade representada também pelos eleitores. Sua população se espalha pelo território mostrando suas diferentes feições. Estas diferenças se traduzem em diferentes demandas, que podem não ser contemplada por essa forma tradicional de se fazer política.

No que se refere á geografia do voto em Goiás, o que podemos considerar é que não foge ao modelo político descrito anteriormente. Também não foge ao que se apresenta em outros estados brasileiros, comparando por meio dos trabalhos citados. Isto é, o que concluímos, com os resultados presentes no terceiro capítulo, é que os municípios concentram seus votos em poucos candidatos, ou seja, há uma dominação por parte de poucos políticos da esfera local.

Pode-se dizer, então, que há em Goiás poucos nomes que realmente competem pelo poder de representar o cidadão eleitor. Os outros tantos que se candidatam não têm força suficiente para ameaçar a hegemonia dos candidatos efetivos. Tal fato é mais uma das faces da política tradicional presente em Goiás. Os eleitos são aqueles que, pela força da tradição familiar ou pela força econômica, salve exceções, fazem do território verdadeiros currais eleitorais.

O fato da maioria dos deputados terem suas votações com alto nível de concentração mostra que Goiás tem, no local, no municipal, a sua unidade política. O que, mais uma vez, respalda a utilização desta escala neste trabalho.

Foi na dominância dos municípios que este trabalho demonstrou um aspecto da relação do território com a política eleitoral. A maior parte dos candidatos foi classificada como compartilhado, isso porque muitos buscaram seus votos em regiões mais populosas do estado, notadamente a RMG. Esse fato é reflexo da demografia do Estado, que concentra na metrópole uma população de eleitores capaz de eleger vários deputados.

Os diferentes padrões espaciais de votação realmente se mostraram, como previsto na literatura, incentivos para o comportamento dos legisladores. Apesar de, em alguns momentos

e situações, os resultados se diferenciarem do que os outros autores encontraram em suas análises, consideramos que a ideia da conexão eleitoral se aplica ao caso de Goiás.

A espacialização dos votos foi, de certa forma, compatível com a espacialização dos projetos apresentados pelos deputados nas legislaturas analisadas. Isto é, os parlamentares buscaram fortalecer seu vínculo com as bases, destinando benefícios concentrados, assim como seus votos.

Por fim, acreditamos que este trabalho cumpriu com as propostas apresentadas inicialmente. Tentamos cumprir também o objetivo de trazer para a Geografia um tema tão importante e atual na realidade brasileira, que é a política e as eleições. Não é, e nunca foi a intenção deste trabalho esgotar as discussões apresentadas.

Pelo contrário, ainda há muito que se debater sobre a Geografia Eleitoral do Brasil e de Goiás. São incontáveis os desdobramentos que este tema pode oferecer. Em 2012, foi nos oferecido um enorme desafio. Mas, mesmo com algumas dificuldades pessoais e outras de ordem práticas e teóricas, tentamos, pelo olhar da Geografia, trilhar um caminho para entender um pouco da realidade que nos é dada.

Agora, com esperança e vontade de continuar neste desafio que esperando a companhia de outros geógrafos no debate sobre este tema tão caro à sociedade e à ciência.

## REFERÊNCIAS

---

---

ALVES, Flamarion Dutra. Considerações sobre métodos e técnicas em Geografia Humana. *In: DIALOGUS*, Ribeirão Preto, v.4, n.1, 2008, pp. 227 – 241. Disponível em: <[https://baraodemaua.br/comunicacao/publicacoes/dialogus/2008/pdf/consideracoes\\_metodo\\_tecnicas\\_geografia\\_humana\\_2008.pdf](https://baraodemaua.br/comunicacao/publicacoes/dialogus/2008/pdf/consideracoes_metodo_tecnicas_geografia_humana_2008.pdf)> Acesso em: 15 fev. 2013.

AMES, Barry. **Os entraves da democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2003.

ANASTASIA, Fátima; CORREA, Izabela; NUNES, Felipe. Caminhos, veredas e atalhos: Legislativos estaduais e trajetórias políticas. *In: MENEGUELLO, Rachel. O legislativo brasileiro: funcionamento, composição e opinião pública*. Brasília: Senado Federal, Secretaria Especial de Comunicação Social, 2012.

BARROS, Omar Neto Fernandes. Eleições no Paraná: 1998 – 2010. **Confins** [Online], nº 10, 2010. Disponível em: <<http://confins.revues.org/6671>> Acesso em: 10 ago 2012.

BARROSO, Luis Roberto. A Reforma Política: uma proposta de sistema de governo, eleitoral e partidário para o Brasil. RDE. *Revista de Direito do Estado*, v. 3, p. 287, 2006.

BORGES, Pedro Celio Alves. **Bipartidarismo autoritário**: análise regional (Goiás - 1965 a 1982) Dissertação de mestrado, São Paulo: PUC, 1988.

BORGES, Pedro Célio A. O bipartidarismo autoritário em Goiás. *In: SOUZA, Dalva Borges de. (Org.). Goiás: Sociedade e Estado*. 1ed. Goiânia: Cãnone Editorial, 2009, p. 133-184.

BRASIL. Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997.

BRASIL. Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965.

CÂMARA, Gilberto; *et al.* Análise espacial e geoprocessamento. *In: Druck, S.; Carvalho, M.S.; Câmara, G.; Monteiro, A.V.M. (eds). Análise Espacial de Dados Geográficos*. Brasília, EMBRAPA, 2004.

CAMPOS, F. Itami. Goiás: surpresa no voto. *In: Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Belo Horizonte-MG, n. 43, p. 399-420, jul.1976.

CARVALHO, Nelson Rojas de. **E no início eram as bases**: geografia política do voto e comportamento legislativo no Brasil. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

CASTRO, Iná Elias de. **Geografia e Política**: território, escalas de ação e instituições. 4ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

\_\_\_\_\_. Instituições e território: Possibilidades e limites ao exercício da cidadania. In: **Geosul**, Florianópolis, v. 18, n.36, 2003.

CAVALCANTI, Lana de Sousa. **O Ensino de Geografia na escola**. Campinas, SP: Papirus, 2012.

CONTINI, Alaerte Antonio. Da Geopolítica Clássica à Geopolítica Crítica. **Âmbito Jurídico**, v. 69, p. 1-17, 2009. Disponível em: <[http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=9954](http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=9954)> Acesso em: 04 ago 2012.

CORDEIRO, Rodrigo Aiache. Sistemas partidários e sistemas eleitorais. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 14, n. 2172, 12 jun. 2009. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/12969>>. Acesso em: 20 ago. 2012.

CORRÊA, Filipe Souza. **Conexões Eleitorais, Conexões Territoriais**: as bases socioterritoriais da representação política na metrópole fluminense. Dissertação de mestrado, Rio de Janeiro UFRJ, 2011.

CUPERTINO, Luiz Roberto Boettcher. **Autonomia Municipal e Competência Legislativa**. Assessoramento Temático, Goiânia: ALEGO, 2011.

DAHL, Robert A. **Poliarquia**: participação e oposição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997.

DUVERGER, Maurice. **Os Partidos Políticos**. Rio de Janeiro-RJ: Editora Guanabara, 1987.

PAIVA, Denise. Volatilidade eleitoral e desenvolvimento do sistema partidário em Goiás (1982-2006). In: FERREIRA, Denise Paiva; BEZERRA, Heloísa Dias. **Panorama da política em Goiás**. Goiânia: Ed. da UCG, 2008.

\_\_\_\_\_; MENDONÇA, Milton de S.; SARA, M. G.. Participação e representação feminina na política em Goiás. In: **Revista Debates** (UFRGS), v. 5, p. 225-251, 2011.

FIGUEIREDO FILHO, Dalson Britto; SILVA JÚNIOR, José Alexandre da. Desvendando os Mistérios do Coeficiente de Correlação de Pearson (r). In: **Revista Política Hoje**, Vol. 18, n. 1, pp. 115-146, 2009.

FIGUEIREDO, Marcus. **A Decisão do voto**: democracia e racionalidade. Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2008.

FLEISCHER, David V.. Concentração e Dispersão Eleitoral: um estudo da distribuição geográfica do voto em Minas Gerais (1966/1974). In: **Revista Brasileira de Estudos Políticos**. Belo Horizonte-MG, n. 43, p. 333-360, jul.1976.

FLEISCHER, David V.. Poder local e o sistema eleitoral brasileiro. In: **Poder local face às eleições de 1996**. Fundação Konrad Adenauer. Debates, no. 10, 1996.

FLEURY, Sabino José Fortes. **O Poder Legislativo estadual e a regulamentação de políticas públicas**: aspectos de um dilema institucional. Dissertação de mestrado, Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, 2004.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Ed. Atlas, 2010.

GOIÁS. Lei nº 7.371 de 20 de agosto de 1971.

GOGUEL, François. Géographie électorale et Science politique: um itinéraire. *In*: LÉVY, Jacques (org.). **Géographies du politique**. Fondation Nationale des Sciences Politiques, Paris, 1991.

HAESBAERT, Rogério. **O Mito da desterritorialização**: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

\_\_\_\_\_. **Regional-global**: dilema da região da regionalização na geografia contemporânea. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

IBGE. **Censo Demográfico 2010** – Características Gerais da População. Resultados da Amostra, 2003. Disponível em: <censo2010.ibge.gov.br/> Acesso em: 20 set. 2014.

JACOB, Cesar Romero; HEES, Dora Rodrigues; WANIEZ, Philippe; BRUSTLEIN, Violette. **A geografia do voto nas eleições para prefeito e presidente nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo**: 1996-2010. Rio de Janeiro-RJ: Editora PUC, s/d.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia Científica**. São Paulo: Ed. Atlas, 2009.

LIMA, Ivaldo, Da representação do poder ao poder da representação: uma perspectiva geográfica. SANTOS, Milton; BECKER, Bertha K; SILVA, Carlos Alberto Franco da. **Território, territórios**: ensaios sobre o ordenamento territorial. Rio de Janeiro: Ed. DP&A, 2002.

LIMONGI Fernando. Prefácio. *In*: DAHL, Robert A. **Poliarquia**: participação e oposição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997.

LIPSET, Seymour Martin. **O Homem político**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARIN, Eriberto Francisco. Entidade de utilidade pública: efeitos jurídicos de sua declaração. **Revista da Faculdade de Direito da UFGO**. Goiânia, GO 19/20 - 1 p.39-46 1995/96.

MELO, Carlos Ranulfo. Migração partidária, estratégias de sobrevivência e governismo na Câmara dos Deputados. *In*: TAVARES, J. A. Giusti (Org.) **O sistema partidário na consolidação da democracia brasileira**. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 2003.

MOREIRA, Ruy. **Pensar e ser em geografia**: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico. São Paulo: Contexto, 2010.

NICOLAU, Jairo. **Sistemas eleitorais**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.

PEIXOTO, Vitor de Moraes. **Eleições e Financiamento de Campanhas no Brasil**. Tese de Doutorado em Ciência Política – Instituto Universitário de Pesquisas, Rio de Janeiro/ RJ, 2010.

RADMANN, Elis Rejane Heinemann. **O eleitor brasileiro: uma análise do comportamento eleitoral**. Dissertação de mestrado, Porto Alegre: UFRGS, 2001. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/3765>> Acesso em: 25 jun 2012.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. França. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, Fabiano. **O Poder Legislativo no Presidencialismo de Coalizão**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003a.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. A universalização da democracia. In: BENEVIDES, Maria Victoria; VANNUCHI, Paulo; KERCHE, Fábio (Org.). **Reforma Política e Cidadania**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003b. P. 33 – 43.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 12ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SAUGO, Josiana Fatima. **Geografia do voto e conexão eleitoral no Rio Grande do Sul: 1994-2006**. Dissertação de mestrado, Porto Alegre: UFRGS, 2007. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/12516>> Acesso em: 25 jun 2012.

SIEGFRIED, André. **Tableau politique de la France de l'ouest sous la IIIe republique**. Republicação. Paris, Imprimerie Nationale, 1995.

SILVEIRA, Flávio Eduardo. **A decisão do voto no Brasil**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.

SOUZA, Marcelo Jose Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. 12ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. p. 77-116.

SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. **Território Brasileiro: usos e abusos**. Campinas: Territorial, 2003.

TAVARES, José Antônio Giusti. **Sistemas eleitorais nas democracias contemporâneas**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

TAVARES, André Ramos. Processo eleitoral e democracia: a delicada e necessária contextualização da reforma política no Brasil. In: **Estudos Eleitorais**, Volume 6, Número 1, jan./abr. 2011, pp. 09 – 30.

TERRON, S. L. **A Composição de Territórios Eleitorais no Brasil: Uma Análise das Votações de Lula (1989 - 2006)** [Online]. Tese de Doutorado, Rio de Janeiro: IUPERJ, 2009. Disponível em: <<http://uerj.academia.edu/SoniaTerron>>. Acesso em: [01 ago. 2012]

\_\_\_\_\_. Geografia Eleitoral em foco. *In: Em Debate*, Belo Horizonte, v.4, n.2, p.8-18, mai. 2012. Disponível em: <<http://www.opiniaopublica.ufmg.br/emdebate.php>> Acesso em: 09 jun 2012.

TOLEDO Jr., Rubens de. O lugar e as eleições: a expressão territorial do voto no Brasil. *In: GeoTextos*, (UFBA), v. 03, p. 171-183, 2007. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/geotextos/article/view/3050>> Acesso em: 09 jun 2012.

TSE, Tribunal Superior Eleitoral. **Repositório de dados eleitorais**. Brasília, 1982 a 2013. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/repositorio-de-dados-eleitorais>> Acesso em: 20 set. 2014.

ZANFOLIN, Doraci Elias. **Geografia Eleitoral**: reforma política e uso do território brasileiro. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana), FFLCH-USP: São Paulo, 2006.

ZOLNERKEVIC, Aleksei. **Geografia Eleitoral**: volatilidade e tendências nas eleições presidenciais de 1989 a 2006. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana), FFLCH-USP: São Paulo, 2011.

*O Popular* (01/01/2011).

*O Popular* (23/09/2012).